

TAÍS LESSA GOMES

PERCEÇÃO DOS RESIDENTES ACERCA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS  
DO TURISMO NO ALGARVE



Faro

2023

TAÍS LESSA GOMES

PERCEÇÃO DOS RESIDENTES ACERCA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS  
DO TURISMO NO ALGARVE

Mestrado em Turismo

Ramo de Marketing de Destinos Turísticos

Dissertação efetuada sob orientação de:

PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL DA SILVA AÇO RENDA

PROFESSOR DOUTOR LUÍS NOBRE PEREIRA



Faro

2023

PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES ACERCA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS  
DO TURISMO NO ALGARVE

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

Taís Lessa Gomes

©Copyright: Taís Lessa Gomes

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, conforme o disposto no Código do Direito de Autor e dos direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

## Dedicatória

A Deus.

Aos meus pais, Rosiany e Luiz e à minha irmã, Fernanda.

Dedico esta dissertação com a mais profunda gratidão por todo o apoio e encorajamento que me proporcionaram ao longo desta etapa, sempre presentes mesmo com um Oceano de distância. Obrigado por fazerem parte desta conquista.

Cantar a beleza de ser um eterno aprendiz.

Gonzaguinha

## Agradecimentos

Agradeço muito aos meus pais e irmã, que sempre apoiaram, acreditaram, encorajaram e incentivaram o meu percurso, mesmo do outro lado do Oceano Atlântico.

Um agradecimento ao meu tio, Carlos Roberto, que sempre me incentivou a conhecer e morar no velho continente e acreditou nesse sonho. Agradeço também à Daiana, por tudo que já fez por nós e por todo carinho. A saudade é imensurável.

Agradeço ao meu percurso e história, sempre repleta de decisões difíceis. Agradeço à Universidade Federal Fluminense que me apresentou o mundo incrível do Turismo, o qual até hoje sou apaixonada. Agradeço ao acolhimento da Universidade do Algarve e à todas as oportunidades que tive tanto no âmbito acadêmico quanto profissional em Portugal.

Agradeço aos professores da Licenciatura e do Mestrado em Turismo e à orientação dada pela Professora Doutora Ana Isabel da Silva de Aço Renda e ao apoio dado desde os meus primeiros dias na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Agradeço também o Professor Doutor Luís Nobre Pereira pela orientação e por apresentar o projeto MONITUR. Aos orientadores pela oportunidade, paciência e atenção dada durante este processo.

## Resumo

Esta dissertação estuda as determinantes da percepção dos residentes acerca dos impactos ambientais do turismo e o seu comportamento em relação ao desenvolvimento turístico na região do Algarve. Neste sentido, identifica-se de que forma os impactos ambientais do turismo são percebidos no território pelos residentes, como a dependência econômica da atividade turística influencia a percepção e como se caracteriza o comportamento, bem como o grau de sensibilização dos residentes face a estes impactos. Apesar da já vasta investigação existente sobre os impactos do turismo no ambiente, particularmente os seus impactos negativos, continua a ser relevante explorar em profundidade esta relação e como os diversos *stakeholders* a percebem. Esta necessidade de estudos científicos neste domínio é particularmente pertinente aplicada ao destino turístico Algarve, pelo que esta dissertação utiliza dados primários, recolhidos no ano de 2022, no âmbito do projeto MONITUR (2022), através de um inquérito por questionário, por entrevista pessoal aos residentes, nos 16 municípios da região do Algarve na época alta de 2022, com um total de 990 respostas válidas. A análise dos resultados permite verificar as relações entre as variáveis consideradas, sendo possível identificar relação entre os dados sociodemográficos e a percepção dos impactos ambientais da atividade turística, assim como a relação entre os impactos ambientais e a qualidade de vida dos residentes, como estes acolhem os turistas e o seu grau de apoio relativamente ao desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: impactos ambientais, Algarve, percepção dos residentes, envolvimento com o turismo, dependência econômica.

## Abstract

This dissertation studies the determinants of residents' perception of the environmental impacts of tourism and their behaviour in relation to tourism development in the Algarve region. In this sense, it identifies how the environmental impacts of tourism are perceived in the territory by residents, how economic dependence on tourist activity influences perception and how behaviour is characterised, as well as the degree to which residents are aware of these impacts. Despite the vast amount of existing research into the impacts of tourism on the environment, particularly its negative impacts, it is still relevant to explore this relationship in depth and how the various stakeholders perceive it. This need for scientific studies in this field is particularly pertinent when applied to the Algarve tourist destination, which is why this dissertation uses primary data collected in 2022 as part of the MONITUR (2022) project, through a questionnaire survey, by personal interview with residents, in the 16 municipalities of the Algarve region during the 2022 high season, with a total of 990 valid responses. The analysis results allow to verify the relationship between the variables considered, making it possible to identify a relationship between the sociodemographic data and the perception of the environmental impacts of tourist activity, as well as such as the relationship between environmental impacts and the quality of life of residents, as how they welcome tourists and their degree of support regarding development tourist.

Keywords: tourism, environmental impacts, Algarve, residents' perception, tourism involvement, economic dependence.

# Índice geral

Índice de figuras	x
Índice de tabelas	xi
Lista de abreviaturas, acrônimos e siglas	xii
1. Introdução	13
1.1. Enquadramento e contextualização do estudo	13
1.2. Objetivos da investigação	15
1.3. Organização da dissertação	17
2. Revisão de Literatura	18
2.1. O desenvolvimento sustentável e o turismo	18
2.1.1. Contextualização do desenvolvimento sustentável	19
2.1.2. O desenvolvimento sustentável da atividade turística	22
2.2. Os impactos ambientais do turismo	26
2.2.1. Os impactos ambientais da atividade turística	26
2.2.2. Avaliação dos impactos ambientais como ferramenta para o desenvolvimento turístico sustentável	32
2.3. A relação dos residentes com a atividade turística	35
2.3.1. A percepção dos residentes em relação aos impactos do turismo	35
2.3.2. O comportamento dos residentes em relação à atividade turística	41
2.4. A região do Algarve	48
2.4.1. Aspectos geográficos e sociodemográficos	48
2.4.2. Contextualização e história da atividade turística na região	52
3. Metodologia da investigação	54
3.1. Apresentação e descrição da metodologia	55
3.2. Instrumentos de coleta de dados	59
3.3. Razão da escolha da região em estudo	60
4. Apresentação de resultados	61
4.1. Caracterização univariada da amostra	61
4.2. Análise descritiva univariada dos impactos ambientais percebidos pela amostra	66
4.3. Análise descritiva univariada do comportamento e apoio ao desenvolvimento do turismo	72
4.4. Análise descritiva univariada da qualidade de vida dos inquiridos	75
4.5. Análise bivariada da amostra	77

5. Discussão dos resultados	88
6. Conclusão	94
6.1. Considerações finais	94
6.2. Limitações e sugestões para futuras pesquisas	95
A. Referências	98
B. Anexos	108
Anexo 1. Questionário aos Residentes – MONITUR	108

## Índice de figuras

Figura 2.1 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	20
Figura 4.1 – Distribuição dos inquiridos por concelho de residência no Algarve	64
Figura 4.2 – Distribuição dos inquiridos por concelhos de alta e baixa densidade demográfica	66

## Índice de tabelas

Tabela 1.1 — Tabela de Objetivos e Hipóteses da Dissertação .....	16
Tabela 2.1 — Resumo da história do Desenvolvimento Sustentável — século XX e XXI .....	21
Tabela 4.1 – Resumo descritivo do perfil sociodemográfico da amostra.....	61
Tabela 4.2 – Atividade laboral relacionada com o turismo .....	63
Tabela 4.3 – Concelho de residência no Algarve .....	65
Tabela 4.4 – Percepção dos residentes acerca dos impactos ambientais (%).....	67
Tabela 4.5 – Estatística descritiva das variáveis dos impactos positivos e negativos ....	71
Tabela 4.6 — Comportamento e apoio ao desenvolvimento do turismo (%) .....	72
Tabela 4.7 — Qualidade de vida dos inquiridos (%) .....	75
Tabela 4.8 – Correlação entre percepção dos impactos ambientais e dados sociodemográficos.....	77
Tabela 4.9 – ANOVA - Escolaridade e percepção dos impactos ambientais.....	78
Tabela 4.10 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais positivos e a atividade profissional relacionada com o turismo .....	80
Tabela 4.11 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais negativos e a atividade profissional relacionada com o turismo .....	81
Tabela 4.12 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais positivos e os territórios de baixa e alta densidade demográfica.....	82
Tabela 4.13 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais negativos e os territórios de baixa e alta densidade demográfica.....	83
Tabela 4.14 – Correlação entre qualidade de vida e impactos ambientais positivos e negativos.....	84
Tabela 4.15 – Correlação entre os impactos ambientais e o comportamento frente ao desenvolvimento do turismo.....	85
Tabela 4.16 – Explicação criação da variável da escala de apoio ao turismo a partir da variável da média global de apoio ao turismo .....	86

## Lista de abreviaturas, acrônimos e siglas

- AIA — Avaliação de Impactos Ambientais
- CTTE — Consumo de Turismo no Território Económico<sup>4</sup>
- DMO — *Destination Management Organisation*
- DS — Desenvolvimento Sustentável
- DTS — Desenvolvimento do Turismo Sustentável
- EAA — *European Environment Agency*
- IATA — *International Air Transport Association*
- INE — Instituto Nacional de Estatística
- NEPA — *National Environmental Policy Act*
- NUTS — Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
- ODS — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONG — Organização Não Governamental
- PCNT — Programa Nacional para a Coesão Territorial
- PIB — Produto Interno Bruto
- PMETA — Plano de Marketing Estratégico do Turismo do Algarve
- RSC — Responsabilidade Social Corporativa
- RSD — Responsabilidade Social do Destino
- TTS — Teoria das Trocas Sociais
- NU — Nações Unidas
- UNEP — *United Nations Environment Programme*
- UNDP — *United Nations Development Programme*
- UNWTO — *World Tourism Organisation*

## 1. Introdução

### 1.1. Enquadramento e contextualização do estudo

O turismo é uma atividade econômica de grande relevância, capaz de impulsionar o crescimento de regiões e contribuir significativamente para suas economias. No entanto, o progresso da atividade requer desafios e um dos mais relevantes é a interação entre a atividade e o meio ambiente. O crescimento do turismo pode causar impactos ambientais significativos, e como esses impactos são percebidos pelos residentes é de extrema relevância para um planejamento consciente.

As questões ambientais percebidas internacionalmente são uma consequência da utilização não sustentável dos recursos naturais disponíveis. A ruptura da harmonização entre o homem e a natureza com o descontrolado crescimento do mercado imobiliário, a expansão urbana e o comprometimento dos ambientes naturais, trouxeram a necessidade de mudanças através de sistemas flexíveis para garantir recursos satisfatórios no futuro (Pereira, 2014).

Oliveira (2013) considera que foi a partir da Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, que os recursos naturais começaram a ser utilizados descontroladamente, resultando em acidentes ambientais e num conjunto de desequilíbrios econômicos, ambientais e sociais. Para compreender como os impactos negativos das atividades em geral são abordados a nível mundial atualmente, e como este tema ganhou importância significativa nos últimos anos no meio acadêmico, mercadológico e governamental, é necessário recorrer à compreensão da evolução do fenômeno turístico.

Na última década, tornou-se de extrema significância o desenvolvimento sustentável e a maior sensibilidade para com o meio ambiente e relativamente às características socioculturais e econômicas dos países em geral. A temática do desenvolvimento sustentável cresceu e foi cada vez mais considerada no planejamento das atividades. A atividade turística não foi esquecida nesse processo, conhecida pelo seu grande impacto na natureza e por utilizá-la como um dos seus recursos principais. O turismo, em questão de anos, passou de um símbolo de ócio, descanso e diversão para um símbolo de preocupação global, inclusive originando fenômenos como o *flight shame* (vergonha de voar) (Doran, Pallesen, Böhm & Ogunbode, 2022), o *overtourism* (excesso de turismo) (Vagena, 2021) e o receio em ser identificado como um turista e não como um viajante.

O turismo é uma atividade econômica de grande importância para muitas regiões do mundo, desde regiões com uma alta dependência da atividade a regiões que a utilizam como um complemento ao desenvolvimento econômico local. Tendo essa importância em consideração, a percepção dos residentes sobre os impactos do turismo é um campo de estudo que surge para revelar as complexas relações entre a indústria turística e as comunidades que a hospedam.

Nesta dissertação serão estudados os impactos ambientais da atividade turística e como os residentes os percebem. Dando, assim, origem à pergunta de partida elaborada, “quais são as determinantes da percepção dos residentes acerca dos impactos ambientais do turismo e qual é o seu comportamento em relação ao desenvolvimento turístico na região do Algarve?”.

Além dos impactos ambientais, outras questões precisam ser observadas como o comportamento pró-turismo, a qualidade de vida e as características sociodemográficas e econômicas dos residentes, tais como a profissão, o rendimento mensal, o nível educacional, o concelho de residência, entre outras.

A região do Algarve é, portanto, usada como local de estudo, uma região consolidada como destino turístico, mas que tem um histórico recente com a atividade em relação a outros destinos europeus. Além disso, uma vez que é considerada uma região com uma assimetria demográfica significativa e esta característica influencia e é influenciada pela atividade turística, como será abordado na revisão de literatura, é uma região que merece atenção.

Sendo assim, compreender como os residentes percebem os efeitos do turismo é de suma importância e por isso, busca-se, com esta análise, preencher uma lacuna existente na literatura sobre a perspectiva dos residentes a respeito especificamente dos impactos ambientais da atividade turística na região do Algarve. Esta lacuna de estudos da região, nos últimos anos, vem sendo preenchida com pesquisas do Centro de Investigação de Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), com pesquisas da Universidade do Algarve e com iniciativas da Região de Turismo do Algarve.

A partir destas pesquisas e iniciativas, muitos dados são levantados, sendo necessário também que estes sejam tratados e manipulados de acordo com novas propostas e observações, intenção desta dissertação. É nesse sentido que a dissertação utilizará dados recentes coletados no âmbito do projeto MONITUR, com o inquérito realizado durante a época alta de 2022, o que garantirá uma base empírica para a análise.

O interesse intrínseco no tema reside na busca em contribuir para a discussão sobre os efeitos da atividade turística e a relação desta com o desenvolvimento sustentável, procurando entender como se dá a percepção dos impactos negativos da atividade ao meio ambiente e dar base para a busca de alternativas e ferramentas para aumentar práticas sustentáveis e consequentemente aspectos como a qualidade de vida dos residentes. O interesse pessoal na temática também é responsável pela escolha do tema, além da vontade de tratar dados originários de um projeto maior com utilidades práticas.

Esta dissertação visa contribuir para o conhecimento acadêmico sobre os impactos ambientais da atividade turística na região algarvia. Além disso, os resultados fornecerão perspectivas sobre a região e informações que podem ser aplicadas no planejamento sustentável da atividade e utilizadas também para compreender como os residentes se comportam diante da atividade e como este comportamento pode ser utilizado como ferramenta para futuras estratégias de desenvolvimento dos concelhos como destinos sustentáveis ambientalmente.

## 1.2. Objetivos da investigação

Buscando analisar a relação entre meio ambiente, percepção do residente e a atividade turística na região do Algarve, a dissertação contém dois objetivos gerais e inseridos nestes, oito objetivos específicos, como apresentado em seguida.

Para cada objetivo específico, foi desenvolvida uma hipótese que tem em vista verificar se este é sustentado ou não. Veal (1997) demonstra que hipóteses são criadas no modelo dedutivo de pesquisa, modelo que contém como primeira etapa o desenvolvimento da teoria, das hipóteses e da explicação, que recorre posteriormente à observação ou descrição e por fim, à análise para testar as hipóteses desenvolvidas anteriormente. Estas hipóteses surgem com o intuito de suportar ou não um argumento através dos dados recolhidos e analisados (Veal, 1997).

O quadro a seguir expõe os objetivos principais, os objetivos específicos, as hipóteses referentes a cada objetivo específico e por fim um complemento explicativo a estas hipóteses (tabela 1.1):

Tabela 1.1 — Tabela de Objetivos e Hipóteses da Dissertação

	<b>Objetivos</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>Complemento explicativo às hipóteses</b>
1	Analisar os fatores explicativos da percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes da região do Algarve.		
1.1	Avaliar se o rendimento influencia a percepção dos impactos ambientais do turismo.	O rendimento individual influencia a percepção dos impactos ambientais da atividade.	Quanto mais elevado o rendimento, mais os residentes percebem os impactos ambientais positivos e negativos do turismo.
1.2	Perceber se o tipo de trabalho e a relação laboral dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais do turismo.	O tipo de trabalho e a relação laboral dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais do turismo.	Quanto mais relacionado estiver o tipo de trabalho e a relação laboral com o turismo, mais os residentes percebem os impactos ambientais positivos e negativos do turismo.
1.3	Compreender em que medida as habilitações dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais da atividade turística.	As habilitações dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais da atividade turística.	Quanto mais habilitações os residentes possuírem, mais estes percebem os impactos ambientais positivos e negativos do turismo.
1.4	Identificar se a densidade populacional da zona de residência influencia a percepção dos residentes sobre os impactos ambientais do turismo.	A densidade populacional da zona de residência influencia a percepção dos residentes sobre os impactos ambientais do turismo.	Quanto menor for a densidade populacional da zona de residência mais os residentes percebem os impactos ambientais positivos do turismo.  Quanto maior for a densidade populacional da zona de residência mais os residentes percebem os impactos ambientais negativos do turismo.
2	Estudar a relação existente entre a percepção dos impactos ambientais do turismo e o comportamento dos residentes face ao seu desenvolvimento na região do Algarve.		
2.1	Identificar de que forma a percepção dos impactos ambientais da atividade	A percepção dos impactos ambientais da atividade turística pelos residentes	Quanto mais os residentes percebem os impactos ambientais

	turística pelos residentes está relacionada com a percepção da sua qualidade de vida.	relaciona-se com a percepção da sua qualidade de vida.	positivos do turismo, mais percebem positivamente a sua qualidade de vida.
2.2	Conhecer em que medida a percepção dos impactos ambientais pelos residentes do Algarve influencia o apoio ao desenvolvimento turístico no seu concelho de residência.	A percepção dos impactos ambientais pelos residentes do Algarve influencia o seu apoio ao desenvolvimento turístico no seu concelho de residência.	Quanto mais os residentes percebem positivamente os impactos ambientais do turismo, mais apoiam o seu desenvolvimento na sua zona de residência.
2.3	Verificar se a percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia o seu comportamento no acolhimento dos turistas no seu concelho.	A percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia o seu comportamento no acolhimento dos turistas no seu concelho de residência.	Quanto mais os residentes percebem positivamente os impactos ambientais do turismo, mais apoiam o seu desenvolvimento na sua zona de residência.
2.4	Compreender se a percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia a sua atitude e comportamento relativamente à preservação ambiental no seu concelho de residência e no Algarve.	A percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia a sua atitude e comportamento relativamente à preservação ambiental no seu concelho de residência e no Algarve.	Quanto mais os residentes percebem positivamente os impactos ambientais do turismo, mais atitudes e comportamentos de apoio à preservação ambiental revelam.

Fonte: elaboração própria.

### 1.3. Organização da dissertação

O primeiro capítulo desta dissertação é responsável pela introdução do estudo, nele são realizados o enquadramento e a contextualização, são apresentados os objetivos, as hipóteses e explicada a organização da dissertação.

A revisão de literatura é apresentada no segundo capítulo, sendo composta por quatro subcapítulos de extrema importância para a compreensão da dissertação. Busca-se introduzir e contextualizar o desenvolvimento sustentável e a sua relação com o turismo. Além de também serem analisados os impactos ambientais da atividade turística, e explorar a percepção dos residentes sobre os impactos ambientais da atividade e o seu impacto no comportamento. Por fim, é apresentada a região do Algarve debruçando-se sobre as suas características sociodemográficas, socioeconômicas, a dinâmica do turismo na região e preocupações de desenvolvimento.

Posteriormente, no terceiro capítulo, será apresentada a metodologia utilizada nas diversas etapas do desenvolvimento da investigação, tanto na recolha de dados primários como secundários. Neste capítulo também será explicado como se procedeu à aplicação dos questionários e quais ferramentas foram utilizadas para a análise de dados.

No quarto capítulo será realizada a apresentação dos resultados e está organizado em cinco subcapítulos, correspondentes aos diferentes blocos de questões do questionário aplicado no âmbito do projeto MONITUR (2022) e que se articulam com a revisão de literatura efetuada e com os objetivos definidos.

O capítulo cinco apresenta a discussão dos resultados referentes a partir do capítulo quatro e por fim, as conclusões da dissertação são desenvolvidas no capítulo seis, neste será apresentada às considerações finais, as limitações e possíveis sugestões para pesquisas futuras.

## 2. Revisão de Literatura

Este capítulo começa por contextualizar e relacionar o desenvolvimento sustentável com o turismo, caracteriza os impactos ambientais da atividade turística nos destinos e destaca de que forma estes impactos são percebidos e medidos.

Em seguida, analisam-se as percepções dos residentes em relação aos impactos ambientais e como esses impactos interferem no seu comportamento em relação à atividade turística.

Por fim apresenta-se o Algarve, objeto de estudo desta investigação, enquanto território, nas suas características históricas, geográficas, sociodemográficas e como destino turístico.

### 2.1. O desenvolvimento sustentável e o turismo

O objetivo deste subcapítulo é contextualizar e apresentar o desenvolvimento sustentável e como este modelo de desenvolvimento, que já é aplicado em diversas políticas públicas nacionais e internacionais em diversos setores da economia, é incorporado no setor de turismo. Dessa forma, é possível compreender que a abordagem sobre os impactos ambientais da atividade no destino turístico sempre será considerada.

### 2.1.1. Contextualização do desenvolvimento sustentável

Atualmente, para analisar o progresso das atividades, é crucial contemplar os seus efeitos no meio ambiente e como estas interagem com o desenvolvimento sustentável, em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Portanto, é imprescindível ter em mente os princípios estabelecidos para o desenvolvimento sustentável (DS), que estão presentes na evolução das atividades econômicas, em geral. As políticas públicas atuais estudam os impactos das atividades e buscam alternativas para um desenvolvimento com menos impactos negativos.

Ao analisar o contexto em que se iniciou a abordagem do desenvolvimento sustentável como um pilar para políticas públicas e gestão privada, é necessário observar diversos marcos dos últimos anos como momentos decisivos para a introdução e aplicação desta tendência. Em 1972, a Conferência de Estocolmo expôs, pela primeira vez, a necessidade de intervir na degradação ambiental (Henriques, 2003). Foi nesse evento, como mencionado por Almeida e Abranja (2009), que as políticas públicas voltadas ao meio ambiente começaram a ganhar visibilidade.

Em 1987, é realizada a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deu origem ao conhecido Relatório de Brundtland. Nesta comissão, foi apresentada a ideia de que o desenvolvimento seja baseado na exploração dos recursos no presente sem prejudicar a utilização destes nas gerações futuras. Considerando esses fatores como pano de fundo, explica-se que o DS se baseia nos princípios do respeito e da solidariedade entre as gerações (Almeida & Abranja, 2009)

Anos mais tarde, na Cimeira Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (também conhecida como a Rio 92), foi enfatizada a relevância da proteção ambiental e do desenvolvimento econômico e social para o DS. Neste evento, a Agenda 21 é apresentada tendo em vista a relevância da relação entre todos os agentes envolvidos, sugerindo uma intervenção em três eixos: econômico, social e ambiental (Henriques, 2003).

Almeida e Abranja (2009) referem que, nesta conferência, foram apresentados os danos ambientais dos anos anteriores, bem como a responsabilidade dos países desenvolvidos em reconhecer e considerar esses impactos. Além disso, foi reconhecida a relevância de países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para atingirem os princípios DS e os usarem como ferramenta. Contudo, os autores salientam que a sustentabilidade foi determinada geopoliticamente, tendo sido estabelecida como

uma prioridade internacional, apenas no início do século XXI na Conferência de Joanesburgo, em 2002 (Almeida & Abranja, 2009).

Anos mais tarde, a Agenda 2030, plano de ação firmado entre os 193 países que fazem parte da Nações Unidas (NU), foi apresentada. Este compromisso global é o mais recente e reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), demonstrados na figura 2.1, com 169 metas inseridas nestes 17 objetivos (NU, 2015), os quais norteiam as políticas públicas nacionais de desenvolvimento dos países em diversos setores.

Figura 2.1 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: NU (2015)

É possível notar que, ao longo dos últimos anos, diversos eventos internacionais e nacionais contribuíram para a promoção do DS como um princípio de progresso, conforme demonstrado na tabela 2.1, que apresenta uma síntese dos eventos ocorridos nos séculos XX e XXI.

Tabela 2.1 — Resumo da história do Desenvolvimento Sustentável — século XX e XXI

Ano	Evento
1968 - 1972	Clube de Roma aos Limites do Crescimento
1972	Cimeira de Estocolmo
1980	Estratégia Global para a Conservação da Natureza
1984 - 1987	Relatório Brundtland - "O Nosso Futuro Comum"
1992	5º Programa de Ação em Matéria de Ambiente "Para um Desenvolvimento Sustentável" (1993 - 2000)
1992	Cimeira da Terra - Agenda 21 (Rio 92)
1994	Conferência sobre as Cidades Sustentáveis
1997	Tratado de Amsterdam
1997	Protocolo de Quioto
1998	Conselho Europeu de Cardiff, 2000
2000	Estratégia de Lisboa
2000	Carta da Terra
2000	Declaração do Milênio
2001	Conselho Europeu de Gotemburgo
2002	Conselho Europeu de Barcelona
2002	Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento
2002	Doha Ministerial Conference
2002	6ª Programa Comunitário de Ação em Matéria de Ambiente
2002	Cimeira de Joanesburgo
2005	Conferência Aalborg + 10
2007	Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis
2007	Cimeira de Bali
2009	Declaração de Gaia sobre Condomínio da Terra
2010	Protocolo de Nagoya
2012	Declaração de Kuala Lumpur
2015	Conferência Rio + 20
2015	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: adaptado de Henriques (2003) e Almeida (2019).

Em Portugal, diversos planos foram elaborados com base nos princípios e orientações da Agenda 2030, como o Portugal 2030 (Portugal, 2017), cujo objetivo é apoiar a qualificação e capacitação dos recursos humanos, a inclusão social, a inovação, a tecnologia e frear mudança climática através de um Acordo de Parceria entre Portugal e a União Europeia (Portugal, 2017). Já o Programa Nacional de Investimentos 2030 (Portugal, 2020) tem como estratégia a coesão territorial, a competitividade, a inovação, a sustentabilidade e a ação climática como princípios estratégicos (Portugal, 2017).

Entretanto, o desenvolvimento sustentável tem enfrentado diversos obstáculos nos últimos anos. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2021 (Sachs, Lafortune, Kroll, Fuller & Woelm, 2021) aponta a pandemia da COVID-19 como um problema para o desenvolvimento sustentável. Segundo o relatório, pela primeira vez desde a adoção dos ODS em 2015, a pontuação do ODS Índice Global de 2020 diminuiu em relação ao ano anterior. O declínio foi significativo devido ao aumento da pobreza e do desemprego, de acordo com Sachs *et al.* (2021), consequência de quase dois anos de uma crise generalizada na saúde pública.

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2022 (Sachs, Lafortune, Kroll, Fuller & Woelm, 2022) demonstra que o DS enfrenta outros problemas geopolíticos e econômicos, sobretudo a nível geopolítico. Este relatório considera a necessidade de paz, diplomacia e cooperação internacional como requisitos fundamentais para que o mundo alcance os ODS até 2030. As tragédias humanitárias atuais, como a guerra na Ucrânia, afetam o desenvolvimento econômico e os resultados das políticas de DS, resultando na agravamento da pobreza, na diminuição da segurança alimentar, na falta de acesso à energia elétrica, dentre outros efeitos negativos, segundo Sachs *et al.* (2022).

Além da guerra na Ucrânia, a pandemia da COVID-19 ainda traz muita incerteza e insegurança no panorama mundial, nesse sentido, Sachs *et al.* (2022) pontuam que estas questões desviaram a atenção e as prioridades políticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris (Sachs *et al.*, 2022).

Em síntese, o desenvolvimento sustentável, que visa atender às necessidades atuais e futuras, tem um papel crucial no desenvolvimento dos setores atualmente. Esse tópico nos últimos anos tornou-se de extrema importância e significância no desenvolvimento das atividades econômicas. No turismo, a situação não diferiu, a promoção de práticas que diminuem os impactos ambientais, sociais-culturais e econômicos negativos da atividade cresceu. A aplicação desses princípios de DS no turismo tornou-se indispensável, como será exposto no subcapítulo a seguir.

#### 2.1.2. O desenvolvimento sustentável da atividade turística

Antes de mais, é preciso compreender como a atividade turística é importante para os destinos, principalmente a nível econômico. Kongbuamai, Bui, Yousef e Liu (2020) apontam que a atividade turística se tornou uma das maiores indústrias e teve um grande crescimento no século XXI. É crucial ter em consideração que o turismo é uma das economias mais importantes do mundo, responsável pelo aumento do consumo e pela criação de mercados que unem oferta e procura (Cabugueira, 2005). Andereck, Valentine,

Knopf e Vogt (2005) demonstram que a atividade tem um grande potencial econômico, e que o turismo pode contribuir para o aumento da qualidade de vida com as oportunidades de emprego, diversidade econômica e atrações e recreações, movimentando a economia local.

Lima (2007) identifica alguns aspectos relevantes para o desenvolvimento econômico da atividade em Paraty, Rio de Janeiro, Brasil. A riqueza financeira analisada no seu estudo, impulsionada pela atividade turística, gera empregos e recolhe impostos municipais. A autora verifica uma maior oferta de emprego, mesmo que sazonalmente, aumentando a renda pessoal e familiar, o consumo e a produtividade local. Dessa forma, o turismo se mostrou indispensável para a sobrevivência da cidade.

Em contrapartida, Cabugueira (2005) apresenta uma perspectiva pessimista em relação ao desenvolvimento da atividade turística, mas sustenta que é uma oportunidade de desenvolvimento econômico. O autor considera que a capacidade da atividade de se transformar em um instrumento de desenvolvimento de uma região depende, primeiramente, do nível de desenvolvimento dos outros setores da economia local (Cabugueira, 2005). Para o autor, especialmente em países desenvolvidos, o turismo consegue reter os ganhos vindos da atividade, assim como também atrair investimentos.

Nesse cenário econômico, o turismo é considerado uma atividade de exportação ininterrupta de bens e serviços. Cabugueira (2005) aponta que o efeito econômico da atividade é equivalente às exportações de mercadorias, resultando em uma entrada de moedas no país receptor. Para este autor, as receitas da atividade turística ajudam a diminuir ou anular o *déficit* das outras contas da balança de pagamentos, apresentando uma oportunidade para países apoiarem o desenvolvimento da atividade, quer nos desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento.

Cabugueira (2005) refere-se aos efeitos das receitas da atividade como diretos e indiretos. Sendo as receitas diretas resultantes da cobrança sobre os impostos gerados pela atividade, enquanto as receitas indiretas estão relacionadas aos impostos e direitos alfandegários dos bens e serviços fornecidos a atividade. O autor ainda reforça ainda que é importante ter em conta que, caso estes impostos apresentem um grande peso para a atividade, pode ser um motivo de desincentivo para o desenvolvimento dela por não favorecer o investimento, assim como também os altos direitos alfandegários que se refletem na precificação por corresponder a um custo maior para os importadores, afetando a competitividade do destino (Cabugueira, 2005).

Nesse sentido, a consideração de Cabugueira (2005) complementa ao iniciar o debate a respeito dos empregos criados pela atividade turística. O autor refere duas tipologias de emprego gerado, o emprego direto e o induzido. O direto é criado para satisfazer especificamente a atividade turística e o indireto caracteriza-se pelas atividades produtivas que respondem à atividade turística que satisfazem diretamente os turistas, logo os serviços e bens associados a atividade indiretamente.

Mourão (2000) considera a importância da atividade turística como um veículo na promoção do desenvolvimento local em áreas com elevado potencial e recursos de patrimônio natural e cultural (Mourão, 2000). Para Mourão (2000) a atividade pode beneficiar pequenas e médias vilas e cidades históricas, parques naturais, meios rurais ou áreas com beleza paisagística, localidades costeiras conservadas e entre outros recursos. Sendo assim, as comunidades locais destes destinos podem ter o turismo, neste caso o sustentável, como uma alternativa de desenvolvimento local, trazendo de valorização ambiental e territorial, dinamização socioeconômica, o acesso à informação e o intercâmbio cultural e de inovações (Mourão, 2000).

Tendo em consideração esta relação entre ambiente e turismo, Hall e Richards (2000) expõem que a interdependência entre meio ambiente, turistas e residentes é fundamental para o desenvolvimento de modelos sustentáveis da atividade. No entanto, esta dependência diante das estratégias de sustentabilidade, para os autores, levanta questões complexas, uma vez que o desenvolvimento sustentável do turismo requer não apenas uma compreensão por parte da comunidade anfitriã e uma boa relação desta com o meio ambiente, como também questões políticas e culturais nas comunidades.

Silva, Silva e Enders (2006) consideram que a crescente crise ambiental fez com que as organizações, nas últimas três décadas, considerassem os efeitos da ação humana no meio ambiente associado ao princípio do desenvolvimento sustentável como demonstrado no subcapítulo anterior. Hall e Richards (2000) pontuam que há uma crescente preocupação e necessidade em desenvolver o turismo de forma sustentável à medida que a atividade turística se torna cada vez mais importante para as comunidades.

Conforme os autores explanam, há uma relação da atividade com a comunidade, onde é desenvolvida uma dependência entre o turismo e a sociedade, uma vez que a atividade utiliza como recurso primário a comunidade, o espaço criado por esta, seu ambiente e o seu contexto social (Hall & Richards, 2000). Sendo assim, é possível perceber que a relação entre a atividade turística e o meio envolvente é de mutualismo, isto é, possuem uma associação indispensável.

Tendo em vista esta relação, Souza (2012) ressalta que a atividade turística é importante na vida social contemporânea e que o desenvolvimento da mesma e dos seus sistemas geram riscos e perigos, principalmente quando está em causa o turismo massivo e sem planejamento, implicando em impactos negativos consideráveis. Seguindo a perspectiva de Hjalager (2007), que afirma que o turismo pode ser responsável por diversos danos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

Dessa maneira, pela atividade ser de alto impacto no meio envolvente, inicia-se a busca por um desenvolvimento sustentável. Caminhando assim para a introdução dos pressupostos de desenvolvimento sustentável no setor turístico. Dentro desse quadro geral, surgem os princípios do desenvolvimento do turismo sustentável (DTS) conforme Henriques (2003) expõe.

Enquadrando o DTS a nível internacional, para ser possível compreender em que momento de desenvolvimento a atividade turística se encontra, surgem diversos documentos e estratégias, nos últimos anos, desenvolvidas tendo como base norteadora o desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030, tais como o *Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies (World Tourism Organization & United Nations Environment Programme, 2019)* e o *Tourism and the Sustainable Development Goals — Journey to 2030 (World Tourism Organization & United Nations Development Programme, 2017)*.

Em Portugal, é desenvolvida a Estratégia Turismo 2027, documento norteador para o desenvolvimento da atividade turística nacional que se alinha com o pressuposto do desenvolvimento sustentável do turismo. A estratégia apresenta diversas metas e objetivos, no âmbito da conservação e valorização do património natural e cultural, buscando inserir a comunidade como um dos principais recursos, valorizando a melhoria da qualidade de vida local (Turismo de Portugal, 2017).

Vaz (2022) considera que momentos sociais e territoriais críticos, como os vividos nos últimos anos com a pandemia COVID-19, referida no subcapítulo anterior, abrem possibilidades para promover modelos alternativos de desenvolvimento, a mudança paradigmática faz com que sejam repensadas as dinâmicas sociais e econômicas para o período pós-pandemia.

Termos como, por exemplo, o de turismo responsável cada vez se fortalecem mais. Este, recentemente, é exposto como um conceito baseado na abordagem participativa dos *stakeholders*, que propõe alternativas viáveis para tornar o turismo mais sustentável e

comprometido com o meio ambiente, com a comunidade local, com a cultura e com os próprios turistas (Nascimento & Lanzarini, 2023).

Os resultados demonstrados por Nascimento e Lanzarini (2023) evidenciaram que o turismo responsável é uma abordagem originada pela preocupação em promover uma atividade mais ética, onde os atores sociais são incentivados a assumir as suas responsabilidades. Permitindo uma resposta mais eficaz aos desafios locais, ao mesmo tempo, em que busca a qualidade de vida da comunidade local (Nascimento & Lanzarini, 2023).

Considerando esta tendência do turismo e o comprometimento governamental internacional com o DTS, é importante ter em consideração os impactos da atividade turística na comunidade. Estes impactos não apenas justificam a busca pelo DTS nas localidades como também são grandes aliados na investigação de conceitos como a qualidade de vida dos residentes, o grau de satisfação e apoio com a atividade turística por parte da comunidade receptora e no comportamento diante da atividade, conceitos que serão apresentados nos próximos subcapítulos.

## 2.2. Os impactos ambientais do turismo

Visando compreender quais são os impactos da atividade turística no meio ambiente para enquadrar impactos percebidos pelos residentes de um determinado destino, neste caso, o Algarve, o presente subcapítulo busca a relação do turismo com o meio envolvente, evidenciando e considerando investigações e análises já realizadas. Para demonstrar a importância do assunto, também se incluem no presente capítulo alguns casos que retratam como estes impactos são medidos e considerados no mercado, na academia e pelos governos, considerando sempre o contexto internacional e a tendência ao desenvolvimento sustentável das atividades.

### 2.2.1. Os impactos ambientais da atividade turística

A atividade turística é de extrema significância no âmbito do aproveitamento dos recursos do território e deve ser um ativo de importância nas políticas de desenvolvimento (Padin, 2012). Johnson, Snepenger e Akis (1994) observam que, à medida que a economia se desenvolve, o fluxo turístico expande-se na comunidade receptora. Essa relação é a principal responsável pelos impactos econômicos, ambientais e socioculturais, que podem ser amenizados através de um planejamento estruturado.

Para Cabugueira (2005) as receitas do setor são expressivas, justificando assim que a atividade seja incluída nas políticas econômicas dos países por conseguir estimular a economia de determinadas regiões, assim como observado no subcapítulo anterior. A atividade turística é considerada um motor de desenvolvimento regional, ajudando a atenuar o desequilíbrio local entre os centros metropolitanos e a periferia (Cabugueira, 2005).

No contexto deste estudo, considera-se que o exercício da atividade turística provoca impactos ambientais tanto positivos quanto negativos no destino, e que o meio ambiente pode ser considerado o mais vulnerável aos impactos negativos do turismo (Andereck *et al.*, 2005; Pires, 2006; Fandé & Pereira, 2014). Para Fandé e Pereira (2014), o ambiente natural é o mais vulnerável, concordando com o que Almeida e Abranja (2009) e Liu, Sheldon e Var (1987) pontuam. Para estes autores, a proteção ambiental também deve ser uma preocupação, assim como os fatores sociais e econômicos (Fandé & Pereira, 2014; Almeida & Abranja, 2009; Liu *et al.*, 1987).

Smith e Krannich (1998) referem que o turismo pode ser considerado uma alternativa para diversificação das atividades em comunidades dependentes apenas de uma indústria, e, nestes casos, os impactos negativos são pouco considerados. Wan e Li (2013) demonstram uma excessiva dependência do setor turístico na região do seu estudo (Macau, China), região esta que possui como base da atividade turística, o turismo de jogos e apostas, uma condição que implica na falta de diversidade econômica regional.

Em síntese, de acordo com Liu *et al.* (1987), o desenvolvimento da atividade é, geralmente, justificado pelo benefício econômico, mas, ao mesmo tempo, desencorajado ao cogitar a destruição social, cultural e ambiental provocada nos destinos. Contudo, muitos destinos se tornam dependentes exclusivamente da atividade turística, originando uma economia local muitas vezes insustentável.

Johnson *et al.* (1994) consideram que os impactos no ambiente natural podem servir como a principal restrição para o desenvolvimento da atividade turística em determinada região, uma vez que questões como a qualidade da água, congestionamento de áreas cênicas e proteção da vida selvagem não dialogam diretamente com a atividade turística. Para os autores, há um impacto diferente em relação a determinados recursos que podem ser realocados, como sistemas de esgotos, rodovias e infraestruturas diversas para receber os turistas, bem como manter, atualizar e controlar trilhas e outras instalações recreativas (Johnson *et al.*, 1994).

Pires (2006) realça que a atividade produz impactos negativos, diretos e indiretos no meio ambiente. A contaminação dos recursos hídricos, a redução dos espaços verdes, o uso insuficiente do solo, as alterações no espaço físico, a pressão imobiliária, a consequente verticalização dos centros urbanos, o pisoteio nas áreas verdes, a erosão das rotas turísticas e as alterações das paisagens são apenas alguns dos impactos negativos da atividade pontuados por Lohmann e Netto (2008).

Sunlu (2003) desenvolve um detalhado levantamento dos recursos naturais que sofrem pressão da atividade turística. O autor refere a água como o recurso mais crítico devido à utilização irresponsável por parte dos hotéis, campos de golfe e piscinas, além do uso pessoal dos turistas. Nesse sentido, observa-se também a importância dos recursos hídricos para a atividade turística, desde o suporte à atividade, sendo um elemento essencial à vida humana, como também ao verificar que a água caracteriza grande parte das paisagens turísticas. Sendo assim, a água é considerada um recurso-chave para a atividade, podendo ser considerada um atrativo turístico (Paulo, 2004).

Segundo a *European Environment Agency* (EEA) (2009) diversos fatores influenciam a demanda pública de água, sendo o turismo um destes fatores. A atividade turística pode aumentar significativamente o uso público da água, em particular em meses de férias de verão e especialmente no litoral sul da Europa, área sujeita a um considerável estresse hídrico. Especificamente nesta região, o turismo ajudou a impulsionar um aumento no uso da água pública nas últimas décadas (EAA, 2009). A EEA considera que, além de usar a água para alimentos, bebidas e higiene pessoal, o turismo está associado a atividades como natação e golfe (tendo como necessidade a irrigação dos campos) e esta característica aumenta significativamente a utilização do recurso (EAA, 2009).

Segundo a EEA, em algumas zonas europeias, a falta de água afetará negativamente o setor do turismo, a menos que sejam implementadas práticas mais eficientes em termos de gestão hídrica (EAA, 2009). A dessalinização da água já é uma realidade em muitos países e, de acordo com EAA (2009), países do Mediterrâneo, como, por exemplo, o Chipre, Grécia, Itália, Malta e Portugal, apresentam cada vez mais a dependência da utilização de água dessalinizada como um recurso adicional para o abastecimento público de água e para apoiar *resorts* de férias em áreas áridas (EAA, 2009).

Retomando a análise dos impactos ambientais, para Sunlu (2003) o turismo pode criar também grande pressão sobre os recursos locais, como, por exemplo, a energia, os alimentos e outras matérias-primas. Conforme o autor refere, a extração destes recursos acentua os impactos físicos associados à sua exploração, causando uma grande demanda.

Além disso, há também uma preocupação em satisfazer as altas expectativas que os turistas possuem em determinados destinos, aumentando significativamente estes impactos (Sunlu, 2003).

De acordo com Sunlu (2003), os recursos terrestres importantes também sofrem com a demanda da atividade, incluindo minerais, combustíveis fósseis, solo e florestas, zonas húmidas e a vida selvagem. O autor acrescenta que o aumento da construção de infraestruturas turísticas e recreativas aumenta a pressão sobre esses recursos naturais e as paisagens. A poluição também é considerada um impacto negativo gerado pela atividade, tal como Sunlu (2003) enfatiza ao listar a poluição atmosférica, o despejo de resíduos sólidos e esgotos, os desperdícios e a utilização de recursos naturais nas construções de hotéis como grandes impactos negativos do setor.

Fandé e Pereira (2014) observaram, em sua investigação realizada no município de Paraty, Rio de Janeiro, Brasil, que questões sobre os distúrbios dos ecossistemas marinhos, a disposição de resíduos sólidos nas praias, os problemas com o saneamento básico, a poluição visual e o aumento das construções irregulares por conta da atividade, foram mais consideradas pelos residentes do que pelos turistas (Fandé & Pereira, 2014).

É importante discutir de que forma a poluição atmosférica se relaciona com o turismo, uma vez que a atividade turística se caracteriza pela deslocação entre o destino emissor e o receptor, originando fluxos do local de residência para o destino turístico (Coriolano & Fernandes, 2014). A atividade turística depende de meios de transporte e estes, principalmente a aviação civil, são constantemente associados aos impactos ambientais negativos da atividade.

É, contudo, evidente o esforço para a redução do impacto da aviação civil no meio ambiente, como expõe Garcia (2014), cabendo assim aos agentes, a busca por práticas e metas, seja no aspecto político, econômico ou ambiental. A implantação de aeroportos gera um impacto ambiental elevado e traz mudanças para o seu entorno, como demonstrado por Silva, Garcia e Henkes (2020). O relatório da *International Air Transport Association* (IATA) de 2019 demonstra a necessidade de, assim como em outras indústrias, a de viagens aéreas ser ambientalmente sustentável, considerando que nos últimos 20 anos a demanda do transporte aéreo dobrou e a pressão pela necessidade da minimização dos impactos ambientais e da pegada ecológica tende a subir (IATA, 2019).

Sunlu (2003) expõe o impacto físico no ecossistema, principalmente em espaços como praias, lagos, rios, topos de montanhas, entre outros. Estes espaços são sensíveis à

degradação, porém são estes, muitas vezes, os mais atraentes para a atividade. Lanzer, Ramos e Marchett (2013) consideram haver um excesso de resíduos dispostos incorretamente no solo, na água e na vegetação ao investigar os impactos ambientais da atividade em lagoas costeiras, espaços particularmente sensíveis à atividade turística.

Nesse sentido, Ferreira (2009) considera que os impactos ambientais do turismo estão relacionados com a falta de planejamento, gestão deficitária e com os excessos no desenvolvimento da atividade no destino. Assim como também afirma Casasola (2011), o não cumprimento dos limites estipulados pela capacidade de carga dos recursos naturais prejudica o ambiente envolvente, não a atividade turística em si (Casasola, 2011).

Em síntese, os impactos ambientais da atividade turística podem ser considerados uma preocupação global (Liu *et al.*, 1987; Pires, 2006). Sunlu (2003) aponta haver questões a serem consideradas a nível internacional, como a perda de biodiversidade, a mudança climática e a destruição da camada de ozônio.

Em contraste, há autores que verificam benefícios da atividade turística para a preservação dos recursos quando esta for bem planejada, tal como referem Almeida e Abranja (2009) ao frisarem que o turismo pode ajudar a auxiliar na proteção do meio ambiente ao oferecer uma atividade com o devido planejamento, uma vez que sem este, é possível obter impactos negativos irreversíveis. Pires (2006) considera o turismo como uma ferramenta de proteção ambiental e afirma que o desenvolvimento da atividade turística de forma ambientalmente responsável pode gerar benefícios em relação à preservação ambiental e conservação da natureza, o autor.

Para Pires (2006) a atividade pressiona as autoridades locais com a participação de outros segmentos atuantes da sociedade, para planejar e promover modelos de gestão ambiental e de qualificação dos destinos, também buscando assim a resolução e diminuição de conflitos internos (Pires, 2006). A atividade turística, assim como outras atividades humanas, conforme o autor explica, enquanto utiliza os recursos naturais, conseqüentemente exercendo um impacto negativo e uma pressão sobre estes, tem interesse na manutenção ambiental, uma vez que o turismo possui o ambiente biofísico como o seu principal recurso, tal como exposto anteriormente por Sunlu (2003).

Nesse sentido, é importante referir que, nas últimas décadas, a conscientização dos *stakeholders* cresceu consideravelmente, obtendo retornos significativos para a atividade. Ruschmann (1999), por exemplo, considera que a relação do turismo com o meio ambiente vem se desenvolvendo de forma menos conflituosa nos últimos anos, em

comparação com estágios anteriores de desenvolvimento da atividade, como, por exemplo, o turismo de massas que teve o seu ápice nos anos 70 e 80.

A autora salienta que a atividade passa por uma renovação, tendo uma mudança no perfil do turista, que busca aventura, ambientes calmos e um conhecimento menos superficial dos destinos visitados. Surge assim, conforme a autora explicita, um turismo que procura a redução dos impactos negativos da atividade no meio-ambiente, surgindo denominações como turismo alternativo, responsável, ecológico e o turismo sustentável (Ruschmann, 1999).

Atualmente, como menciona Correia (2023), no contexto pós-pandemia, o mercado apresenta um destaque para o turismo sustentável e a crescente preocupação ambiental traz uma busca por práticas sustentáveis. Além disso, como a autora afirma, os turistas procuram empresas com opções mais sustentáveis e busca por um turismo mais responsável, fortalecendo o exposto ano anteriormente por Ruschmann (1999) sobre o perfil do *novo* turista.

No mesmo sentido, Pires (2006) expõe que a preservação dos recursos da atividade turística está se tornando, com o passar dos últimos anos, um fator crítico para a atividade ser bem-sucedida. Esta tendência é confirmada por Kitamura, Ichisugi, Karkour e Itsubo (2020), que afirma que o empenho para preservar o meio ambiente não é apenas essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo, mas também está ligado à melhoria da atratividade e competitividade dos destinos.

Matias e Sardinha (2009) consideram esta vantagem competitiva ao afirmar que práticas sustentáveis podem desenvolver e atrair novos negócios e a integração da sustentabilidade na cadeia de valor pode beneficiar a indústria turística, além de criar diferenciação, induzir custos reduzidos e melhorar a eficiência com a redução de desperdícios e do consumo. Nessa ordem, Haas (2011) expõe que, atualmente, o desenvolvimento não está focado apenas no processo de crescimento econômico, na expansão, produtividade e no aumento dos lucros. Busca-se, nos últimos anos, o desenvolvimento social, educacional, o fortalecimento da democracia, da preservação do ambiente, o respeito à multiculturalidade, ao patrimônio, a equidade e o respeito aos direitos humanos (Haas, 2011).

Em síntese, a atividade turística é considerada uma ameaça aos ambientes naturais quando mal planejada, sendo possível listar uma série de impactos negativos como foi demonstrado. Considerando esta característica, foi possível verificar a necessidade de um planejamento e de investigações que busquem analisar estes impactos no meio ambiente.

Sendo assim, visando demonstrar como os *stakeholders* consideram importantes a medição e a avaliação dos impactos ambientais para o desenvolvimento das suas atividades, o próximo subcapítulo visa compreender como as avaliações destes impactos são realizadas e como estas são consideradas no desenvolvimento sustentável do turismo e a preservação do meio ambiente.

### 2.2.2. Avaliação dos impactos ambientais como ferramenta para o desenvolvimento turístico sustentável

Kongbuamai *et al.* (2020) realçam que o aumento de turistas internacionais exige um maior consumo de recursos e o excesso da utilização gera uma maior degradação ambiental e conseqüentemente o aumento da pegada ecológica. Silva *et al.* (2006) demonstram que nos últimos anos foram estabelecidos conceitos, princípios e práticas visando a adequação das organizações a práticas sustentáveis, como, por exemplo, a gestão ambiental.

Henriques (2003) defende que é necessário repensar o desenvolvimento turístico por parte das organizações, buscando introduzir conceitos de desenvolvimento sustentável nos setores econômicos. Nesse sentido, os impactos ambientais do turismo podem ser medidos de diversas formas, incluindo a recolha de dados através de estudos de campo, entrevistas, questionários, dados secundários e avaliação por meio de técnicas pré-determinadas.

Como verificado anteriormente, estes impactos estão ligados principalmente à má gestão dos recursos naturais disponíveis, representando assim, uma crise ambiental como exposto por Pimenta (2012). Conseqüentemente, surgem em diversos países, mecanismos para a avaliação do impacto ambiental das atividades, buscando evitar o agravamento dos impactos negativos ao meio ambiente (Pimenta, 2012). Contemplando o cenário do turismo que se encontra em rápida expansão globalmente, torna-se cada vez mais importante existirem investigadores que forneçam conteúdo e diretrizes para o planejamento ambiental da atividade (Liu *et al.*, 1987).

Dentro desse quadro de crescente importância da abordagem do planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável empresarial, nos últimos anos, principalmente no contexto de pandemia e pós-pandemia, foi possível observar uma procura por parte das empresas turísticas em buscar operações mais sustentáveis e conscientes (Silva, Salgado & Lopes, 2023).

Nesse sentido, Sánchez (2013) refere que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio-92, mencionada anteriormente, foi a responsável por impulsionar internacionalmente o mecanismo conhecido como a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA). A AIA é considerada um instrumento de planejamento ambiental criado a partir da *National Environmental Policy Act* (NEPA), legislação pioneira norte-americana que entrou em vigor 1 de janeiro de 1970 e consistia em exigir a preparação de uma declaração detalhada sobre o impacto ambiental das iniciativas do governo americano a nível quantitativo e qualitativo (Sánchez, 2013).

Posteriormente, diversos países incorporaram a AIA em seus governos e colaboraram com a difusão internacional e diversas ONGs trabalharam em incorporar cláusulas da AIA em tratados internacionais, tratados estes que, multiplicam-se a cada ano. Por conta desta disseminação internacional, Pimenta (2012) realça que é possível verificar formas diversificadas de implementação e regulamentação da AIA que possuem em comum aspectos norteadores básicos, e estes princípios colaboram em atingir os propósitos a serem alcançados.

Para a sua aplicação, é importante ter em conta que a AIA é desenvolvida consoante as particularidades, legislação e realidades de cada país, no entanto, mesmo com estas modificações específicas, é importante verificar que há um mínimo de componentes definidos e tarefas obrigatórias, como expõe Sánchez (2013). Pimenta (2012) também refere que, apesar desta variedade de normas que regulam o Estudo Ambiental em cada país, há um consenso em termos legislativos na sua conceitualização.

Leite (2013), por sua vez, refere que em países que consideram a causa ambiental um pilar no seu desenvolvimento, há uma necessidade de, em qualquer empreendimento que possa causar impactos ambientais, realizar uma AIA. Por conta dos impactos ambientais serem causados por ações e atividades humanas realizadas em determinado espaço (Sánchez, 2013; Leite, 2013), é considerado que o estudo do impacto ambiental colabora e pressupõe que tais impactos sejam planejados, sendo estes documentados por investigações e projetados por plantas, memoriais descritivos e processos da engenharia onde cada espaço conta com metodologias adaptadas e desenvolvidas a serem aplicadas (Sánchez, 2013).

Sánchez (2013) e Leite (2013) realçam que os estudos dos impactos ambientais são desenvolvidos quando há uma possibilidade de se encontrar impactos negativos ambientais significativos advindos de determinado projeto. Neste sentido, Sánchez (2013) introduz a consulta pública como um requisito importante no processo da AIA,

existindo a consulta pública voluntária, direta, do próprio empreendedor e sem intervenção governamental, como também a consulta pública oficial, considerada pelos governos utilizando regras claras (Sánchez, 2013).

O autor refere ainda que a realização de pesquisas de opinião é um método para identificar preocupações, pontos de vista e opiniões da população que em reuniões públicas não seriam abordados e considerados. Essas pesquisas de opinião são realizadas por questionários que contenham uma série de perguntas estabelecidas ou por meio de entrevistas abertas, deixando com que o entrevistado introduza as suas preocupações de forma mais aberta. Sendo assim, é possível perceber que o planejamento participativo pode ser adotado e utilizado na AIA, e há diversos outros métodos úteis para dar importância à participação e as opiniões dos residentes (Sánchez, 2013).

Para mais, diversas certificações e normas são cada vez mais recorridas e a busca por sistemas e ferramentas de gestão sustentáveis aumentam, como, por exemplo, a ISO 14001:2015 e o Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Para Garcia (2014) um SGA é introduzido visando analisar pontos fortes e fracos, identificar os impactos ambientais e geri-los, viabilizar os recursos financeiros, aumentar a eficiência, assegurar a legislação e fornecer valores de referência para futuras melhorias nos processos. No turismo, é possível verificar que a indústria da hospitalidade visa aplicar cada vez mais os sistemas de gestão ambiental e relacioná-los com o setor, seja para desempenho ambiental, para estratégias de marketing ou visando adquirir vantagem competitiva (Chan & Wong, 2006).

A necessidade da implementação das inovações no turismo provém de uma busca para satisfazer novos públicos demográficos, diferentes motivações e ter êxito na sua logística circundante, como nos transportes, energia, comunicações, serviços, produtos e processos ligados ao setor, utilizando assim, a inovação como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável (Vieira, 2011).

Em síntese, ao relacionar a atividade turística com o desenvolvimento de políticas ambientais, é necessário introduzir processos de inovação, ferramentas de gestão ambiental e certificações específicas, como explicado no presente subcapítulo. Assim como Correia (2023) pontua, neste período pós-pandemia há uma necessidade de reforçar os princípios do turismo sustentável, incluindo o uso de certificações de sustentabilidade ambiental como, por exemplo, o *Green Key*, responsável por evidenciar o compromisso da empresa com o meio ambiente, considerando também que cada local possui preocupações e necessidades diferentes (Andereck *et al.*, 2005).

Conforme exposto anteriormente, é importante ter em conta a AIA no contexto do desenvolvimento da atividade turística (Sánchez, 2013) considerando sempre o seu caráter mutável em função das particularidades territoriais. Assim, há que recorrer à consulta pública e à participação da comunidade local para perceber e identificar impactos dos projetos e atividades (Sánchez, 2013).

Neste sentido, o seguinte subcapítulo dedica-se à caracterização da relação dos residentes com a atividade turística e a compreensão da forma como estes percebem os impactos da atividade e se comportam perante ela.

### 2.3. A relação dos residentes com a atividade turística

Neste subcapítulo, serão apresentadas investigações sobre a percepção dos impactos da atividade turística nos destinos por parte dos residentes de diferentes comunidades, visando fundamentar as análises que serão desenvolvidas com base nas hipóteses deste estudo. Para mais, além de abordar as características sociodemográficas que interferem nestas percepções, também será discutido de que forma estas percepções influenciam o comportamento dos residentes em relação à atividade turística e condicionam o seu grau de apoio à atividade.

#### 2.3.1. A percepção dos residentes em relação aos impactos do turismo

A percepção dos residentes acerca dos impactos da atividade turística é considerada um assunto muito abordado por investigadores da área (Belisle & Hoy, 1980; Liu & War, 1986; Allen, Long, Perdue & Kieselbach, 1988; Andereck *et al.*, 2005; Fandé & Pereira, 2014; Almeida-García, Cortés-Macias, Peláez-Fernández & Balbuena-Vázquez, 2016; Alrwajfah, Almeida-Garcia & Cortés-Macias, 2019; Boğan, Dedeoglu & Balikçioglu, 2021).

Hall e Richards (2000) demonstram que dar atenção às comunidades e às suas particularidades no desenvolvimento do turismo tornou-se essencial para a sustentabilidade. Para estes autores, uma abordagem holística da sustentabilidade requer que o bem-estar social, cultural e econômico sejam componentes do aspecto ambiental. Estes afirmam haver uma forte relação entre a comunidade e o desenvolvimento sustentável da atividade turística, onde, sem o desenvolvimento sustentável da comunidade, não é possível esperar um desenvolvimento sustentável da atividade (Hall & Richards, 2000).

Fandé e Pereira (2014) referem que os residentes percebem mais os impactos negativos da atividade em comparação com os turistas. Consideram assim que os residentes são as principais vítimas do desenvolvimento do turismo na localidade receptora e esta conclusão reforça a necessidade de melhoria no planejamento turístico local tanto a nível do setor público quanto a nível do setor privado (Fandé & Pereira, 2014).

Belisle e Hoy (1980) expõem em seu estudo em Santa Marta, Colômbia, que mesmo com a percepção de aspectos negativos graves, principalmente no aumento do custo de vida e a questão da segurança pública, como, por exemplo, o aumento da prostituição, tráfico de drogas, segregação social, roubo e assaltos, ainda há um grande apoio da comunidade em relação à atividade turística, sendo este apoio dos residentes superior aos problemas citados. Os impactos positivos foram registados em sua análise duas vezes mais do que os impactos negativos, indicando maior satisfação com a atividade turística. Não obstante, foi concluído que os benefícios do turismo se concentram em uma minoria da população.

Decerto é possível observar que os resultados obtidos não são gerais e todos dependem de particularidades e características específicas das localidades a serem investigadas. Sinclair-Maragh (2017), Hao, Long e Kleckley (2011) e Liu e War (1986) contribuem afirmando que as características sociodemográficas, socioeconômicas e pessoais, como, por exemplo, renda mensal, gênero, educação e idade são de suma importância para compreender a percepção da atividade turística nos destinos. Para Sinclair-Maragh (2017) é importante verificar o perfil sociodemográfico dos residentes para determinar como este está relacionado com as atitudes dos residentes diante do desenvolvimento da atividade turística.

Alrwajfah *et al.* (2019) e Boğan *et al.* (2021) também evidenciam que as características demográficas dos residentes do destino ajudam a determinar tanto as percepções quanto a atitude global em relação ao turismo. Todavia, Hao *et al.* (2011) expõem que tais características sociodemográficas, socioeconômicas e pessoais não conseguiram prever, em seu estudo, as atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento da atividade turística.

A nível econômico, ao questionar o nível de relação entre o rendimento dos residentes e o apoio à atividade, Sinclair-Maragh (2017) afirma que residentes que mais apoiam o desenvolvimento da atividade turística possuem um baixo rendimento, assim como também Teye, Sönmez e Sirakaya (2002). Mas, ao comparar com autores como

Haralambopoulos e Pizam (1996), o resultado é oposto, estes autores sustentam que quanto maior o rendimento dos residentes, maiores são as atitudes positivas em relação ao desenvolvimento do turismo.

Dentro desse cenário, se cria a necessidade de verificar esta relação no que tange a percepção dos impactos ambientais da atividade, tendo em consideração esta abordagem nos impactos gerais expostos anteriormente. Assim, é desenvolvida a **hipótese 1** relacionada com o **objetivo específico 1.1**, que visa avaliar se o rendimento influencia a percepção dos impactos ambientais do turismo.

**H1: O rendimento individual influencia a percepção dos impactos ambientais da atividade.**

Ainda a nível econômico, é necessário refletir sobre a grande capacidade que a atividade turística possui em gerar empregos (Korça, 1998). Esta característica é responsável por dar à comunidade uma abertura em aceitar empregos relacionados com o turismo (King, Pizam & Milman, 1993) e conseqüentemente faz com que os residentes identifiquem o papel positivo da atividade na economia local (Andereck & Nyaupane, 2011).

Cabugueira (2005) também considera a importância do turismo para a criação de empregos em áreas com desemprego estrutural, como em zonas rurais, além da criação de emprego por meio do desenvolvimento de infraestruturas vinculadas à atividade. Com base nesse contexto, é possível reconhecer a importância dos resultados financeiros da atividade turística pelos residentes. Dall'agnol (2012) aponta que quando a atividade turística é considerada um rendimento financeiro essencial à escala local e nacional, é possível verificar uma percepção positiva no seu desenvolvimento ser bem-sucedido nas comunidades anfitriãs.

Entretanto, encontram-se na literatura autores com uma perspectiva contrária, ou seja, que referem ser possível observar uma percepção negativa do desenvolvimento dos empregos relacionados com a atividade (Tosun, 2002). Para este autor, pela estrutura socioeconômica da comunidade analisada de Urgup, na Turquia, ser maioritariamente voltada para a agricultura (70% da população local) os residentes desenvolveram percepções negativas sobre o emprego do setor turístico.

Assim como Johnson *et al.* (1994) demonstram em seu estudo, apenas 18% acreditavam que a atividade turística geraria mais empregos, resultados que originam um fraco apoio da comunidade à atividade e na fraca capacidade da atividade turística em gerar empregos. Assim, torna-se necessário, analisar estas divergências de resultados

associadas às características de cada território e tendo em conta como a atividade turística se desenvolve nos mesmos.

Alrwajfah *et al.* (2019) verificam que as percepções econômicas são positivas e relaciona que esta característica pode explicar a importância dos impactos econômicos para os residentes, uma vez que estes buscam obter benefícios econômicos da atividade. Diante dessa realidade, autores como Husbands (1989), Rennó Teixeira (2007), Alrwajfah *et al.* (2019), Silva e Maia (2008), sustentam que os indivíduos tendem a ter um comportamento mais favorável à atividade turística quando possuem empregos relacionados com o setor.

Husbands (1989) em seu estudo, conclui que os indivíduos que possuem empregos relacionados com o turismo apresentam uma perspectiva positiva em relação ao desenvolvimento da atividade e consideram que esta tem uma notável influência na comunidade. Assim como também Rennó e Teixeira (2007), constataram, as atitudes positivas em relação aos impactos da atividade turística estão relacionadas com o grau de dependência econômica dos indivíduos em relação à atividade.

Alrwajfah *et al.* (2019) também afirmam que ter um emprego relacionado com a atividade, influencia positivamente na percepção dos impactos do turismo (Alrwajfah *et al.*, 2019) validando os resultados obtidos nas investigações de Andreck *et al.* (2005), Husbands (1989) e Rennó e Teixeira (2007). É também importante verificar que para Alrwajfah *et al.* (2019), quando há um maior nível de relação entre o residente e a atividade turística, os impactos tanto negativos, quanto positivos, percebidos da atividade turística aumentam.

Silva e Maia (2008) em seu estudo realizado sobre a percepção da atividade turística em um parque de preservação ambiental brasileiro, especificamente, foi observada também a ênfase do aspecto econômico pelos residentes do parque. As autoras verificaram que residentes que possuíam uma ligação financeira com o turismo valorizaram mais a atividade do que residentes que não possuíam tal ligação. Seus resultados apontam que estes indivíduos sem ligações econômicas com o turismo reclamam principalmente das proibições do uso dos recursos naturais presentes no parque por conta da abertura e do controle para a realização da atividade turística.

Em consonância com esse cenário, foi desenvolvida a **hipótese 2**, referente ao **objetivo específico 1.2** que consiste em perceber se o tipo de trabalho e a relação laboral dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais do turismo.

## **H2: O tipo de trabalho e a relação laboral dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais do turismo.**

A nível da escolaridade e da sua relação com a percepção dos impactos, diversos autores sustentam resultados positivos diante da percepção da atividade turística na ótica dos residentes: residentes com maior grau de escolaridade tendem a perceber mais os impactos positivos da atividade (Amuquandoh, 2010; Kuvan & Akan, 2005; Andereck & Nyaupane, 2011).

Esta ideia foi apoiada por Alrwajfah *et al.* (2019) que afirmam que quanto maior o grau de escolaridade, maior a percepção dos impactos tanto negativos quanto positivos. Diante desse cenário, para Teye *et al.* (2002), residentes com níveis mais elevados de educação tendem a reconhecer com mais facilidade os efeitos positivos do turismo, resultando em uma maior propensão para adotar atitudes favoráveis à atividade. Outros autores como Haralambopoulos e Pizam (1996) e Amuquandoh (2010) também concluíram que residentes com maiores níveis de escolaridade tendem a ter uma perspectiva e uma atitude mais positiva em relação aos impactos da atividade turística.

Teye *et al.* (2002) também confirma em seu estudo que residentes com maiores níveis de escolaridade possuem uma atitude mais positiva diante da atividade turística. Para os autores, esta atitude se dá pela tendência que estes residentes possuem em se relacionar com turistas estrangeiros.

Esta relação entre o nível de escolaridade e a percepção dos impactos da atividade originou a **hipótese 3, referente ao objetivo específico 1.3**, que visa compreenderem que medida as habilitações dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais da atividade turística.

### **Hipótese 3: As habilitações dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais da atividade turística.**

Além da escolaridade a nível estudantil, Almeida-García *et al.* (2016) concluem que a educação dos residentes relativamente ao turismo, nomeadamente, o acesso a informações relacionadas com a atividade turística e os seus impactos por parte de iniciativas governamentais, também é essencial para uma percepção mais positiva da atividade. Estes autores referem que há uma melhora das relações à medida que a educação pró turismo dos residentes aumenta. Para os autores, deve haver uma atenção maior na distribuição de informações relacionadas com a atividade, buscando assim, uma tentativa de melhorar as relações do turismo com os residentes.

Neste sentido, Soares, Júnior e Chagas (2018) consideram a necessidade de um comportamento ambiental dos residentes em seu estudo. Na opinião dos autores, é de extrema importância que os residentes abordem um comportamento com boas práticas de preservação e conservação de recursos.

Hall e Richards (2000) apontam que os interesses das comunidades locais e dos turistas nem sempre coincidem e nem todos os residentes se beneficiam da atividade igualmente ou estão satisfeitos com seu desenvolvimento. Segundo os autores, mesmo existindo uma densa literatura sobre a relação comunidade, o turismo e os seus conflitos, no âmbito do desenvolvimento sustentável, nos anos anteriores, este tema era negligenciado.

Nesse contexto, verifica-se que é de grande importância examinar minuciosamente como a mudança provocada pelo turismo impacta as cidades, inclusive as de pequeno porte. Isso não significa apenas analisar os aspectos econômicos, mas também observar as dinâmicas sociais, bem como os desafios culturais que surgem do encontro entre os visitantes e os moradores locais (Rennó & Teixeira, 2007). Para os autores, o turismo, além das alterações de comportamento necessárias para sua expansão, tem efeitos indiretos na comunidade, uma vez que aumenta a receita das cidades e é uma atividade econômica relevante (Rennó & Teixeira, 2007).

Liasidou, Stylianou, Berjozkina e Garanti (2021) expõem em seu estudo em territórios rurais em Chipre que apresentam uma assimetria de desenvolvimento, como os autores expõem, por falta de uma abordagem holística que envolva a comunidade, que os residentes consideram o turismo uma tendência positiva em suas áreas, mas expressaram preocupações em relação às autoridades governamentais, que, segundo eles, devem aplicar políticas e planos mais eficazes. Para estes residentes, a atividade turística possui todos os requisitos para o desenvolvimento das áreas rurais e pode proporcionar benefícios econômicos e financeiros aos residentes, além disso, também promovem a identidade cultural desses destinos e um forte senso de orgulho na comunidade.

Nesse sentido, introduz-se a **hipótese 4**, referente ao **objetivo específico 1.4**, que visa verificar identificar se a densidade populacional da zona de residência influencia a percepção dos residentes sobre os impactos ambientais do turismo.

**H4: A densidade populacional da zona de residência influencia a percepção dos residentes sobre os impactos ambientais do turismo.**

Sendo assim, é possível verificar que há resultados diferentes e essa divergência se dá principalmente pela forma como a atividade turística se manifesta nas diferentes regiões,

apresentando tanto percepções positivas quanto negativas, não havendo um consenso na literatura. Em síntese, como refere Andereck *et al.* (2005), em geral, há uma percepção positiva da atividade turística por parte dos residentes, mas que esta percepção do desenvolvimento da atividade não implica na falta de preocupação dos seus impactos na comunidade local.

### 2.3.2. O comportamento dos residentes em relação à atividade turística

Kuvan e Akan (2005) referem que o estudo sobre as atitudes dos residentes em relação à atividade turística remonta aos anos 70 e que vem aumentando nos últimos anos. Segundo os autores, este crescimento decorre de uma inovação e sofisticação nas ferramentas de investigação disponíveis que buscam aprofundar o assunto.

Para Boğan *et al.* (2021) um dos problemas mais significativos enfrentados nos destinos é o efeito negativo do turismo e como este afeta as atitudes dos residentes frente à atividade. Renda (2012) refere que tanto turistas quanto residentes são impulsionados pelos aspectos afetivos e relacionais da atividade turística. Para a autora, os residentes estão cada vez mais interessados em satisfazer essas necessidades, afetando diretamente o seu comportamento. Além da satisfação das necessidades básicas, os residentes também associam o desenvolvimento turístico à realização de necessidades sociais e de autorrealização.

É também afirmado por Kuvan e Akan (2005) que há um consenso na literatura em relação ao fato de que a atividade turística, tanto em escala nacional quanto local, depender do apoio das comunidades receptoras tanto nas fases de desenvolvimento quanto nas fases posteriores. Sabe-se que a relação do turista com o residente é complexa, uma vez que, como expõe Coriolano e Fernandes (2014), há turistas que procuram um envolvimento com os residentes, desenvolvendo esta relação de trocas socioculturais, mas também há turistas que se mantêm em bolhas, conseqüentemente se afastando do contato com o local.

Analisar a qualidade de vida, o comportamento dos residentes e as suas relações com os turistas é essencial para compreender como a atividade é percebida pela comunidade. Andereck e Nyaupane (2011) identificaram que a atividade turística influencia positivamente a qualidade de vida dos seus inquiridos, principalmente nas questões voltadas para o sentimento de pertencimento e orgulho da comunidade, na economia, na preservação e manutenção de recursos naturais e culturais e na disponibilidade de novos ambientes de recreação.

Liu e War (1986) apresentam também uma perspectiva positiva em relação à atividade turística em sua investigação sobre as atitudes dos residentes em relação aos impactos econômicos, socioculturais e ambientais do turismo no Havai, Oahu, Maui e Kauai, Estados Unidos da América. Os inquiridos concordam que a atividade turística fornece atividades de lazer, não gera problemas de tráfego, aumenta a qualidade das vias, dos ambientes públicos e não representa um problema ecológico para a região. O estudo demonstrou haver um consenso entre os inquiridos de que a atividade possui benefícios econômicos e culturais.

Andereck *et al.* (2005) concluíram que a atividade turística aumenta o número de infraestruturas para atender ao consumo gerado pelo turismo, assim como atrai festivais, feiras e museus, o que pode influenciar na qualidade de vida dos residentes. Entretanto, o autor observa que o impacto negativo mais mencionado pelos residentes foi o aumento de pessoas nos destinos, implicando substancialmente no tráfego e nos congestionamentos.

Pinto, Renda e Roberts (2022) afirmam também, em estudo realizado sobre Faro, no Algarve, que os impactos ambientais da atividade turística possuem um grande peso na percepção da qualidade de vida face à percepção dos impactos do turismo por parte dos residentes. Neste estudo foram identificados principalmente fatores como o reconhecimento do aumento da poluição sonora e a produção de resíduos, assim como a desvalorização da paisagem natural e as implicações no tráfego da cidade.

Foi confirmado que os benefícios percebidos da atividade influenciam positivamente a satisfação dos moradores com a gestão local, sendo rejeitado que quando os moradores percebem os custos do desenvolvimento turístico, o nível de insatisfação aumenta em relação à gestão (Alrwajfah *et al.*, 2019). Esta abordagem dá origem a **hipótese 5** que tem em vista analisar o **objetivo específico 2.1**, que tem em vista identificar de que forma a percepção dos impactos ambientais da atividade turística pelos residentes está relacionada com a percepção da sua qualidade de vida.

**H5: A percepção dos impactos ambientais da atividade turística pelos residentes relaciona-se com a percepção da sua qualidade de vida.**

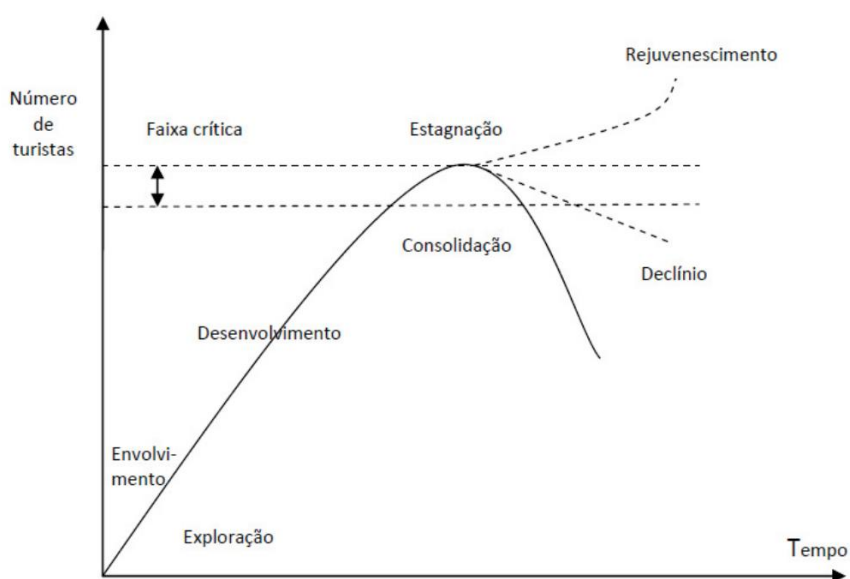
Nesse sentido, é importante refletir, como Oliveira (2006) expõe, que as percepções de cada indivíduo são formadas a partir de uma série de visões e variáveis distintas individuais, tais como o meio social, a atividade econômica realizada, a religião, o nível de escolaridade, história de vida e entre outras. Consequentemente, um estudo sobre identificar a percepção dos residentes em relação a alguma atividade, como, por exemplo,

a turística, pode ser utilizado como uma ferramenta para análise de como esta percepção interpreta os fatos e identificar quais destes fatos estão sendo percebidos distorcidamente ou até mesmo deixando de ser reconhecido (Oliveira, 2006).

Neste âmbito, é preciso considerar que Butler (1980) afirma que cada destino possui um ciclo de vida distinto, introduzindo a Teoria do Ciclo de Vida de Butler. Ao longo dos anos, esta teoria tornou-se uma importante abordagem na academia e uma ferramenta essencial para reconhecer e entender o nível de desenvolvimento dos destinos.

O ciclo de vida de um destino turístico é dividido em seis fases: a exploração, o envolvimento, o desenvolvimento, a consolidação, a estagnação e a pós-estagnação (figura 2.4).

Figura 2.4 — Teoria do Ciclo de Vida de Butler



Fonte: Quadros (2016)

Como exposto por Butler (1980), a primeira fase consiste na *exploração*, onde o destino atrai inicialmente um pequeno número de turistas, inicia-se a atividade de forma orgânica. Este estágio, dependendo de como se encontra a acessibilidade e as infraestruturas, pode durar anos.

O seguinte estágio é o de *envolvimento* em que, alguns residentes do destino iniciam o seu contato com a atividade, criando infraestruturas voltadas para os turistas no destino. Segundo o autor, estes dois primeiros estágios são estágios com menos impactos comparativamente com os que seguem.

O terceiro estágio de *desenvolvimento* consiste no desenvolvimento da área voltada para a atividade turística, com o progresso desta etapa, o envolvimento local e a

participação dos residentes começam a cair, dando espaço para as grandes empresas do ramo e para as organizações internacionais. Neste terceiro estágio, Butler (1980) demonstra que as mudanças nas paisagens do destino serão notáveis e os atrativos construídos para o turismo serão mais procurados e promovidos. O autor também afirma que neste estágio a relação entre os residentes e os visitantes pode ser mais delicada, podendo não ter um acolhimento por parte dos residentes.

A quarta fase, *consolidação*, marcada pela pausa na busca intensa pelo destino, isto é, de acordo com Butler (1980), neste estágio o número de visitantes diminui levemente, mesmo ainda tendo o número total de visitantes a aumentar e nesta etapa o número de turistas supera o número de residentes. Nesta etapa, a dependência da atividade turística é considerável e há a busca por tentar receber estratégias para receber estes turistas por mais épocas do ano (sazonalidade). Nesta etapa nem todos os residentes estão satisfeitos com os visitantes no destino, particularmente para os residentes não envolvidos pelo setor e sentem de alguma forma que a atividade atrapalha o aproveitamento dos seus recursos e o seu entretenimento no seu local de residência (Butler, 1980).

O estágio de *estagnação* demonstra um pico de visitantes no local, nesta etapa a capacidade de carga de determinado destino é alcançada ou até mesmo extrapolada. Nesta, o destino tem uma boa imagem, mas já não é tão chamativa e interessante como anteriormente e será necessário um grande esforço para conseguir manter os números de hóspedes. Os recursos naturais e culturais nesta etapa já estarão substituídos pelos recursos artificiais (Butler, 1980).

Por fim o destino pode ter ou o estágio de declínio, ou de *rejuvenescimento*, no declínio o destino não tem mais capacidade competitiva, apresenta uma queda de visitantes e de investimentos, neste, a área pode perder a sua função turística completamente. Já o rejuvenescimento é uma abordagem alternativa, Butler (1980) afirma que para este ocorrer é necessário ter uma completa mudança nos recursos atrativos do destino. Para isso é preciso recorrer ou a novas infraestruturas únicas e diferentes ou a revalorização dos recursos naturais do destino (Butler, 1980).

É nesse contexto de discussão que se desenvolve a **hipótese 6**, referente ao objetivo **específico 2.2**, que tem em vista conhecer em que medida a percepção dos impactos ambientais pelos residentes do Algarve influencia o apoio ao desenvolvimento turístico no seu concelho de residência.

## **H6: A percepção dos impactos ambientais pelos residentes do Algarve influencia positivamente o seu apoio ao desenvolvimento turístico no seu concelho de residência.**

Lima (2012) contextualiza que o nível de interação que os residentes estabelecem com os turistas é um dos principais fatores que influencia na formação da opinião dos residentes sobre o efeito da atividade turística. No contexto de análise, Renda (2012) expõe que estudos das percepções e das atitudes dos residentes frente à atividade turística muitas vezes recorre à Teoria das Trocas Sociais (TTS) visando compreender a relação turista e residente.

Silva, Guedes e Júnior (2021) demonstram que a TTS se originou de estudos sobre o comportamento humano e as relações sociais realizadas nas diversas áreas de conhecimento, como, por exemplo, na psicologia, antropologia, economia, sociologia e entre outros campos. Os autores sintetizam que a TTS tem em vista compreender a formação e a manutenção dos relacionamentos sociais entre os indivíduos, analisando as vantagens e desvantagens para determinar a validade e viabilidade dessas relações, utilizando autores de base como Blau (1964) e Homans (1958).

Especificamente na compreensão do comportamento humano e na constituição das suas relações interpessoais, a TTS foi inicialmente abordada por Homans (1958) e Blau (1964), como expõem Silva *et al.* (2021). De acordo com Blau (1964), a desaprovação coletiva pode gerar uma oposição generalizada. O autor compreende que o sentimento de injustiça perante a indivíduos que compartilham experiências de opressão ou sentem-se oprimidos pode gerar grandes movimentos de oposição.

Homans (1958) identifica que quando a percepção de lucro é maior perante alguma atividade ou serviço, em relação ao seu custo, o indivíduo tende a ter uma mudança de comportamento e oposição maior quando o lucro percebido é menor e o custo superior. Mauss (2007) expõe que os relacionamentos envolvem um indivíduo doador e outro indivíduo receptor e esta relação baseia-se em trocas de benefícios.

No turismo, a TTS possibilita analisar os mais diversos *stakeholders* envolvidos na atividade e de que modo se dá as relações sociais entre estas partes (Silva *et al.*, 2021). Vargas-Sánchez *et al.* (2014) consideram ao analisar o comportamento e as percepções dos residentes na baixa temporada, que a comunidade anfitriã percebe em maior grau os benefícios da atividade e consideram que estes benefícios superam os custos com o setor.

Para os autores, há uma relação mais amigável entre turista e residente, onde os residentes percebem os turistas de forma mais positiva, sendo mais favoráveis à atividade.

Os autores consideram que os turistas são percebidos de forma mais favorável em termos de respeito, gastos e relações interpessoais, confirmando a TTS, desenvolvendo uma atitude mais positiva em relação à atividade.

Jafari e Xiao (2016) expõe haver diversas variáveis que tem relação direta e indiretamente na formação de atitudes dos indivíduos e por esta razão são necessários modelos para a compreensão das relações entre essas variáveis. Nesse sentido, diversas bases teóricas são utilizadas, como, por exemplo, a TTS, teoria utilizada com mais frequência pelos pesquisadores, podendo reconhecer também diversas outras perspectivas, como o nível de vínculo do turista com a comunidade, o Modelo “Irridex” de George Doxey e o Ciclo de Vida do Destino de Butler.

Na busca pela compreensão de como os residentes se relacionam com o desenvolvimento da atividade turística, Doxey (1975 cit. Jafari & Xiao, 2016) desenvolve o Índice de Irritação, conhecido como “*Irridex*”. Este índice visa compreender como as atitudes dos residentes são alteradas conforme a atividade turística, analisando o comportamento dos indivíduos nos estágios de desenvolvimento da atividade consoante o ciclo de vida dos destinos. Segundo os autores, as diferentes fases do *Irridex* se dão pelos impactos negativos, socioculturais, econômicos e ambientais da atividade no destino e que estes impactos podem ocasionar uma irritação à comunidade local (Jafari & Xiao, 2016).

Nesse sentido, segundo Doxey (1975 cit. Jafari & Xiao, 2016) pode-se considerar quatro estágios, iniciando com a euforia, apatia, irritação e antagonismo. O primeiro estágio ocorre quando o número de turistas é reduzido, o ambiente está ainda em processo de início à recepção de turistas e neste estágio a comunidade tende a ser receptiva aos visitantes. Posteriormente, a fase da apatia surge quando o número de turistas sobe e a relação entre residentes e turistas se formaliza.

A seguir, a fase da irritação é identificada como o momento em que há um aumento da competição por recursos entre visitantes e residentes. Nesta fase, há uma relação conflituosa, onde os residentes se preocupam com o desenvolvimento em termos mais significativos da atividade turística no destino. Por fim, na última fase, fase do antagonismo, os residentes consideram os turistas como os responsáveis pelos problemas das comunidades receptoras (Doxey, 1975 cit. Jafari & Xiao, 2016).

Como exemplo, considerando o Irridex (Doxey, 1975 cit. Jafari & Xiao, 2016), Cavus e Tanrisevdi (2003) chegaram à conclusão em sua investigação em Kusadasi, Turquia que 63% dos inquiridos perceberam o nível de desenvolvimento da atividade turística no local

como negativo. Nesta investigação os inquiridos não demonstraram satisfação com o planeamento e com os esforços das autoridades diante das questões ambientais.

Estes autores consideram que os descontentamentos com a atividade turística por parte dos inquiridos superaram o estágio de antagonismo de Doxey (1975), ultrapassando para a fase de aborrecimento com a atividade, o que segundo os autores é uma situação grave para o futuro do destino. Para os autores, há uma necessidade de a administração pública local prestarem mais atenção nos problemas e nas percepções dos residentes, além de também educar os residentes sobre os custos e os benefícios da atividade (Cavus & Tanrisevdi, 2003).

Esta relação conflituosa é considerada no **objetivo 2.3** a ser verificada pela **hipótese 7** que consiste verificar se a percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia o seu comportamento no acolhimento dos turistas no seu concelho.

**H7: A percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia o seu comportamento no acolhimento dos turistas no seu concelho de residência.**

Já na proteção dos recursos, há autores (Wan & Li, 2013; Silva, Chagas & Júnior, 2016; Avcikurt & Soybali, 2002) que afirmam haver uma grande importância de envolver a comunidade no desenvolvimento e planeamento da atividade turística. Em determinados casos, o não envolvimento dos residentes com a atividade e a não participação ativa da comunidade na tomada de decisão podem trazer problemas consideráveis no planeamento e na gestão da atividade. Wan e Li (2013) concluíram que a sua região analisada ainda sofre com a falta de planeamento público e urbano e com a falta de participação da população nas tomadas de decisão e envolvimento nos processos.

Andereck e Nyaupane (2011), consideram que os residentes apresentam uma perspectiva positiva em relação à atividade turística e a proteção de recursos naturais e culturais. Assim como Andereck *et al.* (2005) que concluíram que os residentes identificam também efeitos ambientais positivos da atividade turística, principalmente no que tange a preservação do património natural e da biodiversidade local.

Observando esse contexto, é originada a **hipótese 8** que visa compreender se a percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia a sua atitude e comportamento relativamente à preservação ambiental no seu concelho de residência e no Algarve, referente ao **objetivo específico 2.4**.

**H8: A percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia a sua atitude e comportamento relativamente à preservação ambiental no seu concelho de residência e no Algarve.**

Tendo em consideração as hipóteses levantadas para satisfazer os objetivos específicos no âmbito dos dados sociodemográficos dos indivíduos e das atitudes diante ao desenvolvimento da atividade, o próximo subcapítulo será responsável por apresentar a Região do Algarve, local de estudo da pesquisa.

## 2.4. A região do Algarve

Este subcapítulo apresenta os aspectos geográficos e sociodemográficos da região do Algarve, assim como a importância do setor terciário para a economia desta e a contextualização histórica da atividade turística na região.

### 2.4.1. Aspectos geográficos e sociodemográficos

Localizada a sul de Portugal continental, limitada a sul e oeste pelo Oceano Atlântico, a leste pelo rio Guadiana, marcando a fronteira com a Espanha e a norte com o Alentejo, a região do Algarve é uma das sete regiões segundo a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) II de Portugal (Santos & Ramos, 2015). A localização geográfica privilegiada da região confere características bioclimáticas singulares. O clima é temperado, com características mediterrânicas, oferecendo mais de 3.000 horas de Sol por ano e uma média baixa anual de precipitação (Visit Algarve, 2018).

Contendo dezasseis municípios, sendo estes Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, a região possui características e recursos diversificados (Santos & Ramos, 2015). Para além dos limites municipais, a região é dividida em dois eixos, o eixo vertical e o horizontal, o eixo vertical compreende no Litoral, Barrocal e Serra, divisão que assume principalmente as características geológicas da região. Neste eixo de norte a sul, as formações rochosas e relevos vão diminuindo com a proximidade ao mar (Carmo & Santos, 2011).

Nesta divisão, próximo à fronteira com o Alentejo, a região possui os seus principais conjuntos montanhosos, a Serra do Caldeirão com 587 metros de altitude e a Serra de Monchique (Fóia) com 902 metros de altitude, a Serra ocupa 50% do território algarvio (Carmo & Santos, 2011; Visit Algarve, 2018).

Entre a Serra e o Litoral, o Barrocal apresenta uma formação descendente e até o Litoral as formações são cada vez com um relevo mais baixo e regular. O Barrocal é conhecido como uma zona de transição entre a Serra e o Litoral, também conhecido como

beira-serra, é uma zona fornecedora de produtos agrícolas importantes da região como o medronho, o mel e a cortiça (Visit Algarve, 2018).

Tomé (2008) pontua que esta divisão não reflete a diversidade da região, sendo necessário considerar também a divisão no sentido vertical, Barlavento e Sotavento. Além desta característica, a região possui uma concentração urbana maior em duas áreas principais, as áreas de Faro, Loulé e Olhão e as de Portimão, Lagos e Lagoa (Santos & Ramos, 2015).

Atualmente, segundo os Censos de 2021, o Algarve possui uma população residente de 467.343, um crescimento de 16.337 em relação ao Censo de 2011. Na região é possível verificar uma grande assimetria entre a quantidade de residentes nos territórios a interior da região e a quantidade de residentes no litoral. Ao comparar a população de Alcoutim com 2.523 residentes, Vila do Bispo com 5.717 residentes e Aljezur com 6.045 e municípios como Faro com 67.622 residentes, Loulé com 72.332 residentes e Portimão com 59.845 é possível ter em conta esta diferença (PORDATA, 2021). Ao verificar a densidade populacional, Faro possui 333,8 indivíduos por km<sup>2</sup>, enquanto concelhos como Alcoutim possui uma densidade populacional de 4,4 indivíduos por km<sup>2</sup>.

Ao comparar os Censos de 2011 e de 2021 é possível verificar que municípios no interior da região, Barrocal e Serra, sofrem com uma fuga de residentes do território, a exemplo de Alcoutim, que em 2021 possuía 2.523 residentes e 2011, 2.917 residentes. Esta tendência repete-se nos municípios de Castro Marim, Monchique, Tavira e Vila Real de Santo António (PORDATA, 2021). Enquanto esta tendência é verificada nestes concelhos, o número de residentes dos outros onze concelhos da região aumentam, com destaque para Portimão, com um crescimento de cerca de 4.282 habitantes de 2011 para 2021. Seguindo por Faro (+2.547), Lagos (+2.465) e Loulé (+2.210) (PORDATA, 2021; CCDR, 2021).

Esta característica do território torna-se autoexplicativa quando se compreende que o litoral é onde há a maior concentração da atividade econômica regional, principalmente do turismo (Visit Algarve, 2018). No entanto, não é uma característica apenas da região, segundo a PORDATA (2021), em Portugal, de 10.347.892 da população total, 8.528.956 residem em território costeiro. No âmbito da atividade turística, como exposto na Estratégia 2027 (Turismo de Portugal, 2017), aproximadamente 90,3% das dormidas em Portugal continental, no ano de 2014, aglomeraram-se no litoral do país.

Carvalho (2022) considera essas assimetrias regionais de Portugal uma grande fragilidade. Ao longo dos últimos anos, o território português continental sofre com uma

assimetria considerável no que tange o desenvolvimento territorial. Essa tendência tem como origem a grande diversidade territorial do país que confere vantagens e desvantagens consoante as decisões tomadas e das condições observadas como pontua Silva (2020). O autor compreende que o agravamento das condições socioeconômicas dos territórios de baixa densidade demográficas nacionais já é verificado há anos. Para ele, esta assimetria é originada de decisões tomadas pelas instituições públicas, privadas e pela população.

O Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), define as áreas de baixa densidade como aquelas situadas no interior do país, onde a densidade populacional é inferior a 50 habitantes por quilômetro quadrado (PNCT, 2016). Segundo o PNCT (2016) aproximadamente 70% do território português é considerado território de baixa densidade demográfica. Este programa apresenta como um dos seus objetivos promover os territórios do interior como modelos de boas práticas ambientais e de desenvolvimento sustentável. Este objetivo aposta na valorização das características socioculturais do território e o desenvolvimento de estratégias estruturadas da atividade turística considerando a sustentabilidade da atividade (PNCT, 2016).

Silva (2020), em sua pesquisa, expõe que a atividade turística é uma componente importante para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade demográfica. Para o autor, o turismo pode ter um impacto positivo no desenvolvimento dos territórios pouco explorados, influenciando o setor econômico, social, cultural e ambiental. Silva (2020) expõe que apesar de ser um tema pouco abordado na literatura, seu impacto direto no crescimento econômico é evidente.

Há, assim, a necessidade de desenvolver uma estratégia de turismo devidamente planejada, que minimize os impactos negativos e promova uma relação positiva com os outros setores, levando a atividade ter uma contribuição significativa para o desenvolvimento dessas regiões (Silva, 2020). Esta importância em procurar atingir um desenvolvimento equilibrado e coeso dos territórios de baixa densidade também é exposta no PNCT (PNCT, 2016). Para mais, atualmente, Silva *et al.* (2023) e Vaz (2022) consideram que a pandemia se revelou uma grande oportunidade no desenvolvimento dos territórios de baixa densidade populacional.

No Algarve, o turismo tem se desenvolvido para beneficiar as potencialidades das regiões rurais, que está relacionado principalmente com o desenvolvimento do turismo de natureza, com o aproveitamento dos recursos paisagísticos e com os percursos de pedestres e de ciclistas (Torkington, Perdigão, Rebelo, Conceição, Eimermann, Nijhoff,

Dias, Perna & Tomozeiu, 2023). No entanto, é possível verificar muitos desafios no desenvolvimento do turismo nas zonas rurais da região. A falta de emprego e os baixos salários, a fraca ligação a internet e ligação telefónica, a falta de promoção das zonas rurais, a falta de visão dos órgãos de liderança, a escassez de serviços e as limitações de planeamento são apenas alguns dos desafios considerados pelos autores (Torkington *et al.*, 2023).

Face ao exposto, visando cumprir o objetivo específico 1.4 e verificar a hipótese 4 apresentada no subcapítulo anterior, recorreu-se à utilização da lista disponibilizada pelo Turismo de Portugal a partir das considerações do PNCT (2016). Nesta, utilizando o NUTS III para análise, são listados oito concelhos algarvios e sete freguesias específicas considerados de baixa densidade demográfica (tabela 2.1).

Tabela 2.1 — Lista de Territórios de Baixa Densidade

<b>Região</b>	<b>Concelho</b>	<b>Freguesia</b>
Algarve	Alcoutim	Território Total
	Alzejur	Território Total
	Castro Marim	Território Total
	Monchique	Território Total
	Vila do Bispo	Território Total
	Loulé	Alte Ameixal Salir União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim

	Silves	São Marcos da Serra
	Tavira	Cachopo Santa Catarina da Fonte do Bispo

Fonte: adaptado a partir de Turismo de Portugal (2018)

A escolha em analisar os territórios de baixa densidade através dos territórios considerados pelo PNCT (2016) ocorreu por ser necessária uma delimitação mais específica além da análise do Litoral, Barrocal e Serra, uma vez que os resultados obtidos através dos inquéritos foram estratificados por concelho, dando viabilidade para esta análise.

É importante refletir sobre a história do desenvolvimento do turismo na região, para conseguir compreender as características atuais da atividade na região, como será abordado no próximo subcapítulo.

#### 2.4.2. Contextualização e história da atividade turística na região

O turismo desempenha um papel crucial na economia de Portugal, sendo uma das principais fontes de receita e emprego no país. Antes de avançar para a sua importância regional, é necessário compreender como a atividade se desenvolve a nível nacional. Nos últimos anos, Portugal experimenta um aumento constante na chegada de turistas estrangeiros, o que tem impulsionado significativamente o setor.

Segundo o TravelBI, no ano de 2022 as dormidas somaram 69,7 milhões em todo território. A receita do setor em sua totalidade no ano de 2022 atingiu 21,1 mil milhões de euros (um aumento de 109,7% e 15,4% em relação a 2021 e 2019, respectivamente) considerando a recuperação do setor pós-pandemia (Mello, 2023). No ano de 2022, o setor aproximou-se dos valores recorde de 2019 pré-pandemia, foram 26,5 milhões de hóspedes, sendo destes 15,3% estrangeiros (Turismo de Portugal, 2023). O turismo equivale a 8,9% do Valor Acrescentado Bruto do país, conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2023) aponta, em 2022 o Consumo de Turismo no Território Económico (CTTE) foi equivalente a 15,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, superando o de 2019 que representava 15,3% do PIB.

Nos últimos 25 anos, o setor turístico no Algarve foi motor de grandes mudanças econômicas na região. Características como o clima algarvio ameno, o excesso de dias ensolarados e a combinação entre natureza, arquitetura e cultura foram essenciais para o sucesso do destino. Atualmente, o setor terciário sofre uma grande expansão na região, sendo um grande gerador de emprego e renda, como exposto por Padinha, Miguel e Almeida (2021) no atual Plano de Marketing Estratégico do Turismo do Algarve 2.0 (PMETA).

Cavaco (1969) considera que o choque do turismo com as atividades tradicionais regionais pode criar impasses. Para a autora, o turismo pode servir para atenuar a crise da agricultura, da pesca e da indústria de conservas, indústrias tradicionais da região, mas foi possível observar uma discordância entre as atividades, onde a especulação fundiária, muitas vezes imprudente que desrespeita as particularidades do território, dificultou o desenvolvimento de uma economia integrada (Cavaco, 1969). No cenário em análise, Brito (2009) demonstra que a ideia da diversificação da economia regional data o ano de 1967, quando o Comissariado do Turismo propõe o desenvolvimento da indústria buscando um planejamento mais estável da economia.

Brito (2005) aponta que o turismo cresceu na região ao ponto de no ano de 1970, quase 250 mil passageiros já chegavam ao Aeroporto Internacional de Faro, inaugurado em 1965, demonstrando a grande importância do Aeroporto de Faro para o turismo na região. Nesta época diversos hotéis já eram construídos e o Golfe como atividade desportiva atrativa para os turistas internacionais já estava se destacando, com grandes campos e estâncias inauguradas.

Santos e Ramos (2015) demonstram como o turismo foi um motor para o desenvolvimento da região nos últimos anos, sendo este responsável também pelo desenvolvimento de outras atividades, como a construção imobiliária. Por outro lado, o foco nestas atividades, enquanto condicionou a inovação e a diversificação da economia regional, também produziu sinais errados sobre o nível de desenvolvimento e riqueza real da região algarvia.

O Algarve cresceu rapidamente na perspectiva econômica e este crescimento deu-se principalmente pela exploração dos recursos naturais (clima e paisagem) pela atividade turística, transformando a região em um dos destinos turísticos mais importantes do país e de referência no turismo de Sol e Mar a nível europeu (Santos & Ramos, 2015).

O turismo tornou-se a atividade dominante e este domínio levou a uma grande especialização do mercado e, ao mesmo tempo, criou restrições em outros setores da

economia regional. Isto é, a atividade turística absorveu grande parte dos investimentos e esforços dos *stakeholders* e enfraqueceu, por exemplo, a agricultura e a pesca. A região possui uma dependência de 77,5% do setor terciário, com uma alta concentração de empregos neste setor e apenas 8,1% e 14,4% da população empregada nos setores primários e secundários, respectivamente (Santos & Ramos, 2015).

Dado que o setor de turismo está em constante evolução, é crucial analisar dados da atividade do ano 2022 (ano referente à recolha dos dados primários da presente dissertação), tanto a nível nacional quanto regional, para fundamentar uma análise precisa nos próximos capítulos. A estimativa é de que, em 2022, o número de turistas estrangeiros em Portugal atingiu 22,3 milhões, representando um aumento de 131,4% em relação a 2021, mas ainda abaixo dos níveis de 2019, pré-pandemia Covid-19, tendo uma redução de — 9,6% (INE, 2023).

As dormidas de não residentes aumentaram, registando +147,9% e entre as principais nacionalidades, turistas do Reino Unido correspondeu a 18,8% do total de dormidas de não residentes, seguindo do mercado alemão com 12,1% do total de dormidas, ultrapassando o mercado espanhol com uma quota de 11,2% (INE, 2023).

Todas as regiões registaram aumentos no número de dormidas, com destaque para a AM Lisboa (+121,1%), a RA Madeira (+90,9%) e o Norte (+86,6%), com as maiores variações. No Alentejo e no Centro, os aumentos foram inferiores (+29,8% e +55,5%, respectivamente). Em relação a 2019, houve um crescimento significativo nas regiões da Madeira (+12,3%), do Norte (+7,4%), dos Açores (+6,6%) e do Alentejo (+1,5%), enquanto no Algarve, na AM Lisboa e no Centro foram observados decréscimos de 7,7%, 3,8% e 1,3% (INE, 2023).

O Algarve, em 2022, foi responsável por 30,4% das dormidas totais do território, mantendo-se como principal destino com Lisboa e Norte, 25,1% e 15,4% respectivamente. A região algarvia continuou a ser o destino com maior concentração do mercado irlandês (76,6% das dormidas) e do mercado inglês (60,5%) (INE, 2023).

### 3. Metodologia da investigação

O presente capítulo é essencial para a compreensão da dissertação, este será responsável por descrever a abordagem metodológica utilizada para realizar a dissertação e a análise de dados. Serão apresentados os métodos, técnicas, ferramentas,

procedimentos e referenciais teóricos utilizados na coleta de dados secundários e primários, na sua análise e interpretação.

### 3.1. Apresentação e descrição da metodologia

No início da presente investigação procedeu-se à revisão de literatura e recolheram-se dados secundários de forma a compreender como a temática em estudo tinha sido anteriormente explorada por outros autores. Veal (1997) considera que a revisão de literatura é uma etapa fundamental no desenvolvimento de investigações mesmo quando as investigações anteriores não possuem uma relação e uma realidade exatamente igual à que uma determinada investigação se propõe analisar, afirmando mesmo que a busca por dados secundários pode ajudar a adquirir informações úteis para comparação e desenvolvimento de ideias (Veal, 1997).

Neste sentido, para conseguir compreender como o turismo se insere no mercado e quais são as tendências para o futuro da atividade, principalmente no que tange o desenvolvimento sustentável e as percepções dos residentes, adotou-se uma abordagem multidisciplinar, usual no estudo do turismo, campo em que, como defendido por Farias e Sonaglio (2013), a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade funcionam como ferramentas essenciais para transmissão e compartilhamento de conhecimento, contribuindo para melhores condições de pesquisas e para o aprofundamento dos estudos.

Sendo assim, foram utilizados materiais científicos produzidos anteriormente como, por exemplo, artigos de jornais científicos e livros (Gil, 2002). No caso desta dissertação, recorreu-se também a teses, dissertações, relatórios, *sites* de entidades públicas, dados estatísticos oficiais, documentos de planeamento da atividade turística, a nível nacional e internacional, estratégias de desenvolvimento e agendas internacionais para contextualização da situação do macro ambiente.

Conforme Veal (1997) demonstra, a maioria das pesquisas relacionadas com o lazer e o turismo envolvem a coleta, análise e apresentação de dados primários, tanto quantitativos quanto qualitativos. Nesse sentido, como fonte primária para a dissertação, foram utilizados os dados recolhidos em 2022, no âmbito do projeto MONITUR. Neste contexto foi aplicado um inquérito por questionário, a uma amostra de residentes dos 16 municípios da região do Algarve, durante a época alta de 2022 (Silva, Pereira, Andraz & Nunes, 2022).

Foi definida uma amostra estratificada por concelho de residência, gênero e faixa etária, sendo que, no total, foram recolhidos 990 questionários válidos (Silva *et al.* 2022). Tal como Silva *et al.* (2022) sugerem, foram definidos critérios de elegibilidade para resposta ao questionário: ser residente na região do Algarve há pelo menos um ano e ter pelo menos 18 anos (Silva *et al.* 2022).

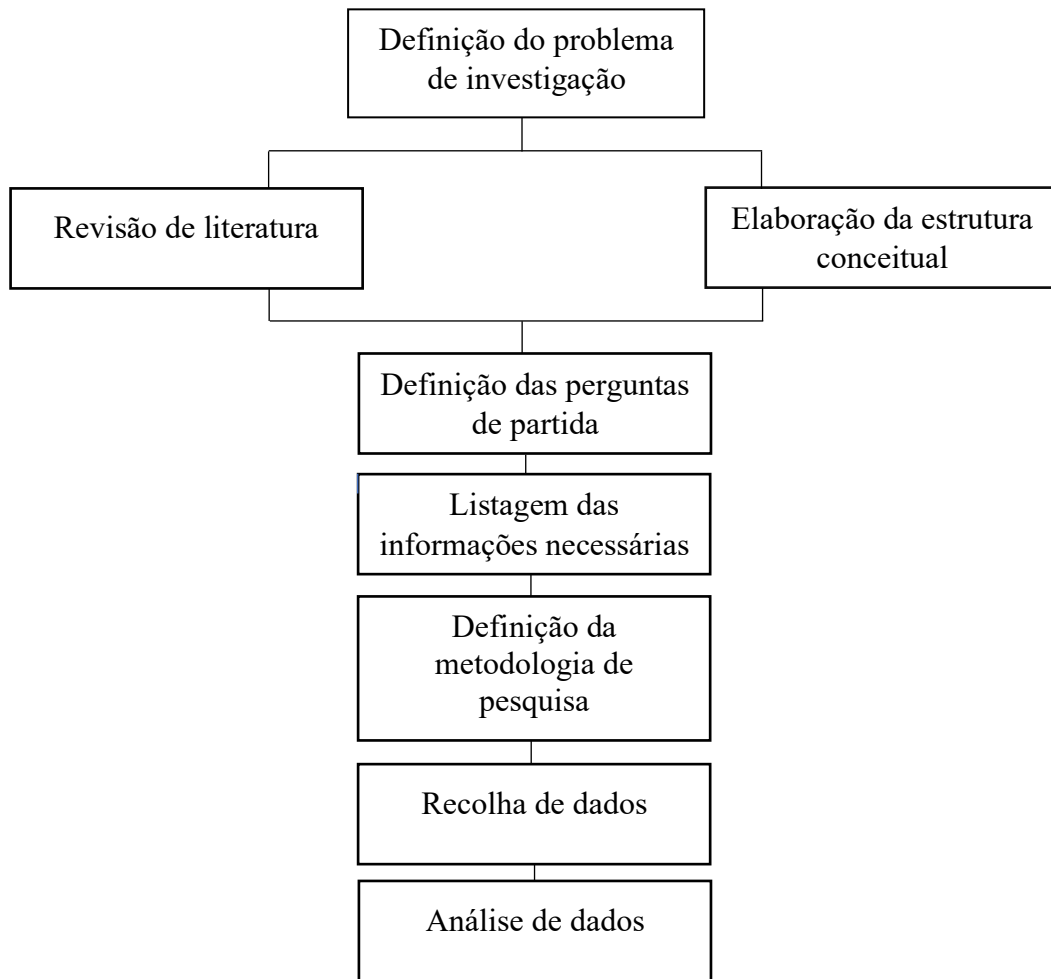
A razão da definição de uma amostra a inquirir resultou da necessidade, de conseguir analisar uma população-alvo de grande dimensão e poder posteriormente extrapolar os resultados amostrais para a população, assim como Coelho, Pereira, Pinheiro e Xufre (2016) referem. Os autores explicam que atualmente são diversos os campos de estudo que realizam sondagens recorrendo à amostragem devido à grande dimensão das populações (Coelho *et al.*, 2016), tal como ocorreu no projeto MONITUR.

É no entanto importante frisar que, uma vez que uma sondagem amostral não recolhe dados de todos os elementos de uma população, há a possibilidade de ocorrerem erros amostrais, assim como erros não amostrais (Coelho *et al.*, 2016) e que, nas ciências sociais, especificamente no turismo, tal como Veal (1997) afirma, as informações recolhidas podem não refletir exatamente os fenômenos estudados, o que é particularmente válido no turismo quando se realizam pesquisas empíricas, em que são avaliados comportamentos, percepções e as atitudes dos inquiridos. Para mais, é preciso considerar que o ambiente social vive mutações constantemente (Veal, 1997).

Nesse sentido, a pesquisa nas ciências sociais apresenta uma necessidade em confiar nas perspectivas e respostas de cada indivíduo ao aplicar questionários, assim como ao utilizar outras formas de inquérito, e estas ferramentas podem estar sujeitas a imperfeições (Veal, 1997).

Tendo como base o modelo que contém os elementos do processo de pesquisa e os elementos a serem seguidos propostos por Veal (1997), figura 3.1, é possível verificar como este modelo se enquadra no desenvolvimento da presente dissertação. O autor demonstra, no entanto, que nem todas as pesquisas seguem rigorosamente estas etapas e a ordem de procedimentos podem variar. Segundo o autor, principalmente as quatro primeiras etapas do processo, raramente ocorrem linearmente, o que pode ser verificado na presente dissertação.

Figura 3.1 – Elementos do processo de pesquisa



Fonte: adaptado de Veal (1997)

Tendo em consideração a figura 3.1, verifica-se que a primeira etapa do processo é a definição do problema a ser investigado. Com o intuito de expor o que levou a escolha do tema da presente dissertação, será explicitado como se deu esta primeira etapa. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável, como demonstrado no subcapítulo 2.1, é uma temática que nos últimos anos tomou grande importância para o desenvolvimento das atividades, incluindo o desenvolvimento no setor turístico.

A busca por conciliar o desenvolvimento da atividade turística com a percepção dos residentes acerca da atividade é cada vez mais importante uma vez que para o desenvolvimento sustentável é necessária uma atenção entre o sociocultural, ambiental e econômico, como apresentado nos subcapítulos iniciais da revisão de literatura, buscando um equilíbrio. Este equilíbrio, especificamente na região do Algarve, nos últimos anos, tornou-se um desafio, uma região extremamente atrativa para investimentos do setor e com uma assimetria considerável tanto em relação com a distribuição sociodemográfica,

como também em relação à assimetria do mercado turístico e a grande atração de turistas para o litoral, como exposto no subcapítulo 2.4. Esta união de temáticas e problemáticas traz a pertinência do tema escolhido.

Considerando essa perspectiva, surgiu a oportunidade de desenvolver esta análise inserida em uma pesquisa mais abrangente, tendo como base os dados recolhidos pelo projeto MONITUR no mesmo ano, projeto este que analisa a percepção dos impactos do turismo pelos residentes. Posteriormente, entre as três abordagens de desenvolvimento sustentável, sendo estas a nível ambiental, econômico e sociocultural contidas na pesquisa, foi escolhida a questão ambiental por interesse pessoal e proximidade com o tema. Nesse sentido, foi estabelecido que seriam analisadas as percepções dos impactos ambientais da atividade turística na ótica dos residentes.

As fases dois e três identificadas na mesma figura consistem na revisão de literatura e no desenvolvimento de um quadro conceitual (Veal 1997). Estas etapas foram desenvolvidas na presente dissertação e estão expostas desde a introdução até o quarto subcapítulo. A revisão de literatura permitiu definir o quadro conceitual em que se baseia a dissertação, o enquadramento, os objetivos e as hipóteses definidas.

Veal (1997) destaca, em seguida, a quarta e quinta etapa da investigação, onde se formula o problema de investigação e se identificam as informações relevantes para o estudo, como se apresenta no capítulo introdutório deste trabalho. Nesta dissertação, estas fases não foram lineares, confirmando o alerta de Veal (1997), que demonstra a possibilidade das etapas não seguirem a ordem apresentada. Na sexta etapa, Veal (1997) apresenta a necessidade de decidir a metodologia de pesquisa. Esta etapa foi considerada desde o início do desenvolvimento da dissertação e está explicitada no presente subcapítulo, referente a metodologia, principalmente no âmbito da recolha de dados secundários e na análise dos dados primários recolhidos pelo projeto.

É importante explicitar que, uma vez que o questionário já tinha sido elaborado, a dissertação foi desenvolvida em um sentido reverso, não tradicional, como apresentado por Veal (1997). Isto é, a partir do questionário do MONITUR foram desenvolvidas as hipóteses e foram pesquisados os referenciais teóricos responsáveis por estas. A sétima etapa apresentada por Veal (1997) consiste na recolha dos dados. Como referido anteriormente, a dissertação teve como base para a análise e para o teste de hipóteses, os dados recolhidos no projeto MONITUR (2022). O projeto recolheu uma quantidade substancial de dados que deram margem para diversas análises a serem desenvolvidas.

A última etapa do processo apresentado por Veal (1997) diz respeito ao desenvolvimento da análise dos dados. Esta fase é apresentada nos capítulos 4 e 5 desta dissertação. Nesta etapa da análise de dados foram realizadas análises univariadas e bivariadas atendendo às hipóteses formuladas. Como ferramenta para o processamento dos dados, foi utilizado o IBM *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 29.0.

Para a manipulação dos dados no SPSS, primeiro foi necessário separar, dentro da região do Algarve, os concelhos de baixa e de alta densidade demográfica, para esta separação, no SPSS, foi utilizada a lista disponibilizada pelo Turismo de Portugal (2018) relativa aos Territórios de Baixa Densidade populacional identificados no Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), como já foi explicitado no capítulo anterior e será novamente abordado no próximo subcapítulo.

Outra informação a ser considerada é que a apresentação dos resultados descritivos nos subcapítulos 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 foi desenvolvida a partir das respostas válidas. Foi escolhido realizar a partir dos dados válidos uma vez que cada questão tem uma quantidade diferente de respostas válidas e de casos omissos. Para fazer uma análise mais precisa foram desconsiderados os dados omissos e analisadas as respostas válidas/porcentagem válida, sempre indicando que esta foi utilizada.

Para as correlações realizadas, foi necessário criar duas variáveis a partir da variável quantitativa da variável da percepção dos impactos ambientais positivos e negativos da atividade. Esta variável inicial foi desenvolvida a partir da média das respostas de cada bloco de afirmações inseridas na pergunta referente aos aspectos ambientais.

### 3.2. Instrumentos de coleta de dados

O questionário (anexo 1) foi aplicado por uma equipe de cinco pessoas treinadas pelos responsáveis do projeto. O questionário possuía um total de vinte e três perguntas fechadas, sendo as primeiras três para recolher informações sobre o concelho de residência dos inquiridos, a freguesia e o número de anos de residência no respectivo concelho, perguntas estas que buscam validar o cumprimento dos critérios definidos na pesquisa, pelos inquiridos.

Posteriormente, a pergunta quatro teve como objetivo avaliar como o respondente percebe o desenvolvimento da atividade turística em seu concelho através de uma escala de Likert de cinco níveis. A utilização da escala de Likert de cinco níveis é retomada nas perguntas da seção cinco, cujo objetivo é abordar a percepção dos impactos econômicos.

O mesmo acontece na seção seis, que visa recolher dados sobre a percepção dos impactos socioculturais e na seção sete, que corresponde à percepção dos impactos ambientais, seção utilizada na presente dissertação.

Em seguida as perguntas do questionário visam compreender o comportamento dos residentes face à atividade turística. Na oitava pergunta, na nona e na décima busca-se o entendimento sobre a forma como os residentes se sentem diante dos turistas, nesse caso, a forma os residentes tratam os turistas e como estes turistas se comportam financeiramente no destino.

### 3.3. Razão da escolha da região em estudo

Dando a devida importância à história do desenvolvimento da atividade turística na região do Algarve nos últimos anos, como apresentado no subcapítulo 2.4 e como a atividade turística impacta os seus 16 concelhos, a escolha pela região resulta da necessidade de verificar como os residentes destes concelhos percebem o impacto ambiental da atividade turística e como se comportam diante do seu desenvolvimento.

O Algarve apresenta uma marcante diferença na distribuição da população entre o interior e o litoral da região. Concelhos do interior, como Alcoutim, Vila do Bispo, e Aljezur, têm populações significativamente menores em comparação com concelhos costeiros como Faro, Loulé e Portimão, que possuem uma quantidade de residentes consideravelmente maior. A densidade populacional varia consideravelmente, traduzindo uma assimetria no território, sendo mais alta nas áreas litorâneas em comparação com as áreas do interior.

Essa assimetria demográfica reflete também a concentração da atividade econômica, especialmente o turismo, nas áreas litorâneas, como demonstrado no subcapítulo 2.4. O turismo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento desses concelhos, influenciando não apenas o setor econômico, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais. Diversos desafios são criados a partir dessa concentração, como a necessidade de planejamento cuidadoso para minimizar os impactos negativos, promover o desenvolvimento sustentável e buscar um equilíbrio entre os concelhos.

A escolha também se deu por existir um interesse em verificar a diferença na percepção entre os residentes dos concelhos com maior densidade demográfica em comparação com os residentes dos concelhos de menor densidade demográfica. Este

interesse surgiu por conta da grande assimetria a nível sociodemográfico e econômico que a região algarvia apresenta, como explicado no subcapítulo 2.4.

#### 4. Apresentação de resultados

Este capítulo é dedicado à apresentação dos resultados obtidos através dos questionários aplicados no âmbito do MONITUR como explicado anteriormente no capítulo sobre metodologia sendo a análise realizada com recurso ao *software* SPSS e a informação organizada em função das hipóteses formuladas. Nesse sentido, inicialmente foi necessário caracterizar o perfil da amostra e, em seguida testar as hipóteses, cruzando as variáveis necessárias para efeito. A apresentação dos resultados foi realizada baseando-se nas respostas válidas, desconsiderando os casos omissos de cada pergunta analisada.

##### 4.1. Caracterização univariada da amostra

Nesta primeira etapa é desenvolvida uma análise sociodemográfica univariada utilizando as variáveis de grupo etário, gênero, estado civil, escolaridade, situação perante o emprego e rendimento mensal líquido, apresentando a frequência de respostas dos inquiridos e os valores percentuais (tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Resumo descritivo do perfil sociodemográfico da amostra

			Frequência	Porcentagem válida
<b>Grupo Etário</b>	n = 990 M = 42 anos de idade	18 - 24 anos	120	12,1
		25 - 64 anos	773	78,1
		65 e mais anos	97	9,8
<b>Gênero</b>	n = 990	Masculino	424	42,8
		Feminino	565	57,1
		Outro	1	0,1
<b>Estado Civil</b>	n = 974	Solteiro(a)	366	37,6
		Casado(a)/União de facto	477	49
		Divorciado(a)/Separado(a)	106	10,9
		Viúvo(a)	25	2,6
<b>Escolaridade</b>	n = 972	Ensino básico (até 9º ano)	147	15,1

		Ensino secundário (até 12º ano)	398	40,9
		Ensino técnico/profissional	97	10
		Ensino universitário	330	34
<b>Situação perante o emprego</b>	n = 944	Empregado(a)	707	74,9
		Empresário(a)	155	16,4
		Desempregado(a)	9	1
		Estudante	46	4,9
		Reformado(a)	24	2,5
		Doméstico(a)	3	0,3
<b>Rendimento mensal líquido</b>	n = 878	Até 705€	209	23,8
		706€-1000€	434	49,4
		1001€-1500€	174	19,8
		1501€-2000€	37	4,2
		2001€ ou mais	24	2,7

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

Relativamente ao grupo etário, considerando grupos de 18 a 24 anos, 25 a 64 anos e mais de 65 anos, das 990 respostas válidas, 120 inquiridos apresentam idade compreendida entre 18 e 24 anos, correspondendo a 12,1% da amostra, 773, têm entre os 25 a 64 anos de idade, sendo 78,1% da amostra e por fim, 9,8% (97 inquiridos) possuem mais de 65 anos, sendo que a idade média dos inquiridos é de 42 anos (tabela 4.1).

Dos 990 inquiridos, 57,07% são do gênero feminino, correspondendo a 565 indivíduos, 42,83% do gênero masculino (424 indivíduos) e 0,1% “outro”. Já o estado civil para a maioria das respostas válidas (974) é “Casado(a)/União de facto”, correspondendo a 477 indivíduos (49% das respostas), seguindo-se a categoria dos solteiros que corresponde a 37,6% da amostra (366 inquiridos).

Já ao nível de escolaridade, das 972 respostas válidas, 40,9% (398 inquiridos) possuem o ensino secundário (até 12º ano), 34% (330 inquiridos) ensino universitário, seguindo-se 147 indivíduos (15,1%) com ensino básico (até o 9º ano) e 97 (10%) inquiridos com ensino técnico/profissional (tabela 4.1).

Relativamente à situação perante o emprego, em 707 das respostas válidas (944) os indivíduos referem que se encontram empregados, correspondendo a 74,9% das respostas, a seguir, 16,4% (155 indivíduos) são empresários e 46 dos inquiridos são

estudantes, correspondendo a 4,9%. Em relação ao rendimento mensal líquido das respostas válidas (878), registam-se 23,8% (209 indivíduos) que apresentam um rendimento de até 705 euros mensais. Já 49,4% das respostas válidas (434 indivíduos) referem um rendimento compreendido entre 706 euros e 1.000 euros mensais (tabela 4.1).

A seguir busca-se verificar a relação individual e do agregado familiar com a atividade turística (tabela 4.2). Para isso, são tidas em consideração as variáveis que buscam identificar se a atividade laboral individual dos inquiridos está relacionada com o setor, se alguém do agregado familiar trabalha com o turismo e se o rendimento do agregado provém exclusivamente da atividade.

Tabela 4.2 – Atividade laboral relacionada com o turismo

			<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem válida</b>
<b>A sua atividade profissional está relacionada com o setor do turismo?</b>	n = 955	Sim	561	58,7
		Não	394	41,3
<b>Alguém do seu agregado familiar trabalha no setor do turismo?</b>	n = 966	Sim	528	54,7
		Não	438	45,3
<b>O rendimento do seu agregado familiar provém exclusivamente do turismo?</b>	n = 969	Sim	790	81,5
		Não	179	18,5

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

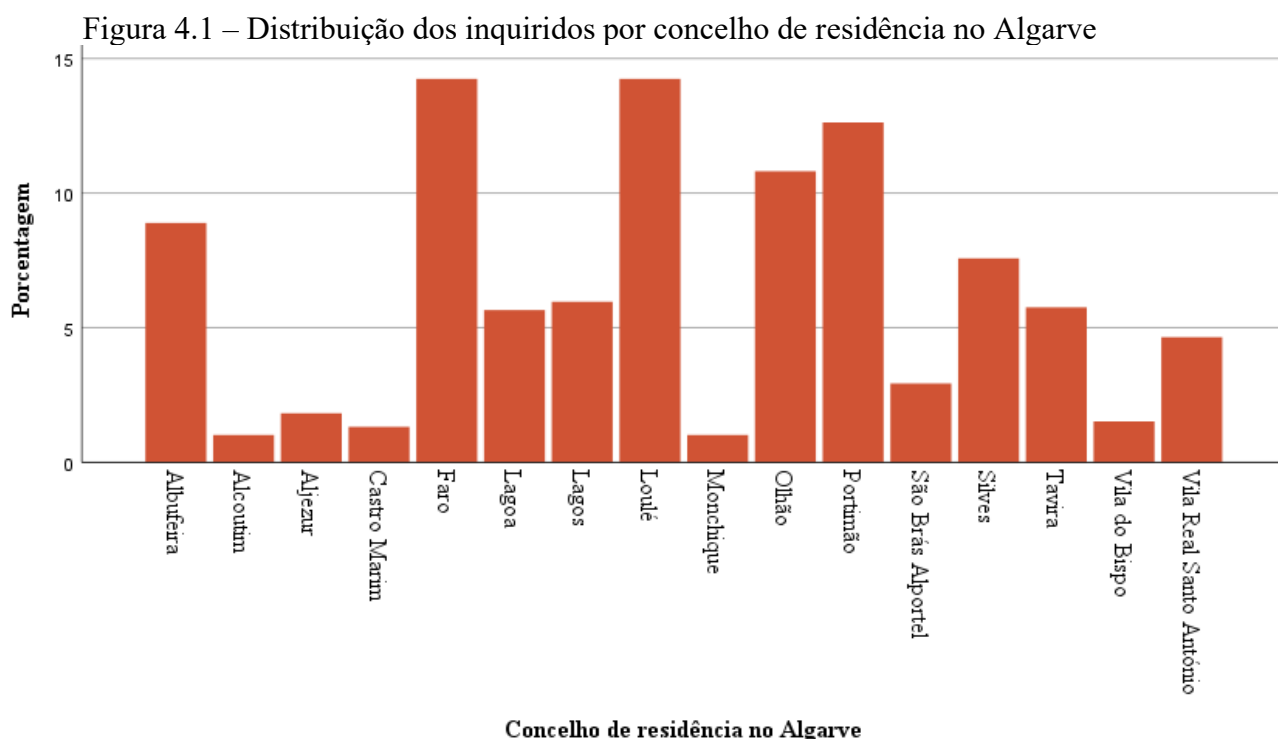
Com o intuito de verificar a relação laboral com a atividade turística dos inquiridos, a nível individual, 394 das respostas válidas vêm confirmar que a sua atividade profissional está ligada à atividade turística (tabela 4.2), enquanto 561 inquiridos não possuem esta relação.

Tendo em consideração este número elevado de inquiridos com a atividade laboral relacionada com o turismo, correspondendo a 41,3% das respostas válidas, é interessante verificar que destes 955 inquiridos, 438 afirmam que alguém do agregado familiar trabalha no setor do turismo, isto é, 45,3% dos indivíduos (tabela 4.2).

Nesse sentido, verifica-se a dependência econômica pessoal ou familiar em relação a atividade turística, 179 dos inquiridos possuem o rendimento do seu agregado familiar exclusivamente relacionado com o turismo, isto é, 18,5% das respostas válidas (969) (tabela 4.2) não possui outra fonte de renda alternativa à atividade.

Para verificar como se distribui a amostra na região do Algarve, recorreu-se à variável “concelho de residência no Algarve”. Loulé e Faro foram os concelhos que apresentaram

maior quantidade de inquiridos, correspondendo a 141 (14,2%) cada. Complementarmente, das 990 respostas válidas, 125 dos inquiridos (12,6%) residiam no concelho de Portimão, seguindo-se Albufeira com 88 (8,9% dos inquiridos). Os concelhos que apresentaram menos inquiridos foram Alcoutim e Monchique, com 10 inquiridos em cada concelho (correspondente a 1% das respostas cada), seguidos por Castro Marim, com 13 inquiridos (1,3%) e Vila do Bispo com 15 inquiridos (1,5%) (figura 4.1 e tabela 4.3).



Fonte: elaboração própria a partir do *software* SPSS.

Tabela 4.3 – Concelho de residência no Algarve

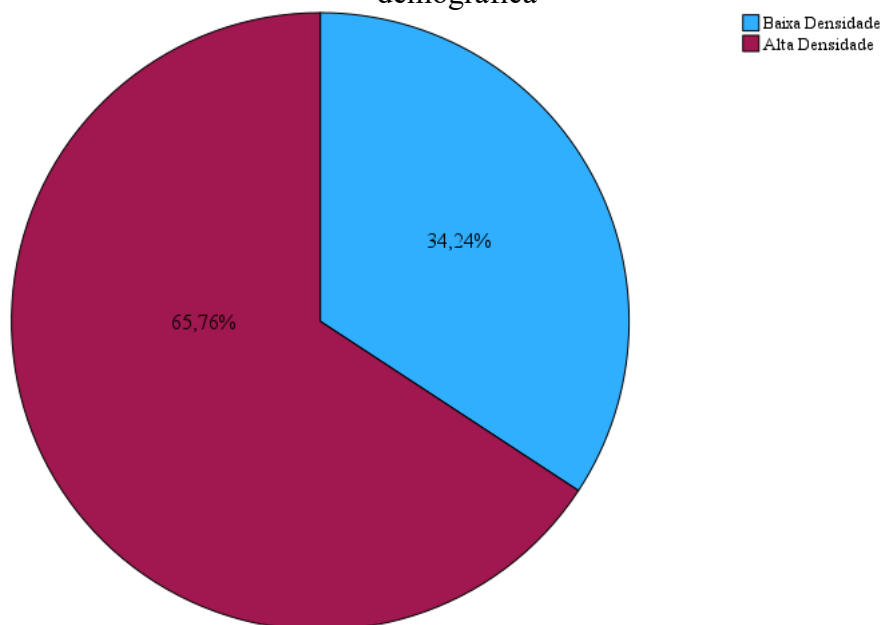
		Frequência	Porcentagem válida
Válido	Albufeira	88	8,9
	Alcoutim	10	1,0
	Aljezur	18	1,8
	Castro Marim	13	1,3
	Faro	141	14,2
	Lagoa	56	5,7
	Lagos	59	6,0
	Loulé	141	14,2
	Monchique	10	1,0
	Olhão	107	10,8
	Portimão	125	12,6
	São Brás	29	2,9
	Alportel		
	Silves	75	7,6
	Tavira	57	5,8
	Vila do Bispo	15	1,5
	Vila Real Santo	46	4,6
	António		
	Total	990	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do *software* SPSS.

Tendo em consideração os concelhos de residência anteriormente expostos e a lista disponibilizada pelo Turismo de Portugal em 2018, relativa aos Territórios de Baixa

Densidade identificados no PNCT exposta no capítulo anterior de metodologia, é possível verificar que 34,24% dos inquiridos informam residir em concelhos classificados pelo PNCT como de baixa densidade demográfica e 65,76% dos inquiridos residem em concelhos com alta densidade (figura 4.2).

Figura 4.2 – Distribuição dos inquiridos por concelhos de alta e baixa densidade demográfica



Fonte: elaboração própria a partir do *software* SPSS.

#### 4.2. Análise descritiva univariada dos impactos ambientais percebidos pela amostra

Com o objetivo de descrever como os impactos ambientais são percebidos pela amostra, realiza-se uma análise univariada de cada item relacionado com os impactos ambientais presente no questionário. No questionário (anexo 1), a temática ligada aos impactos ambientais do turismo percebidos pelos residentes nos respectivos concelhos de residência, encontra-se na pergunta número 7, onde são apresentadas 13 afirmações sobre as quais se solicita que os inquiridos se pronunciem sobre a sua concordância, utilizando uma escala Likert de 5 níveis – Discordo Totalmente, Discordo, Nem Discordo Nem Concordo, Concordo e Concordo Totalmente (tabela 4.4).

Tabela 4.4 – Percepção dos residentes acerca dos impactos ambientais (%)

<b>Afirmção</b>	<b>Total Válido</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Não discordo nem concordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>Têm sido construídos mais jardins e espaços verdes por causa do turismo.</b>	n = 984	15,1	39,1	23,8	19,7	2,2
<b>O turismo melhora a proteção do ambiente.</b>	n = 982	13,6	42,1	29,4	13,5	1,3
<b>O turismo melhora a proteção do património natural e dos recursos naturais.</b>	n = 980	10,9	34,7	32,6	20,3	1,5
<b>O turismo melhora as infraestruturas públicas (estradas, caminhos de ferro, instalações desportivas).</b>	n = 979	8,9	32,5	29,5	26,5	2,7
<b>O turismo melhora o sistema de sinalização (para o acesso aos alojamentos, monumentos).</b>	n = 983	6,7	24	29,2	36,5	3,6
<b>O turismo melhora a limpeza dos espaços públicos.</b>	n = 983	10	32,8	28	25,6	3,7
<b>O turismo influencia positivamente a consciência ambiental dos residentes.</b>	n = 975	9,3	33,7	37,8	17,2	1,8
<b>O turismo aumenta a poluição, o barulho, o lixo etc.</b>	n = 986	2,5	9,4	16,2	48,1	23,7
<b>O turismo degrada o ambiente natural.</b>	n = 975	3,2	20,9	37,9	29,3	8,6

<b>O turismo ocupa áreas naturais de utilização livre pelos residentes (praias, serras, áreas protegidas).</b>	n = 982	2,5	13,6	24,2	44,7	14,9
<b>O turismo impede o acesso dos residentes a espaços naturais (praias, serras, rios).</b>	n = 979	6	33,1	27,4	24	9,5
<b>O turismo descaracteriza a paisagem (construção de novos edifícios, hotéis).</b>	n = 981	5,4	21,8	25,8	32,2	14,8
<b>O turismo gera problemas de trânsito, estacionamento e acidentes.</b>	n = 976	2,4	7,7	15	42,3	32,7

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

A primeira afirmação nesta seção do questionário visa verificar se os residentes consideram que têm sido construídos mais jardins e espaços verdes por causa da atividade turística no seu concelho de residência (tabela 4.4). Pode-se observar uma percentagem considerável de inquiridos que discordam da afirmação (39,1%), seguindo de inquiridos que nem concordam e nem discordam (23,8%) e apenas 2,2% concordam totalmente (dados considerados a partir das 984 respostas válidas).

A afirmação seguinte buscava verificar se, de acordo com a percepção dos inquiridos, se o turismo melhora a proteção do ambiente (tabela 4.4). Nesta, 413 das respostas válidas (982) revelam discordância da afirmação, correspondendo a 42,1%, já 29,4% dos inquiridos não discordam nem concordam com a afirmação, apenas 13,5% concordam com a frase e 1,3% concordam totalmente. Sendo assim, é possível perceber uma maior discordância e uma neutralidade diante da afirmação.

Em seguida, verificou-se se os residentes consideram que o turismo melhora a proteção do patrimônio e dos recursos naturais, nesta afirmação houve uma aproximação entre “discordo” e “não discordo nem concordo”, correspondendo a 34,7% e 32,6% das respostas válidas dos inquiridos, respectivamente, tendo um total de 45,6% de discordância, enquanto 32,6%, uma quantidade considerável de inquiridos, mantém uma posição neutra e apenas 21,8% concordam e concordam totalmente com a afirmação (tabela 4.4).

Posteriormente, com o intuito de verificar se os inquiridos consideravam que o turismo melhora as infraestruturas públicas como as estradas, caminhos de ferro e instalações desportivas, foi apresentada uma quarta afirmação, obtendo-se 8,9% das respostas válidas de inquiridos que discordaram totalmente e 32,5% de inquiridos que discordavam. 29,5% residentes mantiveram-se neutros, não discordando e nem concordando com a afirmação e 29% concordavam e concordavam totalmente com a afirmação (tabela 4.4).

A seguir, o inquérito buscou identificar se os inquiridos consideravam que o turismo melhorava a sinalização do concelho (tabela 4.4). Obteve-se uma resposta positiva dos inquiridos onde 36,5% concordavam com a afirmação, sobressaindo o resultando diante dos que discordavam (24%). Nessa afirmação, inquiridos que discordavam totalmente e os que discordavam representaram 30,7% da amostra e inquiridos que concordavam e concordavam totalmente representaram 40,1% da amostra e 29,2% não discordaram e nem concordaram (valores referentes as respostas válidas).

A sexta afirmação buscou verificar se os inquiridos concordam ou discordam que o turismo melhora a limpeza dos espaços públicos (tabela 4.4). Nesta matéria, 32,8% dos inquiridos discordam da afirmação e 28% são neutros (não discordam nem concordam). Um total de 42,7% discorda totalmente e discordam da afirmação enquanto um total de apenas 29,3% concorda e concorda totalmente (valores considerados a partir das respostas válidas).

Posteriormente, questiona-se sobre se os residentes acreditam que o turismo influencia positivamente a consciência ambiental dos residentes (tabela 4.4). Nesta afirmação a maioria dos respondentes não concordou e nem discordou, correspondendo a 37,8% neutros. Este resultado sobressaiu entre os que discordam (33,7%) e os que concordam (17,2%).

A oitava afirmação identificou que os inquiridos consideram que o turismo aumenta a poluição e o barulho no seu concelho de residência (tabela 4.4). Grande parte dos inquiridos concordaram com a frase, correspondendo a 48,1% das respostas. Verificou-se também que a maioria dos inquiridos escolheram a opção “concorda” e “concorda totalmente”, sendo um total de 71,8% das respostas válidas, já em discordância total significou apenas 2,5% das respostas válidas e 9,4% em discordância.

Verificou-se então a opinião dos inquiridos a respeito do turismo degradar ou não o ambiente natural (tabela 4.4). Nesta afirmação, a maior frequência de respostas foi neutra, correspondendo a 37,9% das respostas válidas. Já 24% das respostas válidas (975)

revelam discordância ou discordância total da afirmação, enquanto 29,3% e 8,6% dos inquiridos concordam e concordam totalmente, respectivamente.

A fim de verificar a relação do turismo com a percepção dos residentes sobre o espaço utilizado pela atividade, a décima afirmação tem como objetivo verificar se o turismo ocupa áreas naturais, por exemplo praias, serras e áreas protegidas, de utilização livre pelos residentes (tabela 4.4). Sobre esta afirmação, 44,7% dos inquiridos afirmam que concordam com a frase e 14,9% concordam totalmente, o que na sua totalidade corresponde a maioria da amostra (59,6%).

Dentro do cenário da relação entre a atividade turística, os residentes e o espaço, verifica-se o nível de concordância dos residentes a respeito do turismo impedir o acesso a estes espaços mencionados anteriormente (tabela 4.4). Nesta afirmação, 33,1% dos inquiridos discordam, enquanto 24% concordam. 27,4% do total válido (979 inquiridos) mantiveram-se neutros diante da afirmação, não concordando e nem discordando.

Verificou-se também a percepção dos residentes acerca do turismo descaracterizar a paisagem, com novos edifícios, hotéis e entre outros (tabela 4.4). Neste caso, em 21,8% das 980 respostas válidas os inquiridos discordam, enquanto 32,2% concordam e 14,8% concordam totalmente, isto é, a maioria, 47% das respostas válidas concorda em diferentes graus que o turismo leva à descaracterização da paisagem.

A última afirmação desta seção busca verificar a percepção dos residentes em relação aos problemas gerados no trânsito, estacionamento e a ocorrência acidentes (tabela 4.4). Nesta afirmação, 42,3% e 32,7% das 976 respostas válidas recaem sobre concorda e concorda totalmente, respetivamente, correspondendo a maioria dos inquiridos no total (75%).

Por fim, com o intuito de verificar, em uma abordagem geral, as respostas dos inquiridos relativas aos impactos positivos e negativos da atividade a nível ambiental, foi desenvolvida uma variável global dos impactos positivos e dos impactos negativos (as variáveis IMPACT\_AMB\_POSITIVOS e IMPACT\_AMB\_NEGATIVOS).

Neste caso, revela-se importante considerar que as primeiras 7 afirmações da pergunta relacionada com os impactos ambientais da atividade são afirmações para verificar a percepção dos impactos positivos e foram utilizadas para desenvolver a variável “IMPACT\_AMB\_POSITIVOS”. Já as restantes 6 afirmações da pergunta são os aspectos negativos dos impactos ambientais da atividade, utilizadas para desenvolver a variável “IMPACT\_AMB\_NEGATIVOS”.

Os resultados apresentados a seguir (tabela 4.5) fornecem estatísticas sobre a distribuição dos inquiridos em relação a percepção dos impactos ambientais positivos e negativos da atividade turística. A tabela expõe as estatísticas descritivas das variáveis, no total 946 respostas válidas foram consideradas para os impactos positivos e 945 para os impactos ambientais negativos.

Os dados demonstram que a média dos impactos negativos percebidos pelos inquiridos foi de aproximadamente 3,4683, esse resultado sugere que, em média, as variáveis dos impactos negativos são mais consideradas às variáveis dos impactos positivos (2,7199).

Já o erro desvio padrão da média fornece o grau de precisão da média como uma estimativa da tendência central, no caso, quanto menor o erro padrão, mais preciso é o valor médio. Os valores apresentados (0,77060 e 0,76936) indicam que a dispersão dos dados em torno da média não é consideravelmente grande.

Ao analisar a assimetria, que tem como objetivo identificar o comportamento da distribuição dos dados, foram apresentados valores negativos -0,417 e -0,060 para as variáveis dos impactos negativos e as variáveis dos impactos positivos, respectivamente. Estes resultados indicam que ambas as variáveis têm assimetria negativa, sugerindo que há uma inclinação leve para a esquerda, mas não significativa. Considera-se o valor mínimo de 1 e o máximo de 5 em ambas as variáveis uma vez que se trata de dados originários de escalas Likert.

Tabela 4.5 – Estatística descritiva das variáveis dos impactos positivos e negativos

		Impactos Ambientais Negativos	Impactos Ambientais Positivos
N	Válido	946	945
	Omisso	44	45
Média		3,4683	2,7199
Erro Desvio Padrão		0,77060	0,76936
Assimetria		-0,417	-0,060
Mínimo		1,00	1,00
Máximo		5,00	5,00
Percentis	25	3,0000	2,1429
	50	3,5000	2,7143
	75	4,0000	3,1429

Fonte: elaboração própria a partir do *software* SPSS.

Considerando os impactos ambientais percebidos da atividade expostos, segue-se, no subcapítulo seguinte a análise do comportamento e do apoio ao desenvolvimento da atividade turística por parte dos inquiridos.

#### 4.3. Análise descritiva univariada do comportamento e apoio ao desenvolvimento do turismo

Uma vez que o segundo objetivo principal necessita de uma análise sobre o comportamento e o apoio da atividade turística nos concelhos de residência, o presente subcapítulo utiliza a análise descritiva das variáveis originárias da pergunta 15 do questionário para verificar como se dá o comportamento destes residentes em relação ao desenvolvimento da atividade no concelho. Esta pergunta tem um total de 10 afirmações para respostas medidas numa escala Likert de 5 níveis — Discordo Totalmente, Discordo, Nem Discordo, Nem Concordo, Concordo e Concordo Totalmente (tabela 4.6).

Tabela 4.6 — Comportamento e apoio ao desenvolvimento do turismo (%)

<b>Afirmação</b>	<b>Total Válido</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Não discordo nem concordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>Acho que o meu concelho deve continuar a ser um destino turístico.</b>	n = 990	0,6	2,4	11,4	61,5	24
<b>Acredito que, no geral, os impactos do turismo no meu concelho são positivos.</b>	n = 983	1,1	5,2	17,9	61,9	13,9
<b>Estou disposto(a) a proteger os recursos naturais e ambientais de que o turismo depende.</b>	n = 979	0,5	1,8	15	62	20,6
<b>Estou disposto(a) a receber os turistas com simpatia e hospitalidade.</b>	n = 984	0,5	0,8	7,3	60,4	31
<b>Estou disposto(a) a aceitar alguns sacrifícios para receber os benefícios do turismo.</b>	n = 981	4,8	11,6	28,7	45	9,9

<b>Estou disposto(a) a pagar mais taxas para contribuir para o desenvolvimento do turismo.</b>	n = 981	31,5	40	16	9,7	2,9
<b>Pessoalmente, eu benefício com o desenvolvimento do turismo no meu concelho.</b>	n = 978	9,8	19,2	28,6	34,2	8,2
<b>Estou satisfeito(a) com o atual nível de desenvolvimento turístico do meu concelho.</b>	n = 978	5,5	17,3	31,6	40,3	5,3
<b>Estou satisfeito(a) com a forma como o turismo está a ser gerido no meu concelho.</b>	n = 976	7,9	21,7	35,7	30,3	4,4
<b>Em geral, estou satisfeito com o turismo no meu concelho.</b>	n = 976	4,6	11,7	32,9	46,1	4,7

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

A primeira afirmação compreende em verificar se o inquirido acredita que o concelho deve continuar a ser um destino turístico (tabela 4.6). Nesta, 61,5%, a maioria das respostas válidas (990) concordam com a afirmação, tendo uma percentagem apenas de 0,6% e 2,4% dos que discordam totalmente e discordam, respectivamente.

A segunda afirmação tem em vista verificar se no geral o inquirido acredita que os impactos do turismo no concelho são positivos (tabela 4.6). Nesta, 61,9% das respostas válidas (983) concordam com a afirmação e 13,9% concordam totalmente, tendo um resultado positivo. A seguir, a terceira afirmação verifica a que nível o residente está disposto a proteger os recursos naturais e ambientais de que o turismo depende (tabela 4.6). Esta frase também resultou em uma maioria positiva diante do pressuposto, onde 62% das respostas válidas (979) concordaram e 20,6% concordam totalmente, correspondendo a um total de 82,6% de respondentes que concordam e concordam totalmente com a afirmação.

Para verificar a abertura do residente na recepção dos turistas, a quarta afirmação da pergunta 15 visa entender em que nível o residente está disposto a receber os turistas com

simpatia e hospitalidade (tabela 4.6). Nesta afirmação, das 984 respostas válidas, 60,4% concordam e 31% concordam totalmente, compreendendo uma resposta positiva da maioria.

Posteriormente, verificou-se em que medida os residentes estão dispostos a aceitar os sacrifícios para receber os benefícios do turismo (tabela 4.6). Nesta afirmação foi possível uma leve queda relacionada com as anteriores da seção nos inquiridos que concordavam e concordavam totalmente com a frase e um aumento da posição neutra de não discordo nem concordo. Sendo assim, das 981 respostas válidas, 45% concordaram, 9,9% concordaram totalmente e 28,7% não discordaram nem concordaram.

A afirmação seguinte teve em vista compreender em que nível os inquiridos estão dispostos a pagar mais taxas para contribuir para o desenvolvimento da atividade turística (tabela 4.30). Nesta, foi possível observar uma queda nas respostas positivas à afirmação e um aumento na quantidade de discordâncias. Isto é, das 981 respostas válidas, 31,5% discordaram totalmente e 40% discordaram da afirmação. Apenas 9,7% e 2,9% concordaram e concordaram totalmente, respetivamente.

Partindo desta, verificou-se a percepção dos inquiridos diante dos benefícios pessoais da atividade no concelho de residência (tabela 4.6). Nesta afirmação, 28,6% das respostas válidas (978 respostas) não discordaram nem concordaram, mantendo-se neutros. Já um total de 29%, discordaram totalmente e discordaram e um total de 42,2%, concordaram e concordaram totalmente.

O grau de satisfação também foi abordado na pergunta 15, a primeira afirmação relacionada com o grau de satisfação do residente com a atividade buscava verificar se ele estava satisfeito com o nível de desenvolvimento turístico no concelho (tabela 4.6). Nesta, 40,3% das respostas válidas (978) concordam com a afirmação, enquanto 17,3% discordam e 31,6% nem discordam, nem concordam, mantendo-se neutro.

Ainda a verificar a satisfação dos residentes com a atividade, a nona afirmação verificou em que nível os inquiridos estão satisfeitos com a forma que o turismo é gerido no concelho. Nesta, das 976 respostas válidas, 30,3% concordam com a frase, 35,7% não discorda e nem concorda e 21,7% discordam com a frase (tabela 4.6).

Por fim, o total de indivíduos que estão satisfeitos, em geral, com a atividade turística das respostas válidas (976) foi verificado na sétima afirmação (tabela 4.6). Nesta, 46,1% concordaram e 4,7% concordaram totalmente, enquanto 32,9% nem discordaram, nem concordaram e apenas 11,6% discordaram e 4,6% discordaram totalmente. Tendo assim, maioritariamente, uma satisfação diante da atividade turística nos concelhos.

Tendo em consideração a importância do tema da qualidade de vida para a presente dissertação, será realizada uma análise descritiva da pergunta voltada para a percepção da qualidade de vida dos inquiridos no seguinte subcapítulo.

#### 4.4. Análise descritiva univariada da qualidade de vida dos inquiridos

Para finalizar as análises descritivas univariadas, verifica-se a necessidade em compreender como os inquiridos se sentem diante de aspectos específicos das suas vidas. Esta etapa, presente na pergunta 16, relaciona-se diretamente com a qualidade de vida de cada um e nomeadamente dá base para a correlação a ser desenvolvida na hipótese 5 – A percepção dos impactos ambientais da atividade turística pelos residentes relaciona-se com a percepção da sua qualidade de vida.

A pergunta em questão, número 16 — Até que ponto concorda com cada um dos seguintes aspectos sobre a sua vida? — Contém 7 afirmações medidas em escala Likert de 5 níveis — Discordo Totalmente, Discordo, Nem Discordo, Nem Concordo, Concordo e Concordo Totalmente (tabela 4.7).

Tabela 4.7 — Qualidade de vida dos inquiridos (%)

<b>Afirmação</b>	<b>Total Válido</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Não discordo nem concordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>Em geral, estou satisfeito(a) com a minha vida.</b>	n = 977	1,3	6	17,7	57,7	17,2
<b>As minhas condições de vida são excelentes.</b>	n = 971	3,7	22,6	35,8	30,4	7,5
<b>Em muitos aspetos, a minha vida está próxima do ideal.</b>	n = 975	4,1	21,3	34,3	33,8	6,5
<b>Até agora, tenho conseguido o que quero na vida.</b>	n = 977	2,9	15,8	30,1	42,5	8,8
<b>Se eu pudesse viver outra vez, não mudava quase nada.</b>	n = 967	8,6	25,2	29	30,3	6,9
<b>Em geral, considero-me uma pessoa feliz.</b>	n = 972	1,3	4,1	14,9	57,5	22,1
<b>Em geral, estou satisfeito(a) com a minha qualidade de vida.</b>	n = 969	3	9,8	22,4	51,2	13,6

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

A primeira pergunta tem em vista verificar se, em geral, o inquirido encontra-se satisfeito com a vida (tabela 4.7). Nesta, a maioria dos inquiridos (977 respostas válidas) concordam (57,7%) com a afirmação e 17,2% concordam totalmente, das respostas válidas, 17,7% nem discordam e nem concordam. Posteriormente, a segunda afirmação da pergunta buscou verificar em que medida os inquiridos acham que as suas condições de vida são excelentes (tabela 4.7). Das respostas válidas (971), 35,8% nem discordaram, nem concordaram, enquanto 30,4% concordaram e 22,6% discordaram.

A seguir, a terceira afirmação busca verificar se em muitos aspectos, para os inquiridos, a vida está próxima ao ideal (tabela 4.7). Nesta, 33,3% das respostas válidas (975) concordam com a afirmativa, enquanto 21,3% discordam e 34,3% não discordam nem concordam. A quarta afirmação (tabela 4.7) busca verificar se, até o momento da resposta, os inquiridos consideram conseguir o que quer da vida. Nesta, 42,5% das respostas válidas (977) concordam e 30,1% nem concordam nem discordam da afirmação.

A quinta afirmação busca identificar se o inquirido mudaria algo na sua vida se vivesse outra vez (tabela 4.7). Nesta, 30,3% das respostas válidas (967) concordam, 29% não discordam nem concordam e 25,2% discordaram e 8,6% discordaram totalmente.

A afirmação a seguir busca identificar se, no geral, os inquiridos consideram-se uma pessoa feliz (tabela 4.7). Nesta, 57,5% dos inquiridos (972 respostas válidas) concordam e 22,1% concordam totalmente. Apenas 4,1% das respostas válidas discordam e 1,3% discordam totalmente. Por fim, a última afirmação da pergunta 16 compreende em verificar se, no geral, o inquirido está satisfeito com a sua qualidade de vida (tabela 4.7). Nesta, 51,2% das respostas válidas (969) concordam com a afirmação e 13,6% concordam totalmente. Das respostas, 22,4% dos inquiridos não discordam nem concordam e apenas 3% e 9,8% discordam totalmente e discordam respectivamente, observando assim uma resposta positiva diante da qualidade de vida percebida pelos inquiridos.

Nesse sentido, após a descrição dos resultados obtidos utilizando as perguntas mais relevantes no contexto da dissertação, inicia-se no subcapítulo a seguir que propõe uma análise bivariada detalhada da amostra visando testar as hipóteses desenvolvidas expostas anteriormente.

#### 4.5. Análise bivariada da amostra

O presente subcapítulo procura realizar análises bivariadas para verificar as relações entre as variáveis com o intuito de testar as hipóteses desenvolvidas a partir dos objetivos específicos apresentados anteriormente e fundamentados pela revisão de literatura.

Inicialmente será realizada a correlação entre os impactos ambientais percebidos pelos residentes positivos e negativos e os dados sociodemográficos ordinais recolhidos (tabela 4.8). As variáveis a serem utilizadas nessa primeira etapa serão o rendimento mensal líquido dos residentes e a escolaridade a fim de verificar as hipóteses 1 e 3, respectivamente e para verificar a relação entre estas, foi utilizado o Coeficiente de Correlação de Kendall.

Tabela 4.8 – Correlação entre percepção dos impactos ambientais e dados sociodemográficos

	Impactos ambientais positivos		Impactos ambientais negativos	
	Coeficiente tau_b de Kendall	<i>p-value</i>	Coeficiente tau_b de Kendall	<i>p-value</i>
<b>Rendimento</b>				
<b>mensal líquido</b>	0,035	<b>0,194</b>	-0,057*	<b>0,035</b>
<b>Escolaridade</b>	0,083**	<b>0,002</b>	0,113**	<b>&lt;0,001</b>

\*\*A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\*A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

#### **Rendimento mensal *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística**

A primeira hipótese visa verificar se o rendimento individual influencia a percepção dos impactos ambientais da atividade e corresponde ao primeiro objetivo específico.

Na tabela 4.8 é possível verificar que a variável rendimento mensal líquido e a média dos impactos ambientais positivos possuem um *p-value* de **0,194**, sendo assim não é possível suportar H1, pois *p-value* > 0,05, não apresentado uma correlação estatisticamente significativa. Já o *p-value* dos impactos negativos percebidos e do rendimento mensal líquido é de **0,035**, sendo *p-value* < 0,05, no entanto, o  $\tau$  de Kendall

para estas variáveis é **-0,057\***, demonstrando uma relação inversa entre as variáveis e, ao mesmo tempo fraca.

Em síntese, verifica-se que a hipótese **H1** é parcialmente suportada, visto que não existe uma correlação estatisticamente significativa entre o rendimento e os impactos ambientais positivos, mas existe entre o rendimento e os impactos negativos. Sendo possível concluir que, quanto maior for o rendimento, menor tende a ser a percepção dos impactos ambientais negativos.

### **Escolaridade *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística**

Nesta análise foi realizada a Análise de Variância (ANOVA) entre a escolaridade e a percepção dos impactos ambientais negativos e positivos. Além da ANOVA (tabela 4.9) também foi utilizada a correlação coeficiente tau\_b de Kendall como recurso complementar (tabela 4.8). Esta análise visa verificar a H3, que busca identificar se as habilitações dos residentes influenciam a percepção dos impactos ambientais da atividade turística

Tabela 4.9 – ANOVA - Escolaridade e percepção dos impactos ambientais

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	<b>Sig.</b>
<b>Impactos ambientais positivos</b>	Entre Grupos	7,881	2	3,940	6,759	<b>0,001</b>
	Nos Grupos	538,876	926	0,583		
	Total	547,757	928			
<b>Impactos ambientais negativos</b>	Entre Grupos	10,282	2	5,141	8,920	<b>&lt;0,001</b>
	Nos Grupos	533,128	925	0,576		
	Total	543,410	927			

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

A ANOVA indica haver diferenças estatisticamente significativas nas percepções dos impactos ambientais positivos entre os grupos de escolaridade, demonstrado pelo *p-value* de **0,001** e pelo valor de Z significativo (6,759), o que reforça essa conclusão de

que há diferenças. Sendo assim, podemos afirmar que a escolaridade tem um efeito significativo na percepção dos impactos ambientais positivos (tabela 4.9).

Assim como também na percepção dos impactos negativos, esta demonstra haver diferenças estatisticamente significativas nas percepções entre os grupos de escolaridade. O *p-value* extremamente baixo (<0,001) e a estatística Z significativa (8,920) também indicam que a escolaridade tem um efeito estatisticamente significativo na percepção dos impactos ambientais negativos.

Complementarmente, ao verificar a correlação de Kendall (tabela 4.8) entre variáveis escolaridade e impactos ambientais positivos, é apresentado um *p-value* de 0,002, por ser menor que 0,05 caracteriza uma correlação significativa entre as variáveis. Nesse sentido, verifica-se também que o  $\tau$  de Kendall para escolaridade e impactos ambientais positivos é de 0,083, apresentando uma relação direta, onde à medida que a escolaridade aumenta, a percepção dos impactos ambientais também tende a aumentar.

Já na percepção dos impactos ambientais negativos, é possível também verificar um *p-value* <0,001, confirmando a relação estatisticamente significativa entre as variáveis e com o  $\tau$  de Kendall a 0,113 positivo, sugere-se que à medida que a escolaridade aumenta, a percepção dos impactos ambientais negativos também tende a aumentar.

Em síntese, pode-se afirmar que a escolaridade influencia significativamente a percepção tanto dos impactos ambientais positivos quanto dos impactos ambientais negativos da atividade. Quanto mais alta a escolaridade, maior é a influência positiva na percepção dos impactos ambientais positivos e maior é a influência na percepção dos impactos ambientais negativos, suportando assim **H3**, onde a escolaridade influencia na percepção dos impactos ambientais tanto negativos quanto positivos da atividade turística.

### **Atividade profissional relacionada com o turismo *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística**

A seguir será realizado um teste T para variáveis independentes a fim de verificar se o tipo de trabalho, isto é, se ele é relacionado ou não com o turismo, influencia na percepção dos impactos ambientais da atividade no concelho de residência, comparando a média entre as duas amostras. Para esta, será utilizada a variável nominal “a sua atividade profissional está relacionada com o setor do turismo?” e as variáveis das médias

dos impactos ambientais positivos e negativos percebidos (tabela 4.10 e 4.11, respectivamente).

Tabela 4.10 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais positivos e a atividade profissional relacionada com o turismo

Teste T amostras independentes	Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste T para igualdade de médias						
	F	Sig	t	df	Sig (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
								Inferior	Superior
Variâncias iguais assumidas	0,266	<b>0,606</b>	-0,565	908	<b>0,572</b>	-0,02905	0,05140	-0,12993	0,07182
Variâncias iguais não assumidas			-0,562	779,402	<b>0,574</b>	-0,02905	0,05169	-0,13053	0,07242

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

Ao analisar o tipo de trabalho e a percepção dos impactos ambientais positivos percebidos (tabela 4.10), primeiro verificou-se a partir do teste Levene que não há evidências estatisticamente significativas para rejeitar a hipótese nula do teste Levene, sendo assim, as variâncias são consideradas aproximadamente iguais ( $p\text{-value (Sig)} = \mathbf{0,606} > 0,05$ ).

Uma vez que o teste Levene considerou as variâncias iguais assumidas, recorre-se à primeira linha da tabela 4.10 para análise. Nesta, verifica-se que não é possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias das amostras em relação à percepção dos impactos ambientais positivos associados à atividade profissional relacionada com o turismo. Essa condição é verificada através dos valores de  $p\text{-value}$  acima de 0,05, o que sugere que a diferença nas médias não é estatisticamente significativa. Este resultado repetiu-se também com as variâncias iguais não assumidas.

Sendo assim, conclui-se que não há evidência estatística para afirmar que a atividade profissional relacionada com o turismo tem um efeito significativo na percepção dos impactos ambientais positivos. Passando assim para o Teste T entre a percepção dos

impactos ambientais negativos e a atividade profissional relacionada com o turismo (tabela 4.11) a fim de verificar se esta condição permanece.

Tabela 4.11 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais negativos e a atividade profissional relacionada com o turismo

Teste T amostras independentes	Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste T para igualdade de médias						
	F	Sig	t	df	Sig (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	Inferior	Superior
Variâncias iguais assumidas	2,445	<b>0,118</b>	-0,127	912	<b>0,899</b>	-0,00656	0,05170	-0,10803	0,09491
Variâncias iguais não assumidas			-0,128	828,042	<b>0,898</b>	-0,00656	0,05122	-0,10710	0,09397

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

Neste, inicialmente o teste Levene indicou o mesmo resultado que o anterior para os impactos ambientais positivos percebidos, uma vez que  $p\text{-value} > 0,05$ , indica-se que as variâncias são consideradas aproximadamente iguais. O Teste T para igualdade de médias indica também, assim como o anterior, que não são encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as médias das amostras em relação à percepção dos impactos ambientais negativos,  $p\text{-value} = \mathbf{0,899} > 0,05$ , o que sugere que as diferenças das médias não são estatisticamente significativas.

Em síntese, não é possível afirmar que a atividade profissional relacionada com o turismo tem efeito estatisticamente significativo na percepção dos impactos ambientais negativos, assim como o resultado dos impactos positivos, não suportando a **H2**.

### Densidade populacional *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística

As relações entre a densidade populacional e a percepção dos impactos ambientais positivos e negativos da atividade foram verificadas a partir do Teste T para variáveis

independentes. O primeiro a ser realizado é referente a percepção dos impactos ambientais positivos (tabela 4.12). Nesta análise foi utilizada a variável de baixa e alta densidade demográfica explicada anteriormente no subcapítulo 2.4.1.

Tabela 4.12 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais positivos e os territórios de baixa e alta densidade demográfica

Teste T amostras independentes	Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste T para igualdade de médias						
	F	Sig	t	df	Sig (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
								Inferior	Superior
Variâncias iguais assumidas	0,235	<b>0,628</b>	-0,011	943	<b>0,991</b>	-0,00056	0,05260	-0,10379	0,10267
Variâncias iguais não assumidas			-0,011	637,668	<b>0,992</b>	-0,00056	0,05345	-0,10551	0,10439

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

O teste Levene assumiu um *p-value* de **0,628**, sendo  $> 0,05$ , não tendo assim evidência estatística para rejeitar a hipótese nula de que as variâncias são iguais entre as duas amostras, sendo assim, as variâncias são consideradas aproximadamente iguais.

Ambos os testes, para variâncias iguais assumidas e não assumidas, demonstram o mesmo resultado, com *p-values* superiores a 0,05 (**0,991** e **0,992**, respectivamente). Este resultado indica que a diferença nas médias não é estatisticamente significativa, representando não haver evidências significativas para afirmar que a densidade demográfica tem efeito significativo na percepção dos impactos ambientais positivos. Sendo necessário verificar esta mesma relação com os impactos ambientais negativos (tabela 4.13).

Tabela 4.13 – Teste T para variáveis independentes entre os impactos ambientais negativos e os territórios de baixa e alta densidade demográfica

Teste T amostras independentes	Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste T para igualdade de médias						
	F	Sig	t	df	Sig (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
								Inferior	Superior
Variâncias iguais assumidas	2,206	<b>0,138</b>	-0,476	944	<b>0,634</b>	-0,02512	0,05278	-0,12870	0,07845
Variâncias iguais não assumidas			-0,463	608,429	<b>0,644</b>	-0,02512	0,05428	-0,13173	0,08148

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

Neste Teste T realizado entre as variáveis de impactos ambientais negativos e territórios de baixa e alta densidade demográfica, foi possível observar a mesma relação com o teste com os impactos positivos. Inicialmente o teste Levene demonstra que as variâncias são consideradas aproximadamente iguais ( $p\text{-value} = 0,138 > 0,05$ ). Assim como o Teste T também sugere que as diferenças entre as médias não são estatisticamente significativas. Em síntese, os testes realizados demonstraram não haver diferenças significativas entre as percepções dos impactos ambientais (positivos e negativos) entre territórios de baixa e alta densidade demográfica, não suportando **H4**.

#### Qualidade de vida *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística

Para verificar a relação entre a qualidade de vida percebida e a percepção dos impactos ambientais da atividade, foi utilizada a pergunta “em geral, estou satisfeita(a) com a minha qualidade de vida e as variáveis das médias dos impactos positivos e negativos percebidos. Sendo ordinais, foi realizado o coeficiente de correlação de Kendall onde a correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades) como demonstrado na tabela 4.14.

Tabela 4.14 – Correlação entre qualidade de vida e impactos ambientais positivos e negativos

	Impactos ambientais positivos		Impactos ambientais negativos	
	Coefficiente tau_b de Kendall	<i>p-value</i>	Coefficiente tau_b de Kendall	<i>p-value</i>
<b>Em geral, estou satisfeito(a) com a minha qualidade de vida</b>	0,125**	<0,001	-0,040	<b>0,123</b>

\*\*A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

Nesta relação obteve-se um *p-value* entre a qualidade de vida e os impactos ambientais positivos <0,001 e um  $\tau = 0,125$ , demonstrando assim variáveis proporcionais (associação positiva) e uma relação estatisticamente significativa. Esta primeira análise indica que quanto maior a satisfação com a qualidade de vida, maior tende a ser a percepção dos impactos ambientais positivos. Já ao analisar os impactos ambientais negativos, é possível verificar que não há relação estatisticamente significativa entre as variáveis, com um *p-value* de **0,123** > 0,005 e que esta apresenta uma relação inversamente proporcional por ter um  $\tau$  negativo (-0,040). Sendo assim, conclui-se que a percepção dos impactos ambientais positivos da atividade turística pelos residentes relaciona-se com a percepção da sua qualidade de vida, suportando parcialmente **H5**, uma vez que a relação entre a qualidade de vida e os impactos ambientais negativos percebidos não apresenta uma correlação significativa.

A seguir, foram realizadas as análises referentes ao comportamento dos residentes em relação à atividade turística e os impactos ambientais percebidos por estes. Nesta etapa foi desenvolvida a tabela 4.15 com o intuito de verificar as hipóteses 6, 7 e 8. Nesta foram utilizadas as variáveis referentes ao apoio ao turismo, se o residente está disposto a receber os turistas com simpatia e hospitalidade e se está disposto a proteger os recursos naturais e ambientais de que o turismo depende.

Tabela 4.15 – Correlação entre os impactos ambientais e o comportamento frente ao desenvolvimento do turismo

	Impactos ambientais positivos		Impactos ambientais negativos	
	Coefficiente tau_b de Kendall	<i>p-value</i>	Coefficiente tau_b de Kendall	<i>p-value</i>
<b>Apoio ao turismo (escala).</b>	0,198**	<0,001	-0,119**	<0,001
<b>Estou disposto(a) a receber os turistas com simpatia e hospitalidade.</b>	0,093**	<0,001	-0,039	0,137
<b>Estou disposto(a) a proteger os recursos naturais e ambientais de que o turismo depende.</b>	0,112**	<0,001	-0,038	0,152

\*\*A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: elaboração própria a partir de *outputs* do SPSS.

#### **Apoio no desenvolvimento do turismo no concelho versus a percepção do impacto ambiental da atividade turística**

Para verificar se os impactos ambientais percebidos pelos residentes do Algarve influenciam no seu apoio ao desenvolvimento turístico no seu concelho de residência, foi criada a variável “escala apoio” a partir da média global de apoio que reúne as médias das variáveis da pergunta 15 sobre o quanto os inquiridos apoiam o desenvolvimento do turismo no seu concelho de residência. Ela foi criada para conseguir realizar o Coeficiente de Correlação de Kendall entre esta e as médias dos impactos ambientais positivos e negativos. A variável de escala para o apoio ao turismo considerou as variáveis globais de 1 a 2 como baixa, de 2,1 a 3 moderada, de 3,1 a 4 alta e por fim, maior o igual a 4,1 como alta (tabela 4.16).

Tabela 4.16 – Explicação criação da variável da escala de apoio ao turismo a partir da variável da média global de apoio ao turismo

Variável Original Numérica	Valor <i>Output</i>	Escalões
1 a 2	1	Baixa
2,1 a 3	2	Moderada
3,1 a 4	3	Alta
$\geq 4,1$	4	Muito Alta

Fonte: elaboração própria.

Sendo assim, ao analisar os resultados da correlação entre a variável de apoio ao turismo (escala) e os impactos positivos, foi possível verificar uma relação estatisticamente significativa, uma vez que o *p-value* é **<0,001**. O seu  $\tau = 0,198$  sugere uma associação positiva entre as variáveis, isto é, à medida que a percepção dos impactos ambientais positivos aumenta, o apoio à atividade tende a aumentar.

Os resultados da relação entre o apoio ao turismo e os impactos negativos também é estatisticamente significativa, visto que o *p-value*  $> 0,001$ . O seu  $\tau = -0,119$  sugere haver uma associação negativa entre as duas variáveis, significando que à medida que a percepção dos impactos ambientais negativos aumenta, a disposição dos inquiridos em apoiar o turismo diminui.

Em síntese, a **H6** é suportada, há uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis. E é de se considerar, em suma, que quando os residentes percebem os impactos ambientais positivos da atividade, tendem a apoiar o desenvolvimento do setor, enquanto quando os residentes percebem mais os impactos ambientais negativos da atividade, tendem a apoiar menos o seu desenvolvimento.

### **Comportamento no acolhimento dos turistas *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística**

Para verificar a **H7** que busca identificar se a percepção dos impactos ambientais do turismo por parte dos residentes influencia o seu comportamento no acolhimento dos turistas no concelho, foi utilizada a variável referente a pergunta “estou disposto(a) a receber os turistas com simpatia e hospitalidade” e os impactos ambientais positivos e negativos percebidos.

Foi desenvolvido o Coeficiente de Correlação de Kendall (tabela 4.15) e nesta correlação, para os impactos ambientais positivos obteve-se um *p-value* **<0,001**,

significando haver uma relação entre as variáveis. O seu  $\tau = 0,093$  sugere haver uma associação positiva entre as variáveis, sendo assim, à medida que a percepção dos impactos ambientais positivos aumenta, a disposição dos indivíduos em receber os turistas com simpatia e hospitalidade também aumenta.

Já ao analisar os impactos negativos da atividade, obteve-se um *p-value* de **0,137**, valor  $>0,05$ , indicando não haver uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis. Isto indica que a disposição das pessoas em receber os turistas com simpatia e hospitalidade não é influenciada pela percepção dos impactos ambientais negativos da atividade.

Em síntese, é possível suportar parcialmente a **H7**, onde há uma relação entre a variável acolhimento e os impactos positivos, mas não se pode afirmar o mesmo em relação aos impactos ambientais negativos.

### **Preservação ambiental *versus* a percepção do impacto ambiental da atividade turística**

Por fim, a última hipótese (H8) visa verificar se a percepção dos impactos ambientais do turismo pelos residentes influencia a sua atitude e comportamento relativamente à preservação ambiental no seu concelho de residência. Nesta foi realizado o Coeficiente de Correlação de Kendall entre a variável “estou disposto(a) a proteger os recursos naturais e ambientais de que o turismo depende” e as variáveis dos impactos ambientais positivos e negativos da atividade turística (tabela 4.15).

Na análise entre a disposição em proteger os recursos ambientais e os impactos ambientais positivos da atividade, o *p-value* foi **<0,001**, indicando haver uma correlação estatisticamente significativa entre as variáveis. O valor de  $\tau = 0,112$  sugere uma associação positiva entre as variáveis, isto é, à medida que a percepção dos impactos ambientais positivos aumenta, a disposição dos residentes em proteger os recursos naturais e ambientais locais tende a aumentar.

Já em relação aos impactos ambientais negativos da atividade, a correlação entre as variáveis não é estatisticamente significativa, uma vez que o *p-value* para estas variáveis é de **0,152**, sendo superior a 0,05, indicando não haver relação entre as variáveis, sendo assim, a percepção dos impactos negativos da atividade turística não influencia significativamente a disposição dos inquiridos em proteger os recursos naturais e ambientais relacionados com o turismo. Sendo assim, **H8** é parcialmente suportada, onde

a relação entre a disposição em proteger os recursos e os impactos positivos é verificada, mas esta relação com os impactos negativos não é estatisticamente significativa.

## 5. Discussão dos resultados

Neste capítulo, serão apresentadas as conclusões desta pesquisa, que se concentrou nas percepções dos residentes da região algarvia sobre os impactos ambientais positivos e negativos do turismo. O objetivo deste capítulo é fornecer informações úteis para a compreensão de como os residentes percebem o turismo no seu concelho, sendo assim realizada a discussão dos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados no âmbito do projeto MONITUR (2022) e do tratamento dos dados realizados no capítulo anterior.

Considerando as características da amostra, foi registada uma maior quantidade de indivíduos de grupo etário entre 25 e 64 anos, com uma média de 42 anos. Dos 990 inquiridos, 57,07% eram do gênero feminino, 42,83% do gênero masculino e 0,1%, “outro”. O estado civil predominante entre os inquiridos é “Casado(a)/União de facto”, com um percentual de 48,2% das respostas e a escolaridade que mais teve evidência entre as respostas válidas foi o Ensino Secundário (40,9%), seguindo do Ensino Universitário (34%).

A nível socioeconômico, verificando a situação perante o emprego dos inquiridos, 707 das respostas válidas nesta pergunta (944) encontram-se empregados e a amostra apresenta uma maior quantidade de inquiridos com um rendimento mensal líquido entre 706 euros e 1.000 euros. Ao realizar a análise de correlação entre o rendimento mensal líquido e os impactos ambientais positivos, a relação entre as variáveis não é significativa, mas há uma correlação inversa fraca e significativa com a percepção dos impactos ambientais negativos, esta condição faz com que seja possível **suportar parcialmente a H1**. Ainda é possível verificar que pelos resultados da correlação entre o rendimento mensal e os impactos ambientais negativos ser inversamente proporcional, isto é uma associação negativa, quanto maior for o rendimento menor tende a ser a percepção dos impactos ambientais negativos.

Enquanto a relação entre as variáveis é suportada por autores como Haralambopoulos e Pizam (1996), resultados obtidos por Hao *et al.* (2011), por exemplo, expõe que as características socioeconômicas não conseguem prever as atitudes dos residentes diante da atividade turística. Já a relação negativa entre as variáveis de rendimento e impactos

ambientais negativos vai contra o exposto por Sinclair-Maragh (2017) e Teye *et al.* (2002) que consideram que quanto menor o rendimento maior o apoio a atividade.

Verificando o contato dos inquiridos com a atividade turística a nível laboral, das respostas válidas (955), 394 possuem relação profissional com a atividade turística. De 966 inquiridos, 53,3% não possui indivíduos do agregado familiar a trabalhar no setor turístico. Também foi verificado que 18,5% de 969 respostas válidas não possuem fontes de renda alternativas à atividade turística, dependendo exclusivamente da atividade. Nesse contexto profissional, os resultados evidenciaram que a atividade profissional relacionada com o turismo não influencia significativamente a percepção de impactos ambientais tanto positivos quanto negativos. Sendo assim, **H2 não é suportada**, uma vez que não há diferenças estatisticamente significativas nas percepções dos impactos ambientais (positivos e negativos) entre os inquiridos que possuem a atividade profissional relacionada com o setor e os que não possuem. Este resultado não corrobora com a literatura, onde Alrwajfah *et al.* (2019), Andereck *et al.* (2005), Husbands (1989) e Rennó e Teixeira (2007) afirmam que o emprego relacionado com o turismo influencia positivamente na percepção dos impactos da atividade.

Importante verificar que 42,2% de respostas válidas (978) concordam e concordam totalmente que se beneficiam com o desenvolvimento do turismo. E de 976 respostas válidas, 30,3% dos inquiridos concordam que estão satisfeitos com o nível de desenvolvimento da atividade turística no seu concelho de residência, enquanto 35,7% assumem uma posição neutra diante da afirmação.

Autores como Amuquandoh (2010), Kuvan e Akan (2005) e Andereck e Nyaupane (2011) conseguiram obter resultados positivos ao relacionar a escolaridade com a percepção dos impactos da atividade em geral. A nível dos impactos ambientais, foi possível verificar uma correlação estatisticamente significativa entre a escolaridade e a percepção tanto dos impactos ambientais positivos, quanto dos negativos, **suportando H3**. Os resultados indicaram que quanto mais alta a escolaridade, maior é a percepção dos impactos ambientais positivos e negativos da atividade turística. Esta proporcionalidade entre a atitude positiva diante da atividade turística, em geral, e o aumento do grau de escolaridade também é verificada por Teye *et al.* (2002), Haralambopoulos e Pizam (1996) e Amuquandoh (2010).

No âmbito do território, na caracterização da amostra, 65,76% dos inquiridos residem em concelhos de alta densidade demográfica, como, por exemplo, Faro, Olhão, Portimão e Albufeira, enquanto 34,24% da amostra residia em concelhos de baixa densidade

demográfica, confirmado o exposto por Santos e Ramos (2015) que indica uma maior concentração urbana maior em duas áreas principais, as áreas de Faro, Loulé e Olhão e as de Portimão, Lagos e Lagoa. Na análise dos impactos ambientais percebidos nos concelhos de alta e baixa densidade demográfica, não foi possível identificar uma diferença estatística significativa nas percepções dos impactos ambientais negativos e positivos entre territórios de baixa e alta densidade demográfica, sendo assim, **não foi suportada H4**, a densidade populacional não afeta significativamente a percepção de impactos ambientais.

Analisando os impactos ambientais positivos percebidos nos concelhos de residência, 39,1% das respostas válidas discordam que estão sendo construídos novos espaços verdes no concelho devido ao turismo, corroborando com Pires (2006), Sunlu (2003) e Lohmann e Netto (2008). Dos inquiridos, 42,1% das respostas válidas também discordam que o turismo melhora a proteção dos recursos do ambiente. De 980 inquiridos, 34,7% discordam de que o turismo melhora a proteção do patrimônio natural e dos recursos naturais, e 32,6% das respostas válidas nem discordam e nem concordam com a afirmação. Esta discordância e neutralidade vai contra o exposto por Almeida e Abranja (2009) e Pires (2006), mas deve-se considerar uma ressalva, os autores apontam que o turismo pode ser uma ferramenta para a proteção quando este for bem planejado. Esta neutralidade também é evidenciada quando 37,9% das respostas válidas assumiram posição neutra em relação à afirmação “o turismo degrada o meio ambiente”.

Ainda, de 979 inquiridos, 32,5% discordam que o turismo melhora as infraestruturas públicas, sendo uma perspectiva local contrária a literatura, onde Andereck *et al.* (2005) e Sunlu (2003) expõem que a atividade turística aumenta o número de infraestruturas para atender a indústria. Mas 36,5% de 983 inquiridos concordam que a atividade turística melhora a sinalização. De 981 respostas válidas, 32,2% dos inquiridos concordam que a atividade descaracteriza a paisagem e de 976 respostas válidas, a grande maioria dos inquiridos no total (75%) concordam e concordam totalmente que o turismo gera problemas de trânsito.

Das respostas válidas, 32,8% dos inquiridos consideram que o turismo não melhora a limpeza dos espaços públicos. Este resultado confirma o exposto por Sunlu (2003) e Pinto *et al.* (2022), nos resultados dos questionários, um total de 71,8% das respostas válidas concordaram e concordaram totalmente quando afirmado que a atividade turística aumenta a poluição, o barulho, lixo e entre outras consequências.

Além disso, 37,8% dos inquiridos consideram-se neutros diante da ideia de que o turismo influencia positivamente a consciência ambiental, uma abordagem necessária de acordo com Almeida-García *et al.* (2016) e Soares, Júnior e Chagas (2018) que demonstram a necessidade da educação voltada para o turismo e para um comportamento mais ambiental inclusive por parte dos residentes.

Dos inquiridos (982 respostas válidas) 44,7% concordam que o turismo ocupa áreas naturais de utilização livre dos residentes e dos inquiridos (979 respostas válidas) e 33,1% concordam que o turismo impede o acesso dos residentes a espaços naturais. Esta questão é abordada por Silva e Maia (2008) que expõem que a principal reclamação dos residentes em sua pesquisa foram as proibições do uso dos recursos naturais presentes no parque por conta da atividade turística.

Foi possível verificar, em síntese, que há uma resposta mais negativa dos residentes ao considerar a percepção dos impactos ambientais da atividade turística nos concelhos algarvios. Analisando a qualidade de vida dos inquiridos, 57,7% de 977 respostas válidas afirmam estar satisfeitos com a qualidade de vida. De 971 respostas, a maioria dos inquiridos (35,8%) não expressou uma opinião clara sobre se consideram ou não as condições de vida excelentes, mantendo-se neutros, enquanto 30,4% concordam com a afirmação. Das 975 respostas válidas, 33,3% concordam que as suas vidas estão próximas do ideal, enquanto 21,3% discordam.

42,5% das respostas válidas concordam que têm conseguido o que querem na vida, enquanto 30,1% não discordam nem concordam. A maioria dos inquiridos (29,8%) a partir das respostas válidas concordam que não mudariam muito em suas vidas se tivessem outra chance. Em geral, a maioria das respostas válidas (57,5%) consideram-se felizes e 22,1% concordando totalmente com a afirmação.

Por fim, a maioria dos inquiridos (51,2%) concorda que estão satisfeitos com a qualidade de vida, enquanto apenas 9,8%, discordam, assumindo 969 respostas válidas. Ao realizar a correlação entre a qualidade de vida geral e os impactos positivos da atividade, foi possível verificar que existe uma relação positiva entre a satisfação com a qualidade de vida e a percepção dos impactos ambientais positivos, no entanto, não há uma relação significativa entre a qualidade de vida e a percepção dos impactos negativos da atividade, **suportando parcialmente H5**. Em síntese, a satisfação com a qualidade de vida está positivamente relacionada com a percepção de impacto ambiental positivo, mas não afeta a percepção de impacto ambiental negativo.

Como exposto por Pinto *et al.* (2022), os impactos ambientais da atividade influenciam consideravelmente na percepção da qualidade de vida. Sendo possível relacionar o resultado também com Andereck *et al.* (2005) que o turismo pode contribuir para o aumento da qualidade de vida, principalmente a nível econômico, que já foi anteriormente afirmada a relação, este resultado também é corroborado por Andereck e Nyaupane (2011) e Liu e War (1986).

A maioria das respostas válidas (979) afirmam que estão, em geral, satisfeitos com o turismo no concelho de residência, correspondendo a 46,1%. Nesse sentido, ao analisar o apoio ao desenvolvimento da atividade e os impactos ambientais, a correlação revela uma correlação estatisticamente significativa, tanto ao analisar os impactos ambientais positivos quando ao analisar os impactos ambientais negativos, **suportando H6**.

A maioria das respostas válidas (91,4%) está disposta a receber turistas com simpatia e hospitalidade. Ao realizar a correlação entre o acolhimento aos turistas e os impactos ambientais positivos foi possível verificar uma relação estatisticamente significativa entre a percepção dos impactos positivos da atividade turística e a disposição em receber turistas com simpatia, no entanto, ao correlacionar esta variável com os impactos ambientais negativos, não foi possível identificar um resultado estatisticamente significativo, não demonstrando relação, podendo assim **suportar parcialmente H7**. Sendo assim, a percepção dos impactos ambientais positivos está relacionada com a disposição em receber turistas com simpatia e hospitalidade, mas a percepção dos impactos ambientais negativos não apresenta essa relação de forma significativa.

Mesmo com aspectos a nível ambiental negativos sendo predominantes, a maioria das respostas válidas (61,5%) concorda que o concelho deve continuar a ser um destino turístico. Apenas uma pequena percentagem de 0,6% discorda totalmente, e 2,4% discordam da afirmação. De 983 respostas válidas, a maioria (61,9%) concorda que os impactos do turismo, no geral, são positivos no seu concelho de residência, sendo que uma pequena percentagem (1,1%) discorda totalmente.

Neste contexto, das respostas válidas (979), um total de 82,6% concorda e concorda totalmente que estão dispostos a proteger os recursos naturais e ambientais do turismo. Ao realizar a correlação entre a disposição em proteger os recursos ambientais e os impactos ambientais positivos, obteve-se uma relação significativa entre as variáveis, mas em relação com os impactos ambientais negativos percebidos, não foi possível identificar uma relação significativa, sendo assim **H8 foi suportado parcialmente**. Em síntese, a percepção dos impactos ambientais positivos está relacionada com a disposição de

proteger recursos naturais e ambientais, enquanto a percepção dos impactos ambientais negativos não está relacionada com a disposição em proteger os recursos.

Assim, 54,8% das respostas válidas concorda e concorda totalmente que estão dispostos a aceitar alguns sacrifícios para receber os benefícios da atividade turística, já reduzindo as respostas positivas comparativamente com as afirmações anteriores. E é nessa ordem que aparece uma quebra de concordância, a maioria das respostas válidas (71,5%) discorda e discorda totalmente em pagar mais taxas para contribuir para o desenvolvimento do turismo.

Em suma, apesar de as variáveis apresentarem correlação fraca nas hipóteses, foram encontradas relações positivas nelas todas, o que permitiu suportar as oito hipóteses e confirmar os objetivos da dissertação. A análise descritiva revelou que, apesar da grande oposição dos moradores em relação aos impactos ambientais negativos da atividade turística, há uma grande movimentação a favor do turismo na região, ou seja, os moradores estão dispostos a continuar recebendo visitantes e tendo esta atividade econômica em seus concelhos de residência.

Contudo, apesar de ser possível notar um comportamento pró-turismo nos aspectos gerais, quando é necessário intervir nos aspectos financeiros dos inquiridos, como na pergunta que diz respeito às taxas aos residentes para o desenvolvimento da atividade, há uma queda nas respostas positivas.

Ao longo da análise, foi possível perceber que a componente dos impactos ambientais negativos da atividade nos concelhos tem um impacto significativo na percepção, mas não é uma condição necessária para o desenvolvimento. Esta relação pode estar relacionada às teorias levantadas, tais como: em que fase do Ciclo de Vida de Butler (1980) a atividade turística em cada concelho se encontra e em qual momento do Irridex (Doxey, 1975 cit. Jafari & Xiao, 2016) os residentes destes concelhos estão mais intimamente relacionados.

## 6. Conclusão

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as considerações finais da dissertação, assim como as limitações e sugestões para futuras abordagens.

### 6.1. Considerações finais

No cenário atual de desenvolvimento turístico, a região do Algarve apresenta-se como um polo de atração para visitantes de todo o mundo devido principalmente aos seus recursos naturais. No entanto, o equilíbrio entre o crescimento da indústria turística e a preservação ambiental apresenta-se como um desafio de grande magnitude. No cerne desta questão, as percepções dos residentes do Algarve sobre os impactos ambientais do turismo desempenham um papel crucial.

Esta dissertação se concentrou em um tema relevante para o nível de desenvolvimento turístico na região do Algarve. A relação complexa entre o turismo e o meio ambiente permitiu revisitar uma série de questões fundamentais que foram cuidadosamente analisadas ao longo desta investigação. O objetivo desta pesquisa foi investigar a percepção dos residentes do Algarve em relação aos impactos ambientais causados pelo turismo nos concelhos da região. Ao fazê-lo, foi identificada uma lacuna na literatura existente, que, muitas vezes, se concentra em aspectos mais amplos dos impactos ambientais do turismo, negligenciando as questões específicas relacionadas com a percepção destes impactos por parte dos residentes, peça chave do desenvolvimento da atividade, como foi verificado ao analisar a Estratégia 2027 que põe o capital humano no centro dos seus princípios, uma tendência que é frequentemente abordada em planos, estratégias e diretrizes governamentais nos últimos anos.

Foi possível recolher informações suficientes para compreender os dois objetivos principais propostos, como, por exemplo, no primeiro objetivo principal foi verificado que as habilitações e o rendimento dos residentes são considerados fatores explicativos da percepção dos impactos ambientais do turismo. Já o tipo de trabalho e relação laboral e a densidade populacional não foram considerados fatores explicativos da percepção dos impactos ambientais.

Para o segundo objetivo principal proposto, que foi estudar a relação existente entre a percepção dos impactos ambientais do turismo e o comportamento dos residentes face ao seu desenvolvimento na região, foi possível verificar que a qualidade de vida, o apoio ao desenvolvimento da atividade, o acolhimento dos turistas e a preservação ambiental

tem relação com a percepção dos impactos, mesmo alguns sendo parcialmente suportados.

A análise também revelou aspectos interessantes de serem abordados, como, apesar de terem sido identificados impactos ambientais negativos, tais como o aumento da poluição, do tráfego e a descaracterização da paisagem, a maioria dos moradores continua a apoiar o turismo em seu concelho, e foi possível destacar os benefícios econômicos advindos da atividade. Isto sugere que, apesar das preocupações ambientais, a atividade turística desempenha um papel crucial na vida dos residentes, tendo um impacto positivo na qualidade de vida e na disposição de receber turistas com simpatia e hospitalidade.

Os resultados apresentaram também que, em termos de contribuições financeiras por parte dos residentes, como o pagamento de taxas adicionais para a manutenção do desenvolvimento da atividade turística nos seus concelhos, foi apresentada uma diminuição do entusiasmo e no seu apoio. Essa característica evidencia a complexidade das atitudes dos residentes em relação ao turismo, assim como também uma abordagem contraditória no apoio à atividade, dando assim, abertura para mais análises, para compreender até que ponto os residentes estão dispostos a se sacrificarem pela atividade.

Em suma, esta dissertação revisitou a complexidade das percepções dos residentes sobre os impactos ambientais do turismo no Algarve e, ao compreender as percepções e os fatores que as condicionam, reúne informação relevante para elaborar estratégias de planeamento, de gestão do destino e de marketing que promovam um turismo mais responsável e sustentável na região, ou seja, que concilie o crescimento económico, a preservação do meio ambiente e o bem-estar dos residentes.

## 6.2. Limitações e sugestões para futuras pesquisas

A nível da revisão de literatura, foi possível verificar que a grande maioria dos autores desenvolvem análises da percepção dos residentes direcionadas para os impactos gerais da atividade turística e não exclusivamente para os impactos ambientais desta. Esta questão originou uma dificuldade em encontrar estudos que, em simultâneo estudassem os impactos ambientais positivos e negativos do turismo e a percepção dos residentes sobre estes impactos nomeadamente, por isso resolveu-se necessário contextualizar primeiro os impactos ambientais, seguindo da percepção dos impactos gerais por parte dos residentes e por fim, unir as duas vertentes para realizar a discussão dos resultados.

Importante verificar que no concelho de Loulé foi possível obter muitas respostas ao questionário por ser um concelho com alta densidade demográfica em determinadas freguesias, mas que ao mesmo tempo, pelo PCNT é considerado um concelho de baixa densidade por conta das outras freguesias, mais a interior, pouco povoadas. Loulé revelou ser como um concelho interessante para realizar uma análise dos resultados a partir das suas freguesias, por conta desta grande diferença dentro do próprio concelho. Um concelho já abordado por Renda (2012) por exemplo, na análise da qualidade de vida dos residentes.

Tendo em consideração esta particularidade de Loulé foi possível considerar uma limitação e uma futura abordagem, foi reconhecida a possibilidade de estudos mais aprofundados, por concelhos, considerando as particularidades de cada um, uma vez que os dados utilizados foram mais abrangentes.

Como limitação também foi identificado que os dados analisados a partir dos questionários do MONITUR foram apenas referentes à época alta de 2022, sendo possível considerar como futura abordagem a análise das respostas referentes à época baixa, dados já disponíveis. É possível verificar que há uma possibilidade de analisar e verificar novas relações entre as variáveis e diferentes relações.

Para mais, a análise foi realizada a partir do bloco de questões relacionadas à percepção dos impactos ambientais da atividade, esta limitação dá origem à possibilidade de desenvolver futuramente uma investigação relacionada as outras questões presentes no questionário, nomeadamente as das percepções dos impactos econômicos e dos socioculturais.

É importante considerar também como uma limitação que a análise foi realizada a partir dos dados obtidos por questionários aos residentes, dando origem à possibilidade de uma futura abordagem utilizando metodologias qualitativas em complemento da recolha de dados por questionários, como, por exemplo entrevistas e *focus group*.

O estudo aplicado apenas à região algarvia foi identificado como uma limitação que deu origem à possibilidade da utilização do questionário do projeto em outras regiões turísticas, alterando de acordo com as necessidades de cada território, mas sendo o recurso base para futuras investigações.

Por fim, é possível verificar que há diversas possibilidades de análises dos dados recolhidos. A análise descritiva realizada univariada e bivariada fornece possibilidades de alternativas no tratamento dos dados, como, por exemplo, para uma análise mais

detalhada dos territórios de baixa e alta densidade demográfica, a realização de uma análise por *Clusters*.

## A. Referências

- Allen, L., Long, P., Perdue, R. & Kieselbach, S. (1988). The impact of tourism development on residents' perceptions of community life. *Journal of Travel Research*, 27(1), 16–21. doi:10.1177/004728758802700104
- Almeida, I. & Abranja, N. (2009). Turismo e sustentabilidade. *COGITOUR*, 15–31.
- Alrwajfah, M., Almeida-García, F. & Cortés-Macías, R. (2019). Residents' perceptions and satisfaction toward tourism development: A case study of Petra region, Jordan. *MDPI*, 11(7). doi: 10.3390/su11071907
- Amuquandoh, F. (2010). Residents' perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(2), 223–238. doi: 10.1080/09669580903298531
- Andereck, K. & Nyaupane, G. (2011). Exploring the nature of tourism and quality of life perceptions among residents. *Journal of Travel Research*, 50(3), 248–260. doi: 10.1177/0047287510362918
- Andereck, K., Valentine, K., Knopf, R. & Vogt, C. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056–1076. doi: 10.1016/j.annals.2005.03.001
- Avcikurt, C. & Soybali, H. (2002). Residents' attitudes towards tourism in Ayvalik, Turkey. *Tourism Analysis*, 6, 259–265.
- Belisle, F. & Hoy, D. (1980). The perceived impact of tourism by residents: a case study in Santa Marta, Colombia. *Annals of Tourism Research*, 7(1), 83–101. doi: 10.1016/s0160-7383(80)80008-9
- Blau, P. (1964). Justice in social exchange. *Sociological Inquiry*, 34(2), 193–206. doi:10.1111/j.1475-682x.1964.tb00583.x
- Boğan, E., Dedeoğlu, B. & Balikçioğlu, S. (2021). The effect of residents' perception of hotel social responsibility on overall attitude toward tourism. *Tourism Review*, 76(5), 1104–1122. doi: 10.1108/TR-08-2019-0353
- Borba, M. (2015). *Testes Estatísticos de Concordância*. (Relatório de Bacharelado). <https://bdm.unb.br/handle/10483/13283>

- Territórios de Baixa Densidade, identificados no Programa Nacional para a Coesão Territorial (2018). <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/financiamento/lista-territorios-de-baixa-densidade-mai-2018.pdf>
- Butler, R. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24(1), 5–12. doi: 10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x
- Cabugueira, A. (2005). A importância económica do turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 11(2), 97–104. doi: 10.34624/rtd.v0i4.13885
- Carmo, R. & Santos, S. (2011). Os perfis territoriais do Algarve: análise sociodemográfica. *Finisterra*, 46(91), 67–85. doi: 10.18055/Finis1325
- Carvalho, I. (2022). *Cálculo da capacidade de carga turística em Portugal Continental: modelo de otimização para identificação de futuros sustentáveis*. (Dissertação de Mestrado). <http://hdl.handle.net/10451/51826>
- Casasola, L. (2011). *Turismo y Ambiente*. (2.<sup>a</sup> ed.) México: Trillas.
- Cavaco, C. (1969). Geografia do Turismo no Algarve: aspectos contemporâneos. *Finisterra*, 4(8), 218–272. doi: 10.18055/Finis2484
- Cavus, S. & Tanrisevdi, A. (2003). Residents' attitudes toward tourism development: a case of study in Kusadsi, Turkey. *Tourism Analysis* 7(3/4). doi: 10.3727/108354203108750102
- PORDATA (2021). Censos de 2021. <https://www.pordata.pt/censos/resultados/territorio-portugal-361>
- Chan, E. & Wong, S. (2006). Motivations for ISO 14001 in the hotel industry. *Tourism Management*, 27(3), 481–492. doi: 10.1016/j.tourman.2004.10.007
- Coelho, P., Pereira, L., Pinheiro, J. & Xufre, P. (2016). *As Sondagens. Princípios, Metodologias e Aplicações*. Lisboa: Escolar Editora.
- Coriolano, L. & Fernandes, L. (2014). Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo. *ABET*, 4(1), 45–52.

- Correia, B. (2023). Comunicar o Turismo em Portugal pós-pandemia. *Revista Técnica de Tendências Em Comunicação Empresarial*, 3. <https://doi.org/10.34630/tth.vi2.4705>
- Cristina, S. & Lima, M. (2012). *As percepções dos residentes do papel do turismo no desenvolvimento da Ilha da Boavista*. (Projeto de Mestrado). <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19786/4/As%20perce%C3%A7%C3%B5es%20dos%20residentes%20do%20papel%20do%20turismo.pdf>
- Dall’agnol, S. (2012). Impactos do turismo X comunidade local. *Anais Do VII Seminário de Pesquisa Em Turismo Do Mercosul*, 1–15.
- Demografia e Geografia (2018). <https://www.visitargarve.pt/pt/menu/363/demografia-e-geografia.aspx>
- Doran, R., Pallesen, S., Böhm, G. & Ogunbode, C. (2022). When and why do people experience flight shame? *Annals of Tourism Research*, 92. doi: 10.1016/j.annals.2021.103254
- European Environment Agency (2009). *Water resources across Europe — confronting water scarcity and drought*. doi: 10.2800/16803
- Fandé, M. & Pereira, V. (2014). Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty - RJ. *Revista Eletrônica Em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 18(3), 1170–1178. doi: 10.5902/2236117013864
- Farias, M. & Sonaglio, K. (2013). Inter, multi e transdisciplinaridade no turismo: questões sobre o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de turismo do Brasil. *Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)*, 2(2), 12–36. <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo>
- Ferreira, L. (2009). Impactos do turismo nos destinos turísticos. *Percursos e Ideias - Revista Científica Do ISCET*, 1(2), 105–116.
- Garcia, C. (2014). *Planejamento e Administração Aeroportuária*. Palhoça: UnisulVirtual.
- Gil, A. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4.ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Haas, I. (2011). A sustentabilidade cultural: perspectivas de desenvolvimento para as relações internacionais. *Revista Eletrônica Do Curso de Direito - PUC Minas Serro*, n.4, 55–77.
- Hall, D. & Richards, G. (2000). *Tourism and sustainable community Development*. 1(1). Londres: Routledge.
- Hao, H., Long, P. & Kleckley, J. (2011). Factors predicting homeowners' attitudes toward tourism: A case of a coastal resort community. *Journal of Travel Research*, 50(6), 627–640. doi: 10.1177/0047287510385463
- Haralambopoulos, N. & Pizam, A. (1996). Perceived impacts of Tourism. The Case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3).
- Henriques, C. (2003). Políticas de turismo urbano: planeamento e gestão do turismo urbano sustentável (capítulo V). In Henriques, C., *Turismo cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável*. Edições Sílabo. <http://hdl.handle.net/10400.1/6876>
- Hjalager, A. (2007). Stages in the economic globalization of tourism. *Annals of Tourism Research*, 34(2), 437–457. doi: 10.1016/j.annals.2006.10.006
- Homans, G. (1958). Social behaviour as exchange. *American Journal of Sociology*, 63(3), 597–606. doi: 10.1086/222355
- Husbands, W. (1989). Social status and perception of Tourism in Zambia. *Annals of Tourism Research*, 16, 237–253.
- IATA (2019). Annual Review 2019. <https://www.iata.org/contentassets/c81222d96c9a4e0bb4ff6ced0126f0bb/iata-annual-review-2019.pdf>
- INE (2023). O VAB e o consumo de turismo no território económico superaram os níveis pré-pandemia. *Destaque Conta Satélite do Turismo 2022*.
- Jafari, J. & Xiao, H. (2016). *Encyclopaedia of Tourism*. Hong Kong: SpringerNature.
- Johnson, J. Snepenger, D. & Akis, S. (1994). Residents' perceptions of tourism development. *Annals of Tourism Research*. 21(3). 629 – 642.
- King, B., Pizam, A. & Milman, A. (1993). Social impacts of tourism. Host Perceptions. *AnMLr of Tourism Research*, 20, 650–665.

- Kitamura, Y., Ichisugi, Y., Karkour, S. & Itsubo, N. (2020). Carbon footprint evaluation based on tourist consumption toward sustainable tourism in Japan. *Sustainability* 2020. 12(2219). doi: 10.3390/su12062219
- Kongbuamai, N., Bui, Q., Yousaf, H. & Liu, Y. (2020). The impact of tourism and natural resources on the ecological footprint: a case study of ASEAN countries. In *Environmental Science and Pollution Research*. 27(16), 19251–19264. Alemanha: Springer. doi: 10.1007/s11356-020-08582-x
- Korça, P. (1998). Resident perceptions of tourism in a resort town. *Leisure Sciences*, 20(3), 193–212. doi: 10.1080/01490409809512280
- Kuvan, Y. & Akan, P. (2005). Residents' attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: The case of Belek, Antalya. *Tourism Management*, 26(5), 691–706. doi: 10.1016/j.tourman.2004.02.019
- Lanzer, R., Ramos, B. & Marchett, C. (2013). Impactos ambientais do turismo em lagoas costeiras do Rio Grande do Sul. *Caderno Virtual Do Turismo*, 13(1), 134–149.
- Leite, M. (2013). Análise comparativa dos sistemas de avaliação de impacto ambiental. *Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa*. 273-293. Campina Grande: EDUEPB.
- Liasidou, S., Stylianou, C., Berjozkina, G. & Garanti, Z. (2021). Residents' perceptions of the environmental and social impact of tourism in rural areas. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 13(6), 731–743. doi: 10.1108/WHATT-07-2021-0099
- Lima, S. (2012). *As percepções dos residentes do papel do turismo no desenvolvimento da Ilha da Boavista*. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/19786?locale=pt>
- Lima, T. (2007). *Moradores e turistas: significado e impacto do turismo em Paraty/RJ* (Dissertação de Mestrado). <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17831/1/Thais%20C%20G%20Lima.pdf>
- Liu, J., Sheldon, P. & Var, T. (1987). Resident perceptions of the environmental impacts of tourism. *Annals of Tourism Research*. 14.
- Liu, J. & War, T. (1986). Resident attitudes toward tourism impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*. 13. 193–214.

- Lohmann, G. & Netto, A. (2008). *Teoria do turismo*. São Paulo: Aleph.
- Matias, Á. & Sardinha, R. (2009). *Avanços em economia e gestão do turismo: novas tendências, sustentabilidade e desenvolvimento regional*. 1(1). Instituto Piaget.
- Mello (2023). Estimativas rápidas, julho 2023. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/estimativas-rapidas-julho-2023/>
- Mauss, M. (2007). Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e antropologia*. 2.
- Mourão, J. (2000). Desenvolvimento sustentável do turismo - princípios, fundamentos e prática. *GeoInova.*, 87–117.
- Nascimento, F. & Lanzarini, R. (2023). Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. *RITUR Revista Iberoamericana de Turismo*, 13(01), 62–82.
- Oliveira, E. (2013). Turismo Sustentável: os desafios da operacionalização do conceito. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*, 1(3), 228–251.
- Oliveira, E. (2006). Percepção dos autóctones em relação à economia, meio ambiente e ao turismo em Ilhéus – BA. *IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*.
- Padin, C. (2012). A sustainable tourism planning model: Components and relationships. *European Business Review*, 24(6), 510–518. doi: 10.1108/09555341211270528
- Padinha, D., Miguel, S. & Almeida, C. (2021). *Plano de Marketing Estratégico do Turismo do Algarve 2020 - 2023*.
- Paulo, A. (2004). *Água como atrativo ecoturístico e instrumento multiplicador da educação ambiental*. [Monografia de Graduação]. [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/591/1/2004\\_AlinePauloNobre.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/591/1/2004_AlinePauloNobre.pdf)
- Pereira, C. (2014). *Ecodesign nas cidades grandes: Uma nova realidade sustentável?* (Dissertação de Mestrado). <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/17580>
- Pimenta, D. (2012). Da Europa às Américas: uma breve análise comparativa do procedimento de avaliação de impacto ambiental adotado no Brasil, Estados Unidos da América e Portugal. *RIDB*. 1(3). 1667–1718.

Pinto, P., Renda, A. & Roberts, T. (2022). *Residents' Perceptions on Tourism Impacts and Quality of Life: The Case of Faro*. doi: 10.34623/z1zj-5q27

Pires, P. (2006). As múltiplas facetas e implicações da relação turismo e meio ambiente. *IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa Em Turismo Do MERCOSUL*.

Pordata (2023). Ambiente de consulta. <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela>

Portugal (2020). *Programa Nacional de Investimentos 2030*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDAzswQA1R63XAUAAAA%3d>

Portugal (2017). Programa Nacional para a Coesão Territorial. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>

Turismo de Portugal (2016). Visão Geral. [https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo\\_Portugal/visao\\_geral/Paginas/default.aspx](https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx)

Quadros, M. (2016). *Percepções dos residentes sobre os impactos do turismo na comunidade local*. (Dissertação de Mestrado). <http://hdl.handle.net/10400.3/4088>

Renda, A. (2012). *Percepção dos residentes sobre o impacto do turismo na sua qualidade de vida. O caso do concelho de Loulé*. (Tese de Doutoramento). <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/3465>

Rennó, L. & Teixeira, D. (2007). O impacto do turismo nos hábitos de consumo de uma comunidade de pequeno porte. *Turismo - Visão e Ação*, 9(2), 217–232.

Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G. & Woelm, F. (2021). Sustainable Development Report 2021. The Decade of Actions for the Sustainable Development Goals. In *Sustainable Development Report 2020*. Cambridge University Press. doi: 10.1017/9781108992411

Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G. & Woelm, F. (2022). Sustainable Development Report 2022. From Crisis to Sustainable Development: the SGDs as

- Roadmap to 2030 and beyond. In *Sustainable Development Report 2022*. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781009210058
- Ruschmann, D. (1999). Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus.
- Sánchez, L. (2013). *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Santos, D. & Ramos, A. (2015). *Algarve 2014-2020 Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente*.
- Silva, D., Garcia, C. & Henkes, J. (2020). Aeroportos Verdes (Green Airports): iniciativas e certificações. *Revista de Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, 4(9), 5–39.
- Silva, G., Guedes, J. & Júnior, S. (2021). Análise das produções científicas do turismo à luz da teoria das trocas sociais. *Ateliê Do Turismo*, 5(2), 73–91.
- Silva, J. (2020). *A importância do turismo para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade*. (Dissertação de Mestrado). <http://hdl.handle.net/10773/30841>
- Silva, J. & Maia, F. (2008). O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. *Revista Turismo Visão e Ação*, 10(2), 204–220.
- Silva, J., Pereira, L., Andraz, J. & Nunes, R. (2022). *Observing and monitoring the Algarve tourist destination. Contributions for its Sustainable Development. Global Report 2022 - Resident Results*. Algarve: Universidade do Algarve e Cinturs.
- Silva, L., Silva, M. & Enders, W. (2006). Gestão ambiental e desempenho hoteleiro. Um estudo no Polo Costa das Dunas - RN. *Observatório de Inovação Do Turismo - Revista Acadêmica*, 1(3).
- Silva, R., Salgado, M. & Lopes, R. (2023). Turismo Sustentável em Territórios de Baixa Densidade: Estudo de Caso Chão do Rio - Turismo de Aldeia. *Egitania Scientia*.
- Sinclair-Maragh, G. (2017). Demographic analysis of residents' support for tourism development in Jamaica. *Journal of Destination Marketing and Management*, 6(1), 5–12. doi: 10.1016/j.jdmm.2016.03.005

- Smith, M. & Krannich, R. (1998). Tourism dependence and resident attitudes. *Annals of Tourism Research*, 25(4).
- Soares, A., Júnior, S. & Chagas, M. (2018). Fatores que afetam o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros. *Revista Turismo Em Análise*, 29(2), 196–215. doi: 10.11606/issn.1984-4867.v29i2p196-215
- Souza, J. (2012). Os impactos socioambientais do turismo nas comunidades receptoras: reações de adaptação. *Revista Rosa Dos Ventos*, 4(1), 4–14.
- Sunlu, U. (2003). Environmental Impacts of Tourism. *Camarda D. (ed.), Grassini L. (ed.). Local resources and global trades: Environments and agriculture in the Mediterranean region CIHEAM*, 263-270.
- Teye, V., Sönmez, S. & Sirakaya, E. (2002). Residents' attitudes toward Tourism Development. *Annals of Tourism Research*, 29(3).
- Tomé, S. (2008). *A água dá, a água tira: gestão social dos extremos da água (seca e torrencialidade) no Barrocal Algarvio*. (Dissertação de mestrado). <http://hdl.handle.net/10071/1470>
- Torkington, K., Perdigão, F., Rebelo, S., Conceição, S., Eimermann, M., Nijhoff, K., Dias, J., Perna, F. & Tomozeiu, D. (2023). Projeto de Investigação T-rELMA Tourism-related entrepreneurial lifestyle migration in the Algarve. *Relatório de divulgação dos resultados preliminares do projeto de investigação T-rELMA*.
- Tosun, C. (2002). Host perceptions of impacts. A comparative tourism study. *Annals of Tourism Research*, 29(1).
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027. Liderar o turismo do futuro*.
- United Nations (2015). Social Development for Sustainable Development. <https://www.un.org/development/desa/dspd/2030agenda-sdgs.html>
- Vagena, A. (2021). Overtourism: definition and impact. *Academia Letters*. doi: 10.20935/al1207
- Vargas-Sánchez, A., Porrás-Bueno, N. & de los Ángeles Plaza-Mejía, M. (2014). Residents' attitude to tourism and seasonality. *Journal of Travel Research*, 53(5), 581–596. doi: 10.1177/0047287513506295

Vaz, D. (2022). Cidades em territórios de baixa densidade: interfaces metodológicas e questões de investigação. *Desenvolvimento e Sociedade*, 11, 7–18.

Veal, A. (1997). *Research and Methods for Leisure and Tourism. A Practical Guide*. 2(1). Londres: Financial Times Management.

Vieira, J. (2011). Inovação no Turismo: um processo catalisador de desenvolvimento. *Journal of Tourism Studies - COGITUR*, 4(17), 133–144.

Wan, Y. & Li, X. (2013). Sustainability of Tourism Development in Macao, China. *International Journal of Tourism Research*, 15(1), 52–65. doi: 10.1002/jtr.873

World Tourism Organization and United Nations Environment Programme (2019). *Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies*. Madrid: UNWTO. doi: 10.18111/9789284420605

World Tourism Organization and United Nations Development Programme (2017). *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*. Madrid: UNWTO.

## B. Anexos

### Anexo 1. Questionário aos Residentes – MONITUR

#### QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES

LOCAL DE INQUIRIÇÃO: \_\_\_\_\_ | DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ | INQUIRIDOR: \_\_\_\_\_ | Inquérito Nº \_\_\_\_\_

Exmo(a). Senhor(a), o objetivo deste inquérito é avaliar e monitorizar os impactos do turismo nos residentes do Algarve. As suas respostas serão tratadas a nível estatístico no âmbito do Projeto MONITUR que está a ser desenvolvido pela Universidade do Algarve e serão usadas unicamente para fins científicos. Não existem respostas certas ou erradas e este inquérito é anónimo e confidencial, pelo que agradecemos que seja o mais sincero(a) possível. **AS SUAS RESPOSTAS DEVEM RELACIONAR-SE COM O CONCELHO/LOCAL ONDE RESIDE.** Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

1. Qual é o seu concelho de residência no Algarve? \_\_\_\_\_ | 2. E a sua freguesia de residência? \_\_\_\_\_

3. Há quanto tempo vive neste concelho? \_\_\_\_\_ (anos) --> Para responder a este inquérito deve residir no Algarve há, pelo menos, 1 ano.

4. Como avalia o atual estado do desenvolvimento turístico no seu concelho de residência?  
 Muito fraco \_1\_ Fraco \_2\_ Moderado \_3\_ Forte \_4\_ Muito forte \_5\_

5. Até que ponto concorda com cada uma das seguintes frases acerca dos IMPACTOS ECONÓMICOS DO TURISMO no seu concelho de residência?

	Discordo Totalmente <sub>1</sub>	Discordo <sub>2</sub>	Não Discordo Nem Concordo <sub>3</sub>	Concordo <sub>4</sub>	Concordo Totalmente <sub>5</sub>
O turismo é a principal atividade económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo aumenta as oportunidades de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo cria mais negócios para a população residente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo cria mais negócios para a população estrangeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo contribui para criar novos serviços e negócios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo contribui para o desenvolvimento das atividades económicas locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo promove mais investimentos no concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O dinheiro gasto pelos turistas fica no concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem sido gasto mais dinheiro em estradas e urbanizações por causa do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem havido maior investimento na reabilitação de edifícios históricos devido ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo melhora o acesso aos shoppings, aos restaurantes e as oportunidades de compra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo faz aumentar o preço das casas e dos terrenos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo aumenta o custo de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os bens/serviços são mais caros por causa do turismo (alimentação, vestuário, transportes, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As atrações culturais e os eventos são mais caros por causa do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A maioria dos negócios locais é só para os turistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo contribui para fazer desaparecer o comércio local/tradicional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo gera instabilidade nos empregos por ser uma atividade sazonal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O meu concelho está demasiado dependente do turismo em termos económicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Até que ponto concorda com cada uma das seguintes frases acerca dos IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO no seu concelho de residência?

	Discordo Totalmente <sub>1</sub>	Discordo <sub>2</sub>	Não Discordo Nem Concordo <sub>3</sub>	Concordo <sub>4</sub>	Concordo Totalmente <sub>5</sub>
O turismo melhora os serviços públicos (centros de saúde, instalações desportivas, policiamento, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo estimula as atividades culturais, os festivais e as tradições locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo contribui para a preservação da cultura local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo promove as trocas culturais entre residentes e visitantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo muda os hábitos de consumo dos residentes (alimentação, vestuário, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo permite elevar o padrão de vida dos residentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo contribui para aumentar a segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo contribui para o reconhecimento, o prestígio e a imagem do meu concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os residentes do meu concelho são hospitaleiros e recebem os turistas com cortesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo faz aumentar o consumo de drogas e álcool	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo faz aumentar a prostituição e a degradação moral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo faz aumentar as infeções sexualmente transmissíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo promove o crime e o vandalismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo gera a perda ou a mudança nas tradições e na identidade cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo causa intolerância e desrespeito por outras culturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo aumenta o stress e perturba a calma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O aumento do número de turistas resulta em conflitos com os residentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os residentes alteram os seus comportamentos de forma a imitar os turistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os residentes sofrem por viver neste destino turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O meu concelho está superlotado por causa do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



7. Até que ponto concorda com cada uma das seguintes frases acerca dos IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO no seu <u>concelho de residência</u> ?		Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo Nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Têm sido construídos mais jardins e espaços verdes por causa do turismo		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo melhora a proteção do ambiente		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo melhora a proteção do património natural e dos recursos naturais		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo melhora as infraestruturas públicas (estradas, caminhos de ferro, instalações desportivas, etc.)		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo melhora o sistema de sinalização (para o acesso aos alojamentos, monumentos, etc.)		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo melhora a limpeza dos espaços públicos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo influencia positivamente a consciência ambiental dos residentes		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo aumenta a poluição, o barulho, o lixo, etc.		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo degrada o ambiente natural		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo ocupa áreas naturais de utilização livre pelos residentes (praias, serras, áreas protegidas, etc.)		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo impede o acesso dos residentes a espaços naturais (praias, serras, rios, etc.)		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo descaracteriza a paisagem (construção de novos edifícios, hotéis, etc.)		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O turismo gera problemas de trânsito, estacionamento e acidentes		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

De modo geral, como avalia o comportamento dos turistas no seu concelho de residência?

8. Em termos de respeito para com os residentes:	9. Em termos da forma como tratam os residentes:	10. Em termos dos gastos que realizam:	11. Em relação ao número de turistas, o que acha que o seu <u>concelho de residência</u> deveria fazer?
Muito desrespeitoso <input type="radio"/>	Muito desagradável <input type="radio"/>	Gastam muito pouco <input type="radio"/>	Receber menos turistas <input type="radio"/>
Desrespeitoso <input type="radio"/>	Desagradável <input type="radio"/>	Gastam pouco <input type="radio"/>	Manter o atual nr.º de turistas <input type="radio"/>
Normal <input type="radio"/>	Normal <input type="radio"/>	Gastam o normal <input type="radio"/>	Receber mais turistas <input type="radio"/>
Respeitoso <input type="radio"/>	Agradável <input type="radio"/>	Gastam bastante <input type="radio"/>	
Muito respeitoso <input type="radio"/>	Muito agradável <input type="radio"/>	Gastam excessivamente <input type="radio"/>	

12. O rendimento do seu agregado familiar (das pessoas que vivem consigo) provém do turismo? Não <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/>	13. Alguém do seu agregado familiar trabalha no setor do turismo? Não <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/>	14. A SUA atividade profissional está relacionada com o setor do turismo (hotéis, restaurantes, transportes, atrações turísticas, etc.)? Não <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> <small>→ Se NÃO, passe para a questão 15.</small>
14. Se a SUA atividade profissional está relacionada com o setor do turismo, trabalha neste setor durante o ano todo? Não <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/>	14. Se NÃO, durante quantos meses por ano costuma trabalhar no setor do turismo? _____ (meses)	14. Se SIM, tem formação específica de algum destes tipos? Especialização Tecnológica <input type="radio"/> Licenciatura <input type="radio"/> Técnico Superior Profissional <input type="radio"/> Mestrado/Doutoramento <input type="radio"/>

15. Relativamente aos seus **COMPORTEMENTOS e APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO** no seu concelho de residência, até que ponto concorda as seguintes frases?

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo Nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Acho que o meu concelho deve continuar a ser um destino turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acredito que, no geral, os impactos do turismo no meu concelho são positivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou disposto(a) a proteger os recursos naturais e ambientais de que o turismo depende	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou disposto(a) a receber os turistas com simpatia e hospitalidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou disposto(a) a aceitar alguns sacrifícios para receber os benefícios do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou disposto(a) a pagar mais taxas para contribuir para o desenvolvimento do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoalmente, eu benefico com o desenvolvimento do turismo no meu concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou satisfeito(a) com o atual nível de desenvolvimento turístico do meu concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou satisfeito(a) com a forma como o turismo está a ser gerido no meu concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em geral, estou satisfeito(a) com o turismo no meu concelho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. Até que ponto **CONCORDA** com cada um dos seguintes aspetos sobre a sua vida?

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo Nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Em geral, estou satisfeito(a) com a minha vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As minhas condições de vida são excelentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em muitos aspetos, a minha vida está próxima do ideal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Até agora, tenho conseguido o que quero na vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se eu pudesse viver outra vez, não mudava quase nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em geral, considero-me uma pessoa feliz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em geral, estou satisfeito(a) com a minha qualidade de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. Género: Masculino  Feminino  Outro  | 18. Idade: \_\_\_\_\_ | 19. Profissão: \_\_\_\_\_

20. Estado civil: Solteiro(a)  Casado(a)/União de facto  Divorciado(a)/Separado(a)  Viúvo(a)

21. Escolaridade: Ens. Básico (até 9º ano)  Ens. Secundário (até 12º ano)  Ens. Técnico/Profissional  Ens. Universitário

22. Situação perante o emprego: Empregado(a)  Empresário(a)  Desempregado(a)  Estudante  Reformado(a)  Doméstico(a)

23. O SEU rendimento mensal líquido: Até 705€  706€ - 1.000€  1.001€ - 1.500€  1.501€ - 2.000€  2.001€ ou mais

→ Caso queira conhecer os resultados deste estudo, por favor deixe o seu e-mail:

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.